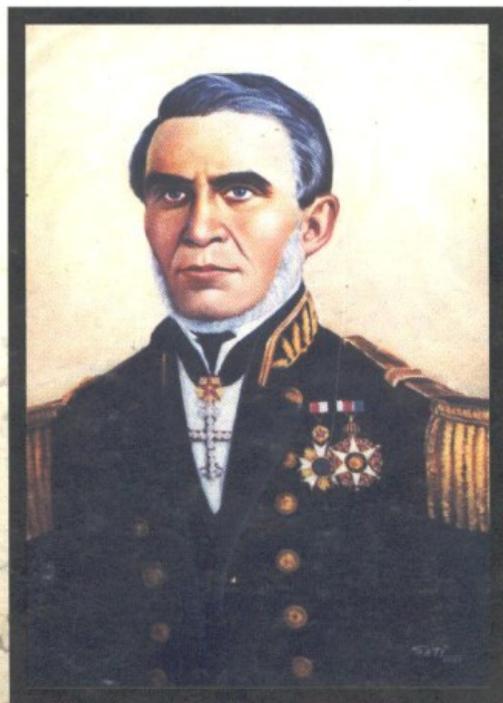




Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

A mais antiga instituição cultural do Estado

Volume 60 - 2002



EDIÇÃO COMEMORATIVA
ao bicentenário de nascimento de
Augusto João Manoel Leverger
BARÃO DE MELGAÇO
1802 - 2002

**Edição Comemorativa
ao Bicentenário de Nascimento
de Augusto Leverger
Barão de Melgaço**

Conselho Editorial:
Elizabeth Madureira Siqueira
Lourembergue Alves
Sônia Regina Romancini
Suize Monteiro Leon Bordest
Weller Marcos da Silva

Editoração:

Ilustração da Capa:
Óleo s/ tela de Sati Yamamoto

Arte da Capa:
Maria Rita Ferreira

Impressão e Acabamento:
Gráfica Print

Editoração e Diagramação:
Paulo Xavier

Revisão:
As Revisões foram efetuadas pelos próprios autores
dos artigos

Desenho do Brasão do Barão de Melgaço:
Moacyr Freitas

Ficha Catalográfica

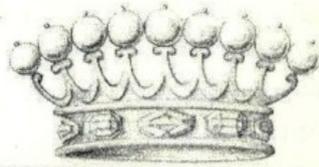
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. /
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. v. 60. Cuiabá - 2002.
206 p. ; 16cm.
Anual.
Inclui bibliografia e índice

ISSN 1677-0897

1. Melgaço, Augusto Leverger, Barão de, 1802 - 1880
I. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

CDD (20ª ed.)
981.72

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira



SEMPRE PROMPTO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

DIRETORIA Biênio 2002-2004

Presidente:

João Carlos Vicente Ferreira

1º Vice Presidente:

Gabriel Francisco de Mattos

2º Vice Presidente:

Weller Marcos da Silva

1º Secretária:

Sônia Regina Romancini

2º Secretário:

Benedito Pinheiro de Campos

1º Tesoureiro:

Francisco Freire da Silva

2º Tesoureiro:

Domingos Iglésias Valério

Orador Oficial:

Lenine de Campos Póvoas

Conselho Fiscal:

Aecim Tocantins

Aníbal Alencastro

João Alberto Novis Gomes Monteiro

Curadora do Museu e Arquivo

Elizabeth Madureira Siqueira

Coordenador Geral das Publicações Avulsas do IHGMT

Paulo Pitaluga Costa e Silva

IHGMT

Rua Barão de Melgaço, 3.869 - Centro

Cuiabá - Mato Grosso - Brasil

Telefax (65) 624 6782 - CEP 78.005-500

Site: www.ihgmt.org.br

ÍNDICE

Apresentação	pág. 11
Introdução	pág. 13

1ª Parte

Artigos

O cenário de Mato Grosso no século XIX e a contribuição de Augusto Leverger <i>Elizabeth Madureira Siqueira</i>	pág. 17
Barão de Melgaço - Exemplo de Cultura - <i>Pedro Rocha Jucá</i>	pág. 33
Barão de Melgaço - <i>Maria de Arruda Müller</i>	pág. 39
Embarcações empregadas no rio Paraguai segundo o roteiro de 1846 de Leverger <i>Carlos Francisco Moura</i>	pág. 41
Barão na Rede - <i>Gabriel de Matos</i>	pág. 45
Homenagens do Barão de Melgaço - <i>Sônia Regina Romancini</i> <i>e Aníbal Alencastro</i>	pág. 51
Augusto Leverger: O cronista e sua obra - <i>Lourembrgue Alves</i>	pág. 63
Pantanal Mato-grossense: aspectos fundiários e dinâmica populacional no município de Barão de Melgaço - <i>Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa</i> <i>e Nilson Tocacicazu Higa</i>	pág. 83
Vinte e Um anos Levergerianos na Província de Mato Grosso <i>Vera Randazzo</i>	pág. 97
A influência do Barão de Melgaço na cultura mato-grossense <i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	pág. 133
Biografia de Augusto Leverger - Barão de Melgaço <i>Paulo Pitaluga Costa e Silva</i>	pág. 139
Barão de Melgaço: O Personagem, o Pantanal e o município a propósito do turismo cultural - <i>Suíze Monteiro Leon Bordest</i> <i>e Ubaldo Monteiro da Silva</i>	pág. 145
Mato-grossense de Bretanha - <i>Nilza Queirós Freire</i>	pág. 155

1ª Parte

Artigos de Augusto Leverger - Barão de Melgaço

1- Apontamentos Avulsos	pág. 163
2- Informação prestada em 1851 por Augusto Leverger, Presidente da Província de Mato Grosso, sobre o traçado de uma estrada que comunique esta capital com a cidade de Santarém no Pará	pág. 174
3- Informação prestada pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Augusto Leverger, ao Ministro da Marinha, em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval	pág. 176
4- Breve resumo da vida do Barão de Melgaço, quanto à parte econômica, escrito por ele próprio em 1862	pág. 179
5- Relatório sobre as condições administrativas da Província de Mato Grosso ...	pág. 183
6- Diário Privado do Chefe de Esquadra Augusto Leverger, relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1865	pág. 192

APRESENTAÇÃO

Relembrar e honrar o mérito dos nossos antepassados representa um dos caminhos mais poderosos para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros da humanidade. Em situação bem mais difícil que os desta geração, os que desta geração, eles deixaram exemplos de vida e nobreza.

Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço destaca-se dentre esses exemplos de mestria e virtude que devem ser assinaladas pelos aprendizes de hoje. Sua história de vida inspira a busca contemporânea dos jovens por espaço e realização pessoal. Hoje, quando a cultura política brasileira dá evidente demonstração de maturidade democrática com a trajetória louvável de um operário que consegue ser eleito Presidente da República, Leverger mostrou-nos semelhante trajetória de vida, quando, a partir da situação de adolescente desempregado, órfão, pobre, e sozinho em terra estranha, deliberou construir-se como homem de bem, conseguindo, pelo mérito, pelo talento e pelo trabalho, conquistar o respeito, a admiração e o afeto de uma pátria que lhe reconheceu o atributo de honra e nobreza.

Em 1834, quando o nativismo e outros obstáculos sócio-econômicos inviabilizaram sua permanência produtiva em Cuiabá, fez uma retirada estratégica de bom militar, para, depois, com o reconhecido perfil de conciliador nacional receber a missão de governador Mato Grosso por mais 7 anos em sua primeira gestão, dando exemplo de tolerância, probidade e dedicação à missão recebida.

Nesta data, quando comemoramos o bicentenário do seu nascimento, vemos "Leverger" e "Barão do Melgaço" sendo lembrado com nome de cidades, vias públicas, nas artes e como Patrono em duas ilustradas casas do saber: Cadeira nº 15 da Academia Mato-grossense de Letras e da Cadeira nº 05 da Academia Mato-grossense Maçônica de Letras. Estas últimas por sua qualidade de maçom que era, pertecente, segundo os registros da Ordem, à Loja Capitula "RAZÃO, de Cuiabá, fundada por volta de 1830 e transferida para Vila Boa de Goiás em 1834 (onde funciona até os dias atuais sob a denominação de AZYLO DA RAZÃO), por motivos de violências políticas cujo evento mais lembrado historicamente vem sendo conhecido pelo nome de "Rusga Cuiabana".

Sua vida serve de roteiro pedagógico para o Protocolo da Paz assinado pelo Governo do Estado com Grande Oriente do Brasil em Mato Grosso.

Jurandir Antônio Francisco
Secretário de Estado de Cultura de MT

INTRODUÇÃO

No bicentenário de nascimento de Augusto Leverger, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso vem homenagear significativa data com a edição de uma revista comemorativa neste relevante acontecimento.

Um estudo de notável significação histórica, referenciado o Almirante como figura tão cara à história e às tradições mato-grossenses, mormente tratando-se da importância deste personagem, francês de nascimento e que tanto fez pelo Brasil e por Mato Grosso.

Nascido em Saint Malo, região Bretanha, na França, em 30 de janeiro de 1802, percorreu todos os postos da Marinha Imperial do Brasil, de 2º tenente a Almirante de Esquadra. Foi ainda Presidente da Província de Mato Grosso por 5 vezes e, por seus feitos militares na Guerra do Paraguai, recebeu do Imperador D. Pedro II o título de Barão de Melgaço. Faleceu em Cuiabá em 1880.

É o Patrono do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que tem a sua sede social na Casa Barão de Melgaço, residência do homenageado ainda no século XIX.

Foi árdua a tarefa da Comissão designada pela Presidência do Instituto, para forjar sua revista anual de nº. 60, de 2002, com a sua temática voltada inteiramente para o grande "Bretão Cuiabanizado", como a ele se referiu Virgílio Corrêa Filho. Difícil preparar os artigos e adequá-los inteiramente ao tema, e apresentar um perfil histórico e cultural dessa grande e inolvidável figura provincial, mostrando a sua vida e sua obra, administrativa, intelectual e militar. A somatória desses registros externam, sem dúvida e com toda a

eloquência e riqueza de detalhes, o perfil do homenageado.

Uma das expressões máxima da intelectualidade mato-grossense, Augusto Leverger é o orgulho de nossa cultura, cujo brilho da celebração o demonstra como expoente do saber científico do Mato Grosso Provincial, projetando-o no cenário brasileiro, nos sonhos desdobrados de suas batalhas militares e políticas.

Homenageando o Barão de Melgaço, esta edição especial do Instituto Histórico, tenta fixar e ensinar aos pósteros, a figura ímpar desse militar detentor de tantos feitos e a quem a gente e a terra mato-grossense tanto devem.

Esta casa jamais poderia esquecer a vida, a obra e os feitos de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, no bicentenário de seu nascimento.

João Carlos Vicente Ferreira
Presidente do IHGMT

1ª Parte

Artigos

O CENÁRIO EDUCACIONAL DE MATO GROSSO NO SÉCULO XIX E A CONTRIBUIÇÃO DE AUGUSTO LEVERGER

Elizabeth Madureira Siqueira

Os pressupostos básicos da Modernidade no interior da Instrução

O século XIX marcou indelevelmente a História da Educação brasileira, visto que foi nesse período cronológico estabelecido, pela primeira vez, um sistema educacional que tinha por base valores e sinais modernos, transladados do cenário europeu e reajustado à realidade do nascente Império independente do Brasil. Dentre esses signos podemos elencar a racionalidade, pressuposto básico para se atuar e transformar a realidade, base epistemológica advinda da transformação do pensamento teológico - que entendia as transformações sociais como determinadas pelos desígnios divinos - para o pensamento racional e científico, baseado na idéia de que cabia aos homens decidir e interferir na realidade através de ações testadas e experimentadas, que tinham por base a Ciência.

Foi a partir desses valores que os homens começaram a estabelecer novos paradigmas capazes de dar suporte às inovações que estavam

° Prof^o Dr^o em História da Educação (IE/UFMT), Mestre em História Social (USP/SP) e membro dos Conselhos Editoriais da Revista do IHMT e da EdUFMT.

por se processar. Assim, a noção de tempo - que antes era concebido cíclico - ganhou uma concepção linear e evolutiva, de forma a se revestir de valor e tornar-se mensurável e quantificável. Assim, os dias da semana foram concebidos como períodos produtivos, momentos de trabalho, daí ter Restif de la Bretonne assim se expressado em contraposição à noção de tempo medieval: *Tal é o efeito funesto do salário excessivo pago aos operários, em certas profissões. A facilidade de ganho os transvia. Chegam os malditos feriados. Os empregados exigem uma gratificação extra para trabalhar nesses dias e no dia seguinte vão devorar essa gratificação(...) Nada mais imoral e menos razoável que dois feriados seguidos, e imaginem três! Um feriado no meio da semana nas grandes cidades é um dia de desordem(...)* (Rouanet: 125)

O mesmo ocorreu no tocante à noção de espaço - concebido, no pensamento teológico, como território destituído de valor por si -, transformou-se, com a racionalidade, em bem de produção, constitutivo de valor mensurável e base para se processar as ações decorrentes da intervenção da sociedade moderna. Nessa medida, a paisagem mereceu ampla transformação - os homens deveriam, no mundo moderno, conviver harmonicamente tanto com o campo quanto com a cidade. Esta última, chamada burgo mereceria uma ampla reformulação, transformando-se, de lugares escuros e pouco movimentados, em centros de atração, de divertimento e de trabalho, ganhando iluminação (a azeite, a querosene, a gás e depois à eletricidade); as ruas centrais das capitais seriam palcos de luz (a exemplo de Paris, que no século XIX foi cognominada "a cidade luz". Os homens de negócio, as elites e a camada média seriam os responsáveis pela dinamização desses espaços, utilizados tanto para o lazer - cafés, boulevares, teatros - prestando-se ainda enquanto espaços de negócio e palco de exposições de arte, de produtos, de máquinas e de novos inventos engenhosamente inventados pelos homens da modernidade.

Tempo e espaço foram a base para a construção do tempo calendário, uma construção social, onde o calendário era composto de eventos ocorridos num determinado tempo, portanto, datados, e que se realizavam num determinado território. A noção histórica passava, nessa medida, de uma concepção medieval para uma concepção moderna e valorativa do tempo e do espaço. Quem decidia o que privilegiar nesses calendários eram os homens e não os fatores divinos ou naturais. O que lembrar, o que comemorar passou a ser uma deliberação humana, das nações, o que ensejou o aparecimento dos calendários paroquiais e nacionais que, mesmo tendo sido confeccionados por poucos, deveriam

ser seguido e respeitado por toda a sociedade, transformando-se, nessa medida, em espaços de poder.

O tempo valorativo ensejou o aparecimento do horário, regulamentador das atividades produtivas, do lazer e do descanso. Segundo Glezer, A vida urbana começava a ser lentamente aprisionada pelo sistema cronológico - tempo cotidiano, tempo de horas certas, tempo de trabalho medido. (Glezer: 262) De uma noção de tempo largo, sem muito andamento, passou-se à introjeção da noção de um tempo contabilizado em horas, passível de ser quantificado e contabilizado. Do tempo "dom de Deus", passou a um tempo "servidor dos homens". (Glezer: 265) Dessa nova concepção teve origem o escalonamento do tempo de vida humana: período pré-natal, período da infância, da adolescência, da idade adulta, da terceira (para alguns "melhor idade"), tempo da doença, momento da morte.

Da mesma forma, o poder ganhou uma nova concepção, passando de uma correlação de forças pulverizadas, a exemplo do que ocorria com os senhores feudais, para o poder concentrado pelos Estados Nacionais, tendo à frente a figura enigmática dos reis e soberanos - detentores do poder temporal. Estes se aliaram à força espiritual da Igreja católica, um dos importantes sustentáculos do mundo moderno. Essas transformações na maneira de conceber a realidade não poderia, certamente, ser privilégio das elites, mas sim serem transmitidas para a maioria da população, a fim de que a sociedade pudesse, de forma uníssona, estabelecer e atuar socialmente tendo por base os valores similares. A expressão mais evidente da aplicação dos princípios modernos na política foi racionalização da justiça, quando as leis passaram a ser pensadas, discutidas e elaboradas por apenas uma parcela da população, tornando-se, posteriormente à sua aprovação, válida para todos. Isso ocorria, segundo Rouanet, porque *(...) a ilustração não foi especialmente democrática. O único democrata foi Rousseau para quem todo poder emanava do povo soberano, e para quem a soberania era indizível e indelegável. Em geral, contudo, os filósofos da ilustração, como os liberais do século XIX, temiam a participação política das classes populares.* (Rouanet: 129)

A mais expressiva representação do pensamento racional se deu na esfera da economia, quando se assistiu a um rompimento com as antigas formas produtivas e o nascimento de novas, onde a mentalidade capitalista empresarial sobrepunha às antigas formas de pensar. A produção em série, lançando mão de máquinas, aliada a um tipo de trabalho onde os operários desempenhavam funções repetitivas, o que

os impedia de dominar o processo produtivo como um todo, o assalariamento e o início do trabalho infantil, marcaram profundamente o advento da modernidade.

Vale lembrar que a responsabilidade da veiculação dessas novas descobertas coube a um dos mais importantes inventos, a imprensa, motor de circulação e comunicação do novo mundo que nascia. Mas, ela tinha como pré-requisito o domínio do mundo da escrita, cujos signos e sinais deveriam ser de ampla circulação no interior das sociedades, visto que seria através dela que os novos valores seriam repassados a todos os homens. Isso colocou como imperativo a abertura e democratização desse novo universo das letras, visto que, mesmo no cenário europeu, a maioria da população ainda se mantinha no universo da oralidade. A escola foi, nessa medida, a instância escolhida para processar a veiculação desses novos valores, prestando-se, sobretudo, como espaço para se ensinar as crianças não só a ler e a escrever, mas, responsável pela transmissão de valores e conceitos do nascente mundo moderno, de forma a que elas abandonassem seus antigos hábitos e costumes e introjetassem, não só teórica como na prática, esse novo paradigma que nascia.

No contexto moderno, a sociedade estava se organizando em Estados Nacionais, regidos por leis e constituições, as quais tinham por base o domínio da leitura. Assim, cabia às escolas o papel de erradicar o analfabetismo, pressuposto básico para que as leis pudessem ser de conhecimento de todos. Poderíamos, *a priori*, admitir que essa proposta de socialização do mundo letrado deveria ser estendida, na mesma proporção, a todos os habitantes, porém o projeto educacional moderno objetivava conceder, em dosagem e graduação diversas, os benefícios da educação: aos homens que ocupavam o topo da sociedade (as elites), todos os níveis de ensino (primário elementar e complementar, o secundário e o superior); às camadas médias, o ensino primário elementar e complementar e o secundário (de preferência profissionalizante); às camadas trabalhadoras, somente o nível primário elementar - ler, escrever e contar. Essa proposta objetivava reproduzir, no âmbito educacional, a divisão de classe e de trabalho existente no interior da sociedade. Esse esforço visava, sobretudo, retirar a base da sociedade - composta por homens livres e pobres - do universo da oralidade, tornando-lhes acessível o domínio, mesmo que mínimo, da leitura, escrita e cálculo, o que possibilitava aos seus membros se converter em trabalhadores mais aptos a manusear as modernas máquinas, assim como não poderiam eles alegar desconhecimento das leis, base

que estabelecia seus deveres e direitos.

Quando esse projeto educacional moderno foi transladado para o Brasil, seus contornos se apresentaram ainda mais acanhados, visto que a sociedade brasileira, na primeira metade do século XIX, era constituída de uma expressiva base composta pelos escravos, segmento a quem era vedado o acesso à escola. Quem se beneficiaria das *benesses* do universo escolar seriam os homens pobres - a quem deveria ser ensinado apenas os rudimentos da alfabetização -, as camadas médias - a quem era oferecido o ensino primário integral (elementar e complementar), possibilitando, a alguns poucos, o acesso ao ensino secundário; às camadas mais elevadas o pleno trajeto escolar - ensino primário pleno, o secundário e o superior. Alfabetizar tornou-se, no Brasil do século XIX, uma obrigação do Estado nascente, visto que o nosso país deveria se apresentar positivamente, enquanto nação, diante do cenário internacional e seu povo não poderia ser, tão somente, os 2/3 de escravos. Por isso, alfabetizar as camadas mais pobres da população tornou-se condição *sine qua non* para que o povo brasileiro - composto tão somente pelos homens livres - se fizessem bem representar bem perante as demais nações. Mas o papel da escola extrapolou essa representação, visto que cabia à instituição escolar moderna não apenas instruir - repassar conhecimento - mas, sobretudo, educar - ensinar os pressupostos morais e valorativos. Assim, a escola moderna brasileira assumiu para si esse duplo papel, visto que no interior de grande parte das famílias vigoravam ainda hábitos e costumes antiquados e inadmissíveis para um país independente que optara por se engajar no movimento mundial de modernização.

O MOMENTO DA EXPANSÃO E REPRODUÇÃO DO IDEÁRIO MODERNO NO IMPÉRIO BRASILEIRO E NA PROVÍNCIA MATO-GROSSENSE

Isso justificou o Estado brasileiro ter assumido, praticamente sozinho, a condução do processo educacional, seja estabelecendo leis e regulamentando o funcionamento do sistema, até ditando conteúdo e até mesmo método de ensino das escolas, assim como pressionando as camadas mais pobres a colocar seus filhos nas escolas, sob pena de punição. A primeira lei regulamentadora da educação foi a de outubro de 1827, a qual prescrevia, para toda a nação, a obrigatoriedade do ensino primário elementar, dispunha sobre o melhor método de ensino - o mútuo - e sobre as punições aos pais irresponsáveis. Mesmo com o

Ato Adicional (agosto de 1834), responsável, teoricamente, pela descentralização, o sistema escolar continuou, em muitas províncias e por muito tempo, a ser regido pela lei de 1827.

Em Mato Grosso, o primeiro regulamento da Instrução Pública data de 1837 (Lei nº 8, de 5 de maio), aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada por José Antônio Pimenta Bueno, Presidente da Província. Segundo esse texto legal, a instrução pública de Mato Grosso constaria de apenas um nível, o primário, dividido em dois graus, o elementar - responsável pelo ensino da leitura, escrita, das quatro operações aritméticas e de princípios religiosos - e do complementar - no qual seria aperfeiçoado o ensino da leitura, escrita, estudar-se-ia a aritmética até proporções, rudimentos de gramática portuguesa e ministradas noções gerais dos deveres religiosos e morais. (Sá & Siqueira: 11) O ensino primário elementar deveria ser estendido para todas as povoações e lugares onde havia, no mínimo, 20 crianças em idade escolar, sendo que o complementar somente seria implantado nas cidades e vilas mais populosas, onde existisse, no mínimo, 30 alunos em idade escolar. Essas escolas foram pensadas, quase que exclusivamente, para atender ao sexo masculino, visto que no artigo 3º desse regulamento, somente seriam abertas escolas de meninas, com no mínimo 20 crianças, quando na localidade já existisse o ensino primário complementar para meninos. Para diferenciar o ensino dos gêneros, era prescrito para as meninas somente o ensino primário elementar, onde elas aprendiam a ler, escrever, as quatro operações, os princípios morais e religiosos, além das artes domésticas, exclusivas, estas últimas, ao sexo feminino. O ordenado dos professores primários também foi objeto de prescrição, perfazendo os professores das escolas primárias complementares o ordenado, mínimo, de 300 mil Réis, sendo que aqueles das escolas elementares, no mínimo, 200 mil Réis. Esse mínimo era fixado tendo por base o número de alunos, além das gratificações voluntárias oferecidas pelos pais dos alunos. Determinava ainda o Regulamento de 1837 o perfil dos professores, devendo os mesmos terem 18 anos, bom comportamento - atestado por autoridade civil ou eclesiástica -, domínio do conteúdo e método, domínio da língua nacional, sendo que seu ingresso se daria por nomeação. Indicava ainda essa lei sobre a suspensão, remoção e demissão de professores, assim como estabelecia as modalidades de inspeção, as quais tinham à frente a figura do Inspetor Geral dos Estudos Públicos, responsável pela vigilância das escolas primárias da capital, sendo que para as do interior caberia aos Inspectores Especiais, nomeados pelo primeiro. No Título 6º, essa legislação prescrevia acerca da

obrigação dos pais em matricular seus filhos na escola primária elementar, considerada obrigatória para toda a população, prevendo, em seus artigos, as punições a que estariam sujeitos aqueles que desrespeitassem o regulamento.

O REGULAMENTO LEVERGERIANO, SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E A DURABILIDADE DAS MEDIDAS PROPOSTAS

No ano de 1854, na gestão administrativa de Augusto Leverger, o Regulamento de 1837 sofreu uma reformulação em 30 de setembro. Além do já prescrito no regulamento anterior, o de 1854, em seu Capítulo 1º, determinava a forma e condição para o estabelecimento de escolas, baixando o número mínimo de 10 alunos ou alunas na abertura das mesmas, sendo que somente após um ano seria exigido o número mínimo e 20 estudantes. No capítulo seguinte, *condições do magistério*, dispunha sobre a documentação a ser apresentada tanto pelos professores como pelas professoras, sendo que a admissão seria feita mediante exame oral e escrito, presidido pelo Inspetor Geral de Estudos, mais duas outras pessoas, responsáveis pela avaliação dos candidatos. Nesse mesmo capítulo estava previsto o conteúdo mínimo exigido, assim como a aprovação ou reprovação dos candidatos e sua nomeação. Uma inovação importante desse regulamento foi dispor sobre os deveres dos professores, calendário escolar e horário das escolas e ainda sobre avaliação de alunos e a forma de premiação dos mais aplicados. O capítulo 4º, intitulado *penas a que ficam sujeitos os professores*, é dedicado a esse tema, sendo que o seguinte, de maior proporção e minudência, dispõe sobre a inspeção das escolas, ocasião em que, além do Inspetor Geral de Estudos, é criado o cargo de Inspectores Paroquiais, indicados pelo primeiro e nomeados pelo Presidente da Província. O capítulo 6º é dedicado às escolas particulares, forma de instalação, inspeção, prestação de conta de seus trabalhos ao Governo Provincial, através do Inspetor Geral dos Estudos, dispondo ainda sobre as formas de punição e subsídio. Outra importante inovação desse Regulamento de 1854 é que, em suas *Disposições Gerais*, estende às professoras do sexo feminino as disposições da lei, o que denota um interesse pelo trabalho magisterial do sexo feminino.

Esse Regulamento foi o que teve maior vigência - de 1854 a 1873 -, visto que os subseqüentes foram reformulados numa velocidade espantosa: 1873-1875, 1878, 1880 e 1889. Essa característica de estabilidade e atualidade, conferida ao Regulamento levergeriano,

demonstra a maleabilidade e a capacidade de adaptação dos pressupostos modernos, trazidos da Europa, à realidade mato-grossense em constante transformação naquele período. De outro lado, a filosofia norteadora dessa legislação mantinha o espírito democrático, visto que apontava para uma expansão e uniformização do sistema educacional, uma vez que previa que qualquer escola poderia iniciar com o número inicial de 10 alunos, sendo que somente meses mais tarde é que seria exigida uma quantia maior, determinante da funcionalidade regular da escola. Esse princípio visava espalhar, para um maior número de localidades, as escolas primárias elementares.

Outro ponto que marcou significativamente a atuação de Augusto Leverger frente ao cenário educacional foi a maior maleabilidade imprimida na contratação de professores capacitados e bem formados, elementos escassos na província, visto que estes deveriam ter uma formação específica e apropriada para o magistério. Tomando como base que na província mato-grossense ainda não havia sido instituído um curso Normal - específico para a formação docente - Leverger considerou que aqueles indivíduos que se dispusessem a exercer o ofício de professor, mesmo se não fossem aprovados nos exames de capacitação, não deveriam ser descartados, porém assumiriam as classes, visto que a eles cabia, tão somente, ensinar a ler, escrever, as quatro operações (com números inteiros e decimais), catecismo de doutrina cristã, civildade e elementos de gramática da língua nacional. creditando que esse alargamento reverteria em benefícios, assim se expressou o "bretão cuiabanizado":¹

[...]não tive dúvidas em prover as cadeiras vagas em sujeitos que os exames haviam mostrado pouca habilidade para regê-las; e até me pareceu dever nomear interinamente um candidato reprovado pelos examinadores, mas que não julguei menos idôneo do que os outros que estão regendo as aulas. [...]que alguns professores mal sabem aquilo que devem ensinar. Contudo, essa pouca instrução é preferível à ignorância absoluta.²

1 - Essa expressão foi utilizada, pela primeira vez, por Virgílio A. Corrêa Filho, para designar o qualificativo de Augusto Leverger, Barão de Melgaço que, nascido na Bretanha, escolheu Cuiabá para residir e construir família.

A admissão de professores, mesmo que despreparados, objetivava preencher as vagas das inúmeras escolas fundadas em quase todos os povoados, vilas e cidades, pois considerava necessário que fosse contemplado o espírito da filosofia moderna, que indicava que a instrução pública fosse "derramada" a um número significativo de habitantes e, para isso, que fosse proliferado o número dos estabelecimentos escolares, espalhados pela maior extensão territorial da província. Essa atitude de cunho liberal, mais tarde, foi objeto de arrependimento, visto que ele próprio terminou por reconhecer que a quantidade não sobrepunha à qualidade, resolvendo pelo fechamento de muitas escolas consideradas improdutivas. De qualquer forma, a primeira atitude de Augusto Leverger, em 1854, estava em perfeita sintonia com os indicativos europeus, para os quais a educação elementar deveria se estender à maioria dos habitantes. Isso não significava que essa maioria seria beneficiada com os demais graus de escolaridade, porém o que se objetivava era proporcionar aos analfabetos, ao menos, o ensino primário elementar.

No Regulamento de 30 de setembro de 1854 (Leverger) proibia-se aos professores exercer qualquer emprego remunerado sem consentimento do Presidente da Província.³ Essa proibição objetivava estabelecer os primeiros rumos da profissionalização do magistério. Esse princípio somente ganhou amplitude no Regulamento de 1872 que estabelecia: *Capítulo 17º: Artigo 95º - Não é compatível com o professorado: § 1º - O exercício de profissão comercial ou de indústria. § 2º - O exercício de outro qualquer emprego público, salvo o de eleição popular, nem ofício de justiça.*⁴

A CULTURA DE AUGUSTO LEVERGER ERA DE RECONHECIMENTO PÚBLICO

Em 1875, entraram na província mato-grossense 485 estrangeiros, sendo 228 paraguaios, 109 italianos, 31 espanhóis, 30 portugueses e 20 argentinos.⁵ Ao passar por Cuiabá, aproximadamente entre 1875 e 1876, M. G. Mulhall, um viajante americano, destacou a existência de dois alemães, João Adolfo Josetti, nascido em Hamburgo e Martin

2 - Apud. ALVES, Gilberto Luiz. Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864. p. 103.

3 - Esta regulamentação consta do Regulamento da Instrução Pública de 30 de setembro de 1874, Capítulo 3º, artigo 20, § 2º.

4 - Regulamento da Instrução Pública da Província de Mato Grosso de 17 de setembro de 1872. APMT - Regulamentos.

5 - BRANDÃO, Jesus da. História do Comércio em Mato Grosso. p. 112.

Guilhermo, de origem judaica, comerciantes, tendo constatado ainda a presença de um francês que exercia a profissão de pedreiro e meia dúzia de italianos, estranhando a inexistência de qualquer inglês. Ao visitar Augusto Leverger, o estrangeiro registrou, na residência do Bretão cuiabanizado, [...] *bem provida biblioteca de literatura geral, e regularmente recebe a Revue des Deux Mondes, a única conexão que o liga ao mundo da ciência e da literatura.*⁶ Certamente, Augusto Leverger trouxera consigo, ao chegar ao Brasil, alguns exemplares da moderna literatura européia aos quais foram adicionados muitos outros adquiridos no Brasil ou mesmo importados.

Augusto Leverger, após o Regulamento de 1854, continuou a participar ativamente da evolução do cenário educacional de Mato Grosso, a exemplo do Regulamento de setembro de 1872, atribuído ao então Presidente a Província, Francisco José Cardoso Júnior, que preconizava em seu art. 148º:

*Poderá o governo estabelecer no lugar que entender mais apropriado, na capital, um Gabinete de Leitura, formado de livros que forem adquiridos mediante donativos particulares, e mediante compra de outros, compra que será oportunamente resolvida pelo Corpo Legislativo. O Gabinete estará a cargo e sob responsabilidade da Inspeção Geral das Aulas que fará observar o regulamento que o governo em tempo baixará.*⁷

Ao expor aos parlamentares mato-grossenses esse ponto de sua reforma, Cardoso Júnior considerou que:

[...]ninguém contestará a utilidade de semelhante instituição nesta capital, tão balda de recursos, Senhores, para quem pretende esclarecer o entendimento. [...]Para a realização de semelhante idéia. Poderá o Governo estabelecer, no lugar que entender mais apropriado na Capital, um Gabinete de Leitura formado de livros que forem adquiridos

6 - MULHALL, M. G. Viagem a Mato Grosso. p. 43.

7 - Regulamento da Instrução Pública da Província de Mato Grosso de 17 de setembro de 1871. APMT-Regulamentos.

8 - Ibidem.

*mediante donativos particulares e compra de outros oportunamente resolvido pelo Corpo Legislativo.*⁸

Uma carta foi expedida pelo Presidente a várias personalidades moradoras da capital. Nela, expunha Cardoso Júnior a importância da instituição de uma biblioteca, criada, antecipadamente, pelo Regulamento de 1872:

*[...]Para a realização de semelhante idéia peço a valorosa coadjuvação de V. Sa. A oferta desde já de livros para o Gabinete será o começo de um grande melhoramento moral. Ao Corpo Legislativo me designei pedindo-lhes os necessários auxílios. Entretanto, bom será que os filhos da província, que os habitantes dela sejam os primeiros a dar o exemplo. Não é uma coisa nova que se inicia - é uma necessidade geralmente reconhecida e que em quase todos os pontos do Império acha-se vantajosamente provida. O Mato Grosso não deve ficar aquém de suas irmãs no caminho do progresso.*⁹

Todos os elementos escolhidos como "Patronos" do Gabinete pertenciam à elite mato-grossense, o que garantia a essa camada a presença de uma instituição onde seus filhos iriam ampliar os conhecimentos já adquiridos e encontrar, nas leituras variadas que o Gabinete ofereceria, instrumentos que os alçasse na direção político-administrativa da província. Faziam parte dos patronos: D. José Antônio dos Reis, primeiro Bispo de Cuiabá, homem culto, bacharel em Direito e que havia sido, durante os trabalhos desenvolvidos junto à província de São Paulo, Diretor de uma importante biblioteca. Fora também, esse prelado, o idealizador da primeira escola particular de ensino secundário de Mato Grosso, o Seminário da Conceição. Por sua proeminência cultural e religiosa, fora indicado para escolher e selecionar os livros que fariam parte das estantes da primeira biblioteca de Mato Grosso; Augusto Leverger estrangeiro, engenheiro militar, personalidade de extensa cultura científica personalidade de grande prestígio político, visto ter ocupado, por várias vezes, o cargo de Presidente da Província; Pe. Ernesto Camilo Barreto, prelado culto, de formação aprimorada e que, mais

9 - Ibidem.

tarde, ocuparia a Inspetoria Geral dos Estudos; Dr. Augusto Novis, médico de grande prestígio e conceito pelo empenho que tivera, durante a Guerra do Paraguai, no socorro aos feridos e doentes e que, mais tarde, tal como o Pe. Barreto, vai ocupar a Inspetoria Geral dos Estudos; José Roberto da Cunha Bacelar, advogado, Deputado e, posteriormente, professor do Liceu Cuiabano.

A escolha de Augusto Leverger como um dos Patronos do Gabinete de Leitura, certamente, se deveu aos amplos conhecimentos da bibliografia do século XIX, o que foi já citado quando alguns estrangeiros se espantaram pela quantidade e qualidade de seu acervo. Mesmo não tendo podido participar da primeira Comissão, somente a escolha do seu nome, enquanto Patrono, demonstra o largo conceito de que gozava no cenário intelectual e cultural da província mato-grossense. Essa Comissão, pelos múltiplos encargos anteriormente assumidos, desincumbiu-se da tarefa, tendo sido substituída por outra que levou à frente os trabalhos de arrecadação dos donativos, em livros e móveis, e que listou as obras que deveriam ser adquiridas na Corte e na Europa. Essa troca mereceu uma nova nomeação.¹⁰

A inauguração do Gabinete de Leitura, em Cuiabá, somente ocorreu a 18 de abril de 1874, na gestão de Miranda Reis que, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa, discorreu longamente sobre a importância desse estabelecimento:

Muito me compraz anunciar-vos que no dia [lacuna] do mês último findo inaugurou-se nesta Capital o Gabinete de Leitura. É este um fato de tanto alcance futuro que não deve passar despercebido: ele significa que naquele recinto tem franco ingresso todos aqueles que na leitura dos bons livros tiverem a legítima e justa pretensão de enriquecer o espírito com todos os conhecimentos úteis indispensáveis aos misteres da vida, qualquer que seja a hierarquia de suas posições sociais.

[...]A Província de Mato Grosso se não pode na atualidade acompanhar no vôo as águias brasileiras,

10 - A segunda Comissão foi composta pelo Tenente -Coronel João de Souza Neves, 1º Tenente da Armada, Antônio Joaquim Moreira Marques, Dr. Antônio Gonçalves de Carvalho, Cônego José Joaquim dos Santos Ferreira, Dr. Joaquim Januário dos Santos Pereira, Dr. Augusto Novis e Dr. Carlos José de Souza Nobre. Essa informação consta do Relatório apresentado pelo Presidente da Província, José Miranda da Silva Reis, à Assembléia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1874. APMT - Relatórios.

suas irmãs, que procuram tocar a perfeição física e moral, não se deixa contudo entibiar e possuir de desânimo, não: com passos mal seguros ela fita os olhos no futuro e caminha para ele indiferente às urzes e aos espinhos que juncam a estrada que trilha. Por todas as partes a propaganda da instrução popular faz prosélitos inúmeros; nesta Província todos os homens de coração e inteligência são sectários dela e não se deixam exceder em dedicação e entusiasmo. Os fatos aí estão para demonstrar esta verdade.¹¹

ESTRUTURANDO E ORGANIZANDO O SISTEMA ESCOLAR

Até o ano de 1854, as escolas funcionavam sem qualquer controle mais estreito por parte das autoridades. Assim, no Regulamento levergeriano foram criados os cargos de Inspetor geral e paroquiais, tendo, em sua regulamentação, sido definidas entre outras obrigações:

Capítulo 5º

Inspecção das Escolas

[...]Art. 36 Além das obrigações marcadas implícita ou explicitamente aos Inspectores de Paróquia, em diversas partes do presente Regulamento, incumbe-lhes:

§ 1º Observar e fazer observar as ordens e instruções que lhes forem expedidas pelo Inspetor Geral.

§ 2º Inspecionar as escolas respectivas, manter nelas o cumprimento das Leis, Regulamentos e decisões das autoridades superiores que lhes forem concernentes.

§ 3º Passar aos professores as atestações de freqüência para poderem cobrar os seus ordenados.

§ 4º Por o seu -visto-, datando-o e rubricando-o, nos mapas mensais e semestrais que lhes forem apresentados na forma do Artigo 19, § 4º e exigir tais mapas quando haja demora da parte dos professores.

§ 5º Remeter os mesmos mapas ao Inspetor Geral, fazendo-os acompanhar das observações que julgarem convenientes.

11 - Idem.

§ 6º Admoestar os professores, quer públicos quer particulares, das escolas da paróquia, quando faltarem às suas obrigações.

§ 7º Denunciar ao respectivo Juiz de Órfãos os tutores, curadores e quaisquer protetores de órfãos, que deixarem de dar a estes a instrução primária, na forma do artigo 32 da lei nº 8, de 5 de maio de 1837, dando de tudo conta ao Inspetor Geral.

§ 8º Participar ao Inspetor Geral qualquer falta mais repreensível que os ditos professores cometerem, quer no exercício de suas funções, quer contra a moralidade e decência pública.

§ 9º Visitar ao menos uma vez em cada mês as mesmas escolas, às horas letivas, para observar se se mantém a disciplina, devendo tratar os professores com toda a deferência.¹²

Augusto Leverger foi, nessa medida, uma personalidade de extrema importância no desenvolvimento educacional da então província de Mato Grosso. Sua vasta experiência vivenciada na Europa, berço das inovações modernas e a habilidade com que conseguiu transpô-las para o cenário mato-grossense demonstra seu relevante papel na implementação do processo de estruturação de um sistema educacional formado por elementos que desempenhavam papéis relevantes na sua estrutura, visto que anteriormente, cabia unicamente ao Presidente da Província e ao Inspetor Geral dos Estudos o controle desse processo. Com o Regulamento levergeriano, foram dados os primeiros passos no sentido de se pensar a Instrução (tanto pública quanto privada) tendo por base um sistema hierárquico e bastante abrangente, de forma se pensar numa homogeneização das inúmeras escolas criadas no território da então província mato-grossense, assim como obter condições para seu controle e intervenção. Nessa medida, a colaboração de Augusto Leverger para o setor educacional de Mato Grosso foi, certamente, a mais importante base para sua evolução e estruturação futuras.

12 - Regulamento da Instrução Pública de 1854 - APMT - Regulamento.

BIBLIOGRAFIA

- AYER, A. J. (comp.) - *El positivismo lógico*. 2.ed., México, Fondo de Cultura Economica, 1965.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva - "O tempo e o indivíduo na Modernidade". *História em Debate: problemas, temas e perspectivas*. São Paulo: ANPUH, 1993: 249-256.
- BAKHTIN, Mikhail - *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1987.
- BENJAMIN, Walter - *Magia e técnica, arte e política*. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras Escolhidas, 1)
- *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BERMAN, Marshall - *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRUNI, José Carlos - "A temporalidade da tradição". *História em Debate: problemas, temas e perspectivas*. São Paulo: ANPUH, 1993: 235-240.
- CHAUÍ, Marilena e outros - *Primeira filosofia: lições introdutórias*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FLOREZ, Cirilo - *Dialectica, historia y progreso*. Salamanca: Sigueme, 1968.
- FREUD, Sigmund - *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Completas, 21)
- GLEZER, Raquel - "Tempo e os Homens: dom, servidor e senhor". *História em Debate: problemas, temas e perspectivas*. São Paulo: ANPUH, 1993: 257-268.
- HARDMAN, Francisco Foot - *Trem Fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.
- KURZ, Robert - *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LE GOFF, Jacques - "Antigo/Moderno". In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp., 1994: 167-202.
- "Passado/Presente". In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp., 1994: 203-232.
 - "Progresso/Reação". In: *História e Memória*. Campinas: Unicamp., 1994: 233-282.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais).
- MAYER, Arno J. - *A força da tradição: a persistência do antigo regime*

- (1848-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MENEZES, Philadelpho - *A Crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Experimento, 1994.
- ORTIZ, Renato - *Cultura e Modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROUANET, Sérgio Paulo - *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- *As razões do Iluminismo*. 3.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau - "O enigma do pós-moderno". In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso e outros. *Pós-Modernidade*. 4ª ed. Campinas: Unicamp., 1993: 44-55.
- SIQUEIRA, Elizangela Madureira. *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870 - 1889)*. Cuiabá/Brasília, EDUFMT/INEP, 2000.
- TOURAINÉ, Alain - *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARÃO DE MELGAÇO, EXEMPLO DE CULTURA

Pedro Rocha Jucá

O almirante Augusto João Manuel Leverger, mais conhecido por Barão de Melgaço, é um exemplo de cultura e por isto deve ser sempre lembrado pelo povo mato-grossense. Nascido em Saint Malô, Bretanha, na França, no dia 30/01/1802, ele chegou a Cuiabá no dia 23/11/1830, ainda muito jovem. Além de ser o maior estadista de Mato Grosso no Império, ele soube lutar com bravura tanto no Forte de Coimbra, como na Colina do Melgaço, não permitindo que o inimigo chegasse à Capital da Província e ocupasse esta parte do território brasileiro. Faleceu em Cuiabá no dia 14/01/1880, consagrado como um grande administrador, um grande herói. Mas ele foi também um grande exemplo de cultura. Na Casa Barão de Melgaço, onde viveu os seus últimos dias, funcionam as duas mais antigas e importantes entidades culturais do Estado: a Academia Mato-grossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

No dia 12/05/1905, o presidente Antônio Paes de Barros designou os grandes historiadores Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza para coordenar a edição das obras do Barão de Melgaço. Os problemas políticos que aconteceram logo em seguida não permitiram que esta honrosa missão fosse além do livro "Vias de Comunicação de Mato Grosso". Contudo, a Historiografia Mato-grossense reverenciará o Barão de Melgaço para sempre. Publicar livros em Mato Grosso sempre foi difícil. É um desafio permanente para todos aqueles que se atrevem

a escrever. Os que têm o poder de decisão não sabem distinguir o que é exatamente produção cultural ou manifestação artística, levando esta última a melhor. No caso do Barão de Melgaço, o Estado até teve interesse em publicar seus livros, mas sempre havia uma fatalidade a impedir a concretização deste sonho, que poderia ser realizado pelo atual governo mato-grossense.

O coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Barão de Maracaju, governou a Província de Mato Grosso de 05/12/1879 a 02/05/1881. Neste espaço de tempo, porém, demonstrou ser um governante que soube cuidar da vida cultural da Província. Vejamos o texto da Lei N.º 561: "O general Barão de Maracaju, bacharel em Matemática, dignatário da imperial Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro das de São Bento de Aviz e da Rosa, condecorado com as medalhas do Mérito Militar, Rendição de Uruguaiana e campanhas do Estado Oriental de 1852 e do Paraguai, presidente e comandante das Armas da Província de Mato Grosso. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: Artigo Único. -- O Presidente da Província é autorizado a mandar imprimir e publicar, por conta dos cofres provinciais, os trabalhos elaborados pelo finado Barão de Melgaço, relativos a Mato Grosso, tornando-se a edição propriedade da Província, revogadas as disposições em contrário. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio da Presidência da Província de Mato Grosso em Cuiabá, aos 27 dias do mês de novembro de 1880, 59.º da Independência e do Império. BARÃO DE MARACAJU". Esta lei foi selada e publicada, registrada no livro competente, mas não foi cumprida por aquele governante, que deixou o poder no dia 02/05/1881.

Contudo, o presidente Francisco Rafael de Melo Rego, que governou a Província de Mato Grosso de 16/11/1887 a 06/02/1889, tentou em 1888 cumprir a Lei nº 561, do Barão de Maracaju, sobre a publicação das obras do Barão de Melgaço, *"não somente em obediência àquela lei, como também com o intuito de salvar o farto arquivo, por ele deixado, da ação deletéria do tempo e do descuido dos homens"*, como diriam no dia 17/05/1905 os historiadores Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza. O presidente Manoel José Murinho, o primeiro governante mato-grossense do período republicano, que também enfrentou crises políticas, homenageou o Barão de Melgaço com a construção de um monumento sobre o seu túmulo no Cemitério

da Piedade, em Cuiabá, mas nada fez quanto à publicação das suas importantes pesquisas sobre Mato Grosso.

Nova tentativa veio com o Decreto nº 168:

"O Coronel Antônio Paes de Barros, Presidente do Estado de Mato Grosso, Usando da autorização que lhe é conferida pela Lei Provincial N.º 561, de 27 de novembro de 1880, resolve abrir o crédito de cinco contos de réis para a impressão e publicação dos trabalhos elaborados pelo Barão de Melgaço, relativos a Mato Grosso, e nomear para coordenar e dirigir a publicação dos mesmos trabalhos os cidadãos Estevão Anastácio Monteiro de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza. Palácio da Presidência do Estado de Mato Grosso em Cuiabá, 12 de maio de 1905, 17.º da República. ANTÔNIO PAES DE BARROS".

Esta foi a primeira providência concreta a respeito, com a liberação dos recursos necessários e até a nomeação dos responsáveis pela missão. No dia 17/05/1905, os historiadores Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza comunicaram ao presidente Antônio Paes de Barros:

Temos a honra de acusar o recebimento da cópia do Decreto N.º 168 de 12 do corrente, em virtude do qual nos cabe a tarefa de coordenar e dirigir a publicação dos trabalhos elaborados pelo inesquecível Barão de Melgaço, relativos a Mato Grosso. Aceitando com imenso júbilo essa distinta e honrosa incumbência, cumpre-nos felicitar o patriótico governo de V. Excia. por haver iniciado a execução de um serviço de há muito reclamado pela opinião dos mato-grossenses em geral; e por esta ocasião levamos ao conhecimento de V. Excia. que prestaremos com o maior zelo e dedicação os nossos serviços a esse nobre tentâmen, independente de qualquer remuneração pecuniária. Prevalecemos desta oportunidade para apresentar a V. Excia. os protestos da nossa alta estima, consideração e respeito.

Finalmente, *Vias de Comunicação de Mato Grosso* foi impresso em Cuiabá no ano de 1905 como *publicação oficial*. Sobre o Rio Cuiabá, o Barão de Melgaço afirma nesse livro:

A navegação do Cuiabá dificulta-se pela excessiva sinuosidade de seu curso e pela sua pouca largura e pouco fundo em diversas paragens. Trinta e três léguas acima da barra (com o Rio São Lourenço), está a ponta inferior da ilha do Piraim, cujos canais, da direita e da esquerda, num desenvolvimento de 20 léguas, são igualmente navegáveis. Do Piraim para cima, até a cidade de Cuiabá, distante 24 léguas, as voltas do rio são menos repetidas, e maior é a largura; mas o fundo é cada vez menor, de sorte que, durante parte do ano, embarcações que demandam quatro palmos de água vêem-se obrigadas a parar em distância de oito,

dez e mais léguas da cidade.

Neste ponto, o historiador Estevão de Mendonça acrescentou a seguinte nota: *"Assim acontece na estação da seca, que se prolonga de maio a outubro.*

Estava em fase final o livro *Apontamentos Cronológicos de Mato Grosso*, outra importante obra do Barão de Melgaço. Sério problema político surgiu e impediu a sua publicação. Sabendo da impossibilidade de enfrentar as crescentes forças oposicionistas, que já estavam dominando Cuiabá, e aguardando o apoio prometido pelo governo federal, o presidente Antônio Paes de Barros não aceitou o ultimato para entregar o governo, no dia 01/07/1906, e refugiou-se no Coxipó do Ouro, onde ele lutou até morrer. No dia seguinte, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso declarou vago o cargo de presidente do Estado e empossou o vice-presidente Pedro Leite de Osório, enquanto as forças revolucionárias entravam triunfalmente em Cuiabá. No dia 06/07/1906, foi encontrado, numa gruta, o corpo do presidente Antônio Paes de Barros, *distante uns cem metros* da Fábrica de Pólvora do Coxipó do Ouro, vítima de dois tiros fatais.

Por iniciativa do deputado estadual José Henrique Hastenreiter, foi incluída na Constituição de Mato Grosso, de 1947, o artigo 35, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a autorização para que o Governo do Estado desse cumprimento à Lei N.º 561, de 27/11/1880, iniciando a publicação das obras do Barão de Melgaço a partir de 1948. Este é o texto do artigo 35, acima citado: *"O Governo do Estado dará cumprimento à Lei 561, de 1880, iniciando em 1948 a publicação das obras de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço"*. Sem a menor explicação na época, mais uma vez as obras do Barão de Melgaço não foram publicadas.

O livro *"Vias de Comunicação de Mato Grosso"* foi republicado, em fac simile, pela Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, que vivia o seu período áureo. Novamente estava "em preparo" o segundo livro de Barão de Melgaço, agora com novo título: *Apontamentos para o Dicionário Cronográfico da Província de Mato Grosso*, mas teve o mesmo destino do anterior. O historiador Rubens de Mendonça escreveu na "orelha" da republicação de "Vias de Comunicação de Mato Grosso": *"Quando penso em Mato Grosso, penso em Ricardo Franco de Almeida Serra, em Leverger, José Tomás de Almeida Serra, Rondon, Dom Aquino, José de Mesquita, Toletino de Almeida, Pedro Medeiros, penso nos homens que fizeram alguma coisa pela nossa cultura, que cultivaram as nossas letras"*.

O Barão de Melgaço deixou uma vasta obra sobre Mato Grosso. Gostava de escrever, tinha um texto da melhor qualidade em todos os sentidos, principalmente pelo seu grande amor a Mato Grosso. O governo mato-grossense poderia publicar todas as suas pesquisas. Seria no mínimo, um investimento legítimo na cultura mato-grossense e um gesto de justiça ao maior governante de Mato Grosso no período imperial. Basta procurar o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, que tem condições de fornecer o material necessário para esta valiosa e importante manifestação cívica.

Todos precisam conhecer, entre outras obras, as seguintes:

01) *Observações sobre a Carta Geral do Império.*

02) *Apontamentos do Capitão de Fragata Augusto Leverger sobre o Rio Paraguai*."

03) *Apontamentos Cronológicos da Capitania de Mato Grosso.*

04) *Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso.*

05) *Apontamentos sobre Eleições na Província de Mato Grosso.*

06) *Diário Privado do Chefe de Esquadra Augusto Leverger relativo aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 1865.*

07) *Breve Memória relativa à Corografia da Província de Mato Grosso.*

08) *Breve Resumo da Vida do Barão de Melgaço, Quanto à Parte Econômica, Escrita por ele mesmo.*

09) *Carta Corográfica do Distrito de Miranda, na Província de Mato Grosso.*

10) *Carta Geográfica da Província de Mato Grosso.*

11) *Apontamentos Avulsos.*

12) *Carta Hidrográfica do Rio Sepotúba.*

13) *Carta de um Reconhecimento no distrito de Miranda, na Província de Mato Grosso.*

14) *Carta e Roteiro da Navegação do Rio Cuiabá desde o Salto até o Rio São Lourenço e deste último até a sua Confluência com o Paraguai.*

15) *Condições Administrativas da Província de Mato Grosso, Apresentadas em Relatório de 13 de Janeiro de 1852 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.*

16) *Derrota da Navegação Interior, da Vila de Porto Feliz, de São Paulo, à Cidade de Cuiabá.*

17) *Diário do Reconhecimento do Rio Paraguai desde Assunção até o Rio Paraná.*

18) *Diário e Roteiro de Viagem feita desde a Cidade de Assunção no Paraguai até Baía Negra.*

- 19) *Dicionário Geográfico de Mato Grosso.*
- 20) *Documentos Oficiais Portugueses e Espanhóis relativos a Limites do Império na Província de Mato Grosso.*
- 21) *Esboço Hidrográfico, em Grande Escala, desde a Foz do Rio Miranda até o Paraguai.*
- 22) *Esboço do Rio Cuiabá desde a Confluência do Rio São Lourenço até à Cidade daquele nome, Capital de Mato Grosso.*
- 23) *Exame de um parte do Rio Paraguai, entre a Foz do São Lourenço e o Paralelo 17°.35' e das Lagoas Uberava e Guaíba.*
- 24) *Índios da Província de Mato Grosso.*
- 25) *Informação Prestada ao Ministro da Marinha em 1851, sobre as Matas de Madeira de Construção Naval.*
- 26) *Informação Prestada em 1851 sobre o Traçado de uma Estrada que Comunique esta Capital com a Cidade de Santarém, no Pará.*
- 27) *Mapa da Fronteira Sul da Província de Mato Grosso.*
- 28) *Mapa Geográfico, Cronológico e Estatístico da Província de Mato Grosso.*
- 29) *Memória sobre o Rio Paraguai, desde Nova Coimbra até Assunção.*
- 30) *Notícia sobre a Província de Mato Grosso.*
- 31) *Observações sobre a Carta Geográfica da Província de Mato Grosso.*
- 32) *Planta Hidrográfica das Lagoas Uberava e Guaíba e da Porção do Rio Paraguai até a Foz do Rio São Lourenço.*
- 33) *Roteiro da Navegação do Rio Paraguai, desde a Foz do Sepotuba até o Rio São Lourenço.*
- 34) *Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a Foz do São Lourenço até o Paraná.*
- 35) *Tabelas de Latitudes e Longitudes de Diversos Lugares da Província de Mato Grosso, determinadas por Observações Astronômicas.*

BARÃO DE MELGAÇO

Maria de Arruda Müller

Augusto Leverger, francês de nascimento, mas brasileiro de alma e coração, foi um dos grandes homens da história de Mato Grosso.

Nasceu em Saint Malo, na Bretanha, em 1802, mas tornou-se entretanto, o "Bretão Cuiabanizado", como bem o chamou Virgílio Corrêa Filho.

Aos 17 anos veio para a América do Sul, como 2º comandante de uma escuna francesa "Angelique". Na ocasião da Independência do Brasil, em 1822, ele trabalhava na nau portuguesa "General Lecor", de onde se demitiu porque não queria lutar contra os brasileiros. Com a consolidação da nossa independência, ele readmitiu-se naquele navio, que então passara a pertencer ao nosso país. Seu prestígio junto à Marinha brasileira foi conquistado quando do conflito no Prata - Independência do Uruguai, ocasião em que recebeu como reconhecimento a Ordem Imperial do Cruzeiro.

Em 1837 chegou à Cuiabá o tenente Augusto Leverger e, quis o destino que ele viesse morar na mesma rua em que residia Inês da Costa Leite, por quem se apaixonou e com quem se casaria.

Dessa união nasceram duas filhas: Emília e Augusta. Com o casamento dessas filhas, uniu-se o nome Leverger aos grandes troncos de Cuiabá: os Corrêa da Costa, Alves Ribeiro, Almeida Neves, Corrêa Cardoso, Prado e outros.

Em Cuiabá, Leverger construiu um Arsenal de Marinha onde iniciou trabalhos de engenharia naval.

Em 1848 naturalizou-se brasileiro e como comandante do Forte de Coimbra recebeu a notícia de sua nomeação para Presidente da Província de Mato Grosso, estado que ele governou por quatro vezes.

Quando houve a guerra contra o Paraguai, Leverger voluntariamente organizou em Melgaço, com outros voluntários, a defesa de Cuiabá, temendo que os paraguaios aqui chegassem; o que mereceu de Taunay a expressão de "anti-mural de Cuiabá e de todo o Brasil". D. Pedro II reconheceu os distintos serviços de Leverger, conferindo-lhe o título de Barão de Melgaço a 10 de novembro de 1865.

Considerado um dos homens mais cultos do século XIX, deixou inúmeros livros científicos, ligados principalmente aos estudos hidrográficos.

O nome Augusto Leverger ficou ligado à "Casa Barão de Melgaço", onde residiu por muito anos e onde abriga hoje o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-grossense de Letras.

O solar do Barão construído no século XIX é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A 14 de janeiro de 1880 faleceu em Cuiabá o Barão de Melgaço e, a seu pedido, aqui foi enterrado no Cemitério da Piedade.

EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NO RIO PARAGUAI SEGUNDO O ROTEIRO DE 1846 DE LEVERGER

Carlos Francisco Moura

O capitão-de-fragata da Armada Nacional e Imperial Augusto Leverger fez seis vezes a navegação fluvial de Cuiabá até o forte Olimpo, duas vezes desceu o Paraguai até Assunção e, em 1846, chegou à conferência com o Rio Paraná. Desta última viagem escreveu o "Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a Foz do S. Lourenço até o Paraná, que foi publicado no tomo 25 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pp.211 e seguintes (1862).

Dentre as obras que consultou para a elaboração do roteiro, declara Leverger "farei especial menção de um manuscrito intitulado Diário da diligência ao reconhecimento do Rio Paraguay, desde o lugar do Marco, na boca do Jauru, até para baixo do presídio de Nova Coimbra, etc., pelo prestante e distinto coronel Ricardo Franco d'Almeida Serra", escrito durante o reconhecimento de 1786 pela comissão de demarcação dos limites (pp. 211/2)

É muito interessante o roteiro de Leverger, mas nesta oportunidade queremos destacar apenas dois tópicos : o das embarcações usadas no Rio Paraguai, e o dos termos regionais de acidentes geográficos - fluviais.

Tanto num caso como no outro, é bom ouvir o que tem a dizer não só porque era marinheiro e conhecia a fundo a região, como pela época

em que escreveu.

Sobre as canoas, sintetiza tudo num parágrafo - como eram fabricadas, carga que transportavam, tripulação, modo de impulsioná-las.

"A navegação fluvial província de Mato Grosso é feita quase exclusivamente em canoas de um só madeiro; a escassez de árvores corpulentas faz com que se principie a construir embarcações de cavernas e táboas; mas por falta de operários idôneos está mui pouco adiantada esta indústria. Essas canoas não têm coberta ; em geral não carregam mais de 300 arrobas inclusive os mantimentos, de que deve-se sempre levar bom provimento, pois que, desde Cuiabá até Assunção, as margens do rio são quase inteiramente desertas, e nas poucas povoações por onde se passa é duvidoso achar víveres. A tripulação de uma canoa ordinária é de 7 homens. Descendo o Rio, navegam a remos; águas cima servem-se de compridas e fortes varas que, por uma ponta, fincam no alveo do rio, ou no barranco, ou nos ramos das árvores que o bordam, e encostando a outra ponta ao peito dão movimento à canoa, caminhando de proa a popa pela borda dela." (p.248)

Não falta a referência às barcas canhoneiras, com que o governo imperial buscou substituir as famosas canoas armadas em guerra, do século XVIII, das quais já tratamos nas páginas da Revista do Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

"As barcas canhoneiras navegam do mesmo modo, tendo aliás velas para aproveitarem os ventos favoráveis; porém por muitas razões, o uso das velas não é senão accidental e a brevidade da viagem depende principalmente dos serviços das varas em cujo manejo é muito destra e acostumada a gente desta província, que se emprega na navegação."(p. 248)

Observa que na República do Paraguai as canoas eram geralmente de tábuas, que raras vezes levavam carga além dos mantimentos para a tripulação, e um ou outro passageiro. As embarcações eram como as de beira mar : balandras, hiates, escunas, sumacas e chalanas, "cujo fundo é perfeitamente plano".

Faz uma comparação entre o modo de navegar dos paraguaios e o dos cuiabanos.

"Sendo os paraguaios menos destros e afleitos do que a nossa gente

ao uso das varas, aliás ineficaz para embarcações um pouco grandes, é na falta de vento favorável, à espia que navegam águas acima; usam também da sirga ao longo das praias e barrancos limpos de mato, onde pode, sem embarço, caminhar parte da guarnição puxando a corda amarrada ao mastro: porém são mui poucos os lugares em que é praticável essa manobra a que se opõe a vegetação que cobre as margens do rio." (p.249)

E conclui que:

"Todos esses meios são lentos, e exigem numerosas tripulações; enquanto não forem substituídos pelo vapor não deixará de ser longa e dispendiosa a navegação de Montivideu ou Buenos Aires para Assunção, e mais ainda, a de Assunção, e mais ainda, a de Assunção para o interior da província de Mato Grosso." (p.249)

Ajuntando ainda, em nota, uma preocupação com a navegação a vapor.

"A respeito da navegação por vapor, ocorre-me uma dúvida: talvez que a obtenção do combustível não seja tão cômoda como muitos cuidam; e que o fato de serem geralmente inabitadas e alagadiças as margens do rio, dificulte o estabelecimento dos convenientes depósitos de lenha. Por falta de experiência e de conhecimentos especiais não me animo a discutir esta, ao meu ver, importante questão". (p.249, nota)

Finalmente, transcrevemos as definições de algumas palavras de que Leverger faz uso no Roteiro, "na acepção em que são tomadas pela gente do país", isto é, da região mato-grossense.

Baías - "São canais naturais, que servem de escoantes aos campos e pântanos, e por onde às vezes se derramam pelos mesmos campos as entumecidas águas do rio: segundo as depressões do terreno formam lagos mais ou menos consideráveis, ou encanam-se como rios, dos quais se distinguem por não terem correnteza, senão ocasionalmente". (p. 212)

Barranco - "É o nome que se dá à ribeira do rio, tendo ela pouco, ou nenhum talude, seja aliás qual for a sua altura; quando pelo contrário, o talude é considerável a ribeira recebe o nome de Praia, designação que também às vezes se aplica aos baixios, ainda que não contíguos às margens". (p.212)

Capões - *"São bosques que se vêem isolados nos campos e pantanaís; quando têm pouca largura comparativamente ao comprimento, dão-lhes o nome de Restingas". (p.213)*

Corixas - V. Corixos

Corixos - ou Corixas *"São pequenas e estreitas baías. Dão também este nome a verdadeiros regatos, ou ribeiros não perenes". (p.212)*

Estirão - *"É o espaço em que a direção do rio é aproximadamente reta". (p.213)*

Praia - V. Barranco.

Rebojo - *"É o redemoinho, ou contra corrente produzido pela sinuosidade do rio, ou pelos acidentes do seu leito, ou das suas margens". (p.213)*

Restingas - V. Capões.

Não deixa também, para evitar equívocos, de esclarecer diferenças com relação à terminologia usada pelos paraguaios.

Bancos - *"Apelidam bancos as pequenas e baixas ilhas formadas por aluviões, embora sejam cobertas de arvoredos". (p.213)*

Barranca - Dão eles à palavra barranca *"a mesma significação que damos a barranco, (e) estendem frequentemente essa denominação a toda a ribeira esquerda ou oriental, designando a outra pelo nome de chaco que, como se sabe, designa o vasto e pouco conhecido país situado a Poente do Paraguai". (p.213)*

Chaco - V. Barranca

Islas - *"Aos capões denominam islas". (p. 213)*

Riacho - *"Os paraguaios designam pelo nome de riacho o que nós chamamos braço de rio." (p.213)*

O BARÃO NA REDE

(Reflexões sobre a grandeza do mundo, desbravamento, memória, teoria da conspiração, internet e comunidade informacional)

Gabriel de Mattos

Este artigo busca fazer uma reflexão sobre dois momentos na história mundial, um deles, quando Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, viveu num lugar "incivilizado" para padrões europeus, e o escolheu para seu lugar de moradia; e os tempos atuais, início do séc. XXI, quando parece que o mundo encolheu, em virtude da Comunidade Informacional, e tudo está acessível, possível e "civilizado".

PALAVRAS-CHAVE: HISTÓRIA, MATO GROSSO, INTERNET

GRANDE IRMÃO OU FIM DA MEMÓRIA?

O estágio alcançado pela Comunidade Informacional, termo que busca designar o grupo de pessoas e instituições conectadas à Internet, assim como uma nova forma de encarar o Próximo e o Outro (desde que ligados, ou "linkados", por esse meio), levou a uma série de esperanças, desesperanças, paranóias, sonhos e tentativas de prognósticos em um nível nunca experimentados pela Humanidade.

Entre esses efeitos, estão aquelas duas posturas extremas denominadas por Umberto Eco como *apocalípticos e integrados*. E é

interessante notar que as posições são diametralmente opostas quando se fala sobre a relação entre essa Comunidade e a preservação da Memória.

Uma delas é a antiga paranóia em relação ao "Grande Irmão" do livro de Orwell, entidade que vigiaria a vida de todos os membros da comunidade 24 horas por dia, registrando informações sobre tudo que essas pessoas fariam. Essa postura hoje se reflete numa paranóia onde cada tentativa de conexão aos inúmeros sites, aos bate-papos (*chats*) e informações trocadas via *e-mail* estariam sendo gravados em um grande computador, prontos para gerar dossiês sobre qualquer microcomputador e seus usuários. Preocupação que, na prática, já gerou acompanhamentos de utilização da internet na China e em países fundamentalistas do Oriente.

Nesse sentido, nada se perderia do que foi produzido nestes últimos anos, podendo a qualquer momento ser feito uma grande prospecção sobre o que foi ao ar(?) em qualquer *fanzine cibernético* ou mesmo qualquer troca de informações entre instituições de pesquisa. De fato, um prato cheio para qualquer historiador.

Por outro lado, também já surge, justamente entre os pesquisadores que se utilizam da internet (no qual modestamente, por limitações de paciência, me incluo), uma preocupação em relação à relativa efemeridade de certas criações cibernéticas, que resumo numa frase básica que está virando bordão:

- Cadê o site que estava aqui?

Isso porque a manutenção de um banco de informações (que é ao que de fato se resume um *site*) necessita de um custo fixo mensal de aluguel do provedor, suspenso o qual aquela informação deixa de ser acessível ou, pior, é simplesmente *deletada*. Some-se a isso um afã de não só atualizar o site, dando-lhe roupagem mais ágil e relegando informações cada vez mais ao fundo daquele labirinto de acessos, como também a atualização em termos de *banda larga* e/ou qualquer novidade tecnológica em relação às quais o meio informacional é tão seduzível.

Nesse sentido o historiador fica com um pé atrás e um início de pânico: De repente, sem aviso, quando se busca um *site*, aparece a mensagem tenebrosa e ameaçadora - *A página não pode ser acessada!*

Neste caso sua esperança é se existiria algo como um "Cemitério de Sites"...

MAS O QUE ISSO TEM A VER COM O BARÃO DE MELGAÇO?

Calma, continuemos.

O QUE É REGISTRADO? QUEM REGISTRA?

No caso da segunda hipótese, algo mais facilmente demonstrável que a primeira, fica no historiador uma certa nostalgia da boa e velha cultura livresca, que a partir de Gutemberg vem registrando informações, decodificáveis pelo simples domínio da leitura, e necessitando um cuidado de preservação que se resume em um cuidado físico com o objeto livro, bem diferente dos problemas de decodificação tecnológica enfrentados desde o advento do cinema de celulóide.

Isso para ficar num exemplo básico, em que a preservação física do filme já possibilitava alguma facilidade de "leitura", assim como os rolos de cera e discos de vinil em relação ao som. A questão complica-se quando pensamos em relação às fitas de áudio e vídeo, com sua inumerável variedade de tecnologias e necessidades de aparelhos decodificadores específicos.

A questão precisa ser analisada agora em termos de quem produz esses registros, esses bancos de informações que serão manuseados por um grande número de pessoas.

No caso da grande rede, em relação aos criadores de obras cibernéticas, há uma condição positiva, que é a possibilidade cada vez maior de se poder introduzir em sua criação tanto informações iconográficas, quanto animadas e sonoras, que dão ao pesquisador (ou mesmo fruidor da obra) maior capacidade de sentir o que se deseja passar.

Isso possibilitou duas condições aos produtores de informação:

1) a vantagem de interagir com o leitor em termos de um maior número de sensações; além da ampliação da visual, também a sonora entra no contexto;

2) a vantagem de atingir, via grande rede, um público bem maior do que o possibilitado pela impressão de livros.

Nesse sentido, além da melhoria da qualidade das informações registradas e reproduzidas por instituições de pesquisa, também entraram na rede uma série de grandes corporações jornalísticas, comerciais e de entretenimento. E mais recentemente uma série de produções individuais, como o *fansite*, um sucessor das *fanzines* xerocadas que tantas contribuições trouxe no sentido de popularizar a

cultura. Também são encontrados *sites* pessoais, alguns extremamente narcisistas, e sobretudo alguns interessantes sites (produzidos por pesquisadores que desistiram de buscar o editor de livros) dedicados a algum assunto ou personalidade ou "tribo", que surpreendem pelo volume e pela profundidade de tratamento.

O leitor atento já notou que estamos chegando no Barão.

DESBRAVAMENTO OU ARQUEOLOGIA?

Nesse cenário sucintamente exposto, e neste ano do bicentenário do Barão, quando nos propomos a levantar e discutir sua história, é lógico que tenhamos a curiosidade de buscá-lo na grande rede, saber se ele a frequenta ou habita.

Neste ponto é importante que evitemos qualquer posição pré-concebida ou uma atitude que no fundo, longe de ser atual ou dinâmica, é conformista: assim como, no dizer de um artista local "pobre é quem não tem jipe", temos que evitar a assertiva "você só É se está na Internet".

E nesse sentido fomos atrás do Barão, utilizando os práticos (até certo ponto) *Sites* de Busca.

Essa procura, pelo que foi exposto anteriormente, se apresentou em certos momentos como desbravamento, em outros como prospecção arqueológica.

E não por coincidência, nesse momento Augusto Leverger se mostrou, antes mesmo que o achasse...

Isso porque imaginar um jovem de inícios do século XIX saindo pelo mundo, deixando a matriz da Civilização, e se aventurando por regiões onde selvagens ou bárbaros estavam justamente declarando e decretando sua independência em relação àquela Europa, merece respeito. Afinal quantos jovens do início deste século estarão dispostos a deixar seus países e partir para Sérvia, Croácia, Azerbaidjão, Timor ou Xexênia, em seus difíceis processos de independência? E quantos estarão dispostos a uma abertura que os faça filhos e defensores dessa nova terra, como o Barão defendeu o Brasil na Guerra da Tríplice Aliança?

Será que esse interesse pela Aventura já está relegado aos séculos passados? Tomara que não.

BUSCANDO O BARÃO

Não me propus a profundas prospecções. Uma profunda prospecção, evidentemente não pára nos arquivos da grande rede, vai aos livros, à

iconografia, aos arquivos da Casa Barão de Melgaço. Não, quero procurar o Barão onde as crianças e os jovens procuram para aqueles trabalhos de uma ou duas páginas que a professora de História pede. Que no meu tempo era feito nas folhas de papel almaço (ao maço), compradas ali na Papelaria ao lado da Escola Modelo Barão de Melgaço, que ocupava o prédio do *Palácio da Instrução*, ao lado da Matriz, quando lá estudei... ei, olha o Barão aí de novo!

E mergulhei nos *sites* de busca, durante alguns tempos. Alguns porque existe o tempo real, sempre tão exíguo, e existe aquele tempo psicológico, dilatado e independente do real, que o artista e o pesquisador tão bem conhecem, que nos faz perder o horário das aulas ou reuniões, que nos faz parecer, aos práticos de plantão, tão desligados quando, na verdade, a gente está pra lá de ligado, absorvido, envolvido.

Passei esse tempo com o Barão. Primeiro em sites nacionais, depois não pude resistir a procurar em sua França natal.

Nos nacionais encontramos o Barão geograficamente, chegando à cidade que se imbrica com sua história, Santo Antonio de Leverger, ou mesmo a vizinha Barão de Melgaço. E tome *sites* de turismo e viagens exóticas ao Pantanal. Mas também sabemos que a Fundação *Andrew W. Mellon*, através do **Center for Research Libraries num Latin American Microfilm Project: Brazilian Government Document Digitization Project** já tem indexado o *Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852*. Para quem quiser maiores informações www.crl.uchicago.edu/info/brazil/mato.html.

Sabemos também que o Dr. Victor Miguel Ponce está desenvolvendo pesquisas sobre o Pantanal utilizando a narrativa das viagens do Barão pelo Rio Paraguai de 1846, ver ponce.sdsu.edu para maiores informações.

E também uma série de sites mato-grossenses sobre História e Geografia, além de eventos turísticos como o Arrancadão na cidade de Santo Antonio de Leverger.

Nos *sites* de busca franceses uma boa surpresa: os sites brasileiros aparecem logo, mostrando que a gente já adotou mesmo o Barão. Além disso algumas informações sobre o *Domaine Le Verger*, certa região francesa, e informações sobre o médico *Guy Leverger*, ativo pesquisador.

No mais, algumas páginas indicadas pelos *sites* Google e Altavista. Mas parei por aí.

ACHANDO O BARÃO

Não somos, como diria Drummond, o poeta, responsáveis pelo destino do mundo. Pouco podemos fazer, apesar de vidas serem investidas na tentativa de fixar nosso nome ou feitos na História. Eles serão analisados por outras centenas de olhos, sob perspectivas dificilmente imaginadas.

Assim é que existem os vários Barões de Melgaço: o militar, o estadista, o pesquisador, o aventureiro, o romântico...

Prefiro achar o Barão na Rede. Não na grande infovia, multi-sobre-extra-inter-nacional. Na rede cuiabana, aquela da gente deitar depois do almoço, à beira do Rio Cuiabá, olhando da varanda da casa simples o pôr do sol no Pantanal.

E é assim que vejo o Barão, sorrindo na rede preguiçosa, olhando aquele canto do mundo que ele ajudou a pacificar e onde ele escolheu ficar, aquele canto de mundo xingado de bárbaro ou incivilizado antigamente e de terceiro mundo atualmente.

Ele sorri, e pensa que está apenas descansando aquela santa indignação que faz as pessoas saírem e enfrentarem esses epítetos, que as faz trabalhar como ele trabalhou, sem ninguém acreditar que aqueles gestos de bravura (Bravura? Não seria amor?) estão longe de ser algo irracional, mas simplesmente fruto de uma confiança, confiança num mundo onde fronteiras não existem e o que vale é participar.

O Barão sorri na rede.

HOMENAGENS AO BARÃO DE MELGAÇO

Sônia Regina Romancini
Aníbal Alencastro

Este artigo destaca a presença do Barão de Melgaço em Mato Grosso e, de forma particular, em Cuiabá. A partir do conceito de antropotopônimo, ou seja, os nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, enfocou-se as diferentes homenagens prestadas ao Barão de Melgaço, com a atribuição de seu nome aos diferentes locais como, por exemplo, Município de Barão de Melgaço, Município de Santo Antônio do Leverger, Rua Barão de Melgaço, Casa Barão de Melgaço, Brigada Barão de Melgaço, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Dick (1990), a toponímia é disciplina antiga, cuja significação começou a se delinear a partir do momento em que os núcleos humanos se distribuíram distintamente, em porções territoriais delimitadas, impondo-se a identificação das regiões que se iam ocupando. Assim,

-
- 1 - Doutora em Geografia pela FCT/UNESP. Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.
 - 2 - Geógrafo, escritor, aluno do Curso de Mestrado em História da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

esta disciplina se interessa pela análise e compreensão dos elementos que influenciam a conduta humana na nomeação dos lugares.

A autora aponta as diversas taxionomias toponímicas, destacando as de natureza física como, por exemplo, os geomorfotopônimos, litotopônimos, hidrotopônimos, zootopônimos; as de origem religiosa, os hierotopônimos; e as de natureza antropocultural.

Nesta última categoria destacam-se os antropotopônimos, ou nomes de lugares constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou em apelidos de famílias. O que caracteriza, portanto, esta categoria é o emprego do nome individual como técnica de nomeação de acidentes geográficos (Dick, op. cit.).

Assim, ao se relacionar a toponímia com as homenagens ao Barão de Melgaço é nesta categoria que nos pautamos. Verifica-se que a toponímia mato-grossense é rica em variações remetendo ao cotidiano vivido, conforme análise realizada por Dick (op. cit., p. 19), "a história dos nomes dos lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes".

Portanto, a toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe. Segundo a autora, "nos mais diversos setores do conhecimento, as épocas distintas evidenciam, em qualquer porção do espaço, a presença atuante do homem, elaborando, participando, sentindo, expressando, comunicando (...) O resultado dessas compartimentações está sedimentado em fatos que organizam e corporificam a produção cultural de um povo..." (Dick, op. cit., p. 30).

AUGUSTO JOÃO MANOEL LEVERGER, O BARÃO DE MELGAÇO

Nascido em Saint Malo, na Bretanha, a 30 de janeiro de 1802, vindo para a América do Sul em companhia do seu progenitor Mathurim Leverger, em 1819, o qual seguiu caminho para a Argentina enquanto o seu filho preferiu o Brasil, ingressando na Marinha Brasileira.

Chegou a Cuiabá em 1837, entre seus relevantes serviços, efetivou o projeto de construção do Arsenal da Marinha, além de outros importantes projetos cartográficos e de engenharia naval. Desenvolveu também, importante missão diplomática com o Paraguai em períodos de conflitos.

Naturalizou-se cidadão brasileiro em 1848. Augusto Leverger governou a Província de Mato Grosso por quatro vezes. Em 1842, casou-

se em Cuiabá com Dona Inês de Almeida Leite e desta união resultou numerosa prole, que se desdobrou em várias ramos: Alves Corrêa, Corrêa Sá, Corrêa Cardoso, Prado, dentre outros.

O Almirante Augusto João Manoel Leverger recebeu o título de Barão de Melgaço por ter se notabilizado como Presidente da Província de Mato Grosso quando, durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, defendeu bravamente o território mato-grossense.

Ao explicitarem a origem dos nomes dos municípios dedicados ao Barão de Melgaço, Ferreira & Silva (1998) afirmam que a palavra *Barão* tem sua origem do francês *baron*, que indica título de nobreza, nobiliárquico. O termo *Melgaço* vem do português *melga*, que significa águas lodosas e estagnadas, terreno pantanoso.

Uma das primeiras homenagens toponímicas ao Barão de Melgaço aconteceu na localidade onde o então Almirante Augusto Leverger mandou erigir uma trincheira fortificada nas colinas de Melgaço, para deter as tropas paraguaias que pretendiam invadir a capital mato-grossense.

Ferreira & Silva (op. cit.) informam que em 1897, foi criada a Paróquia de Melgaço, no ano de 1902 foi criado o Município de Barão de Melgaço, que foi suprimido algum tempo depois, sendo restaurado em 1938. Em dezembro de 1943, a Vila de Melgaço passou a denominar-se Chacororé, por causa da lagoa de mesmo nome. Em 30 de setembro de 1948, a Lei nº 319 alterou novamente a denominação para Barão de Melgaço, cujo município foi criado em 12 de dezembro de 1943, pela Lei nº 690.

Sobre a localidade de Melgaço, foi o próprio Barão que assim escreveu nos *Apontamentos para o Dicionário Chorographico da Província de Mato-grosso*: "Melgaço - Pequenas colônias que bordão a margem esquerda do Cuiabá, pelo paralelo 16°10'. D'ali para baixo são completamente alagadiços as margens daquelle rio". (Melgaço, s.d, p. 423).

Outra importante homenagem toponímica ao Barão de Melgaço é o Município de Santo Antônio do Leverger. Inicialmente, este município foi dedicado ao orago da devoção popular, tendo sido criado em 4 de julho de 1890, com a denominação de Santo Antônio do Rio Abaixo. Através da Lei nº 208, de 26 de outubro de 1938, teve sua denominação alterada para Santo Antonio e, em 31 de dezembro de 1943, recebeu o nome de Leverger. No sentido de conciliar as homenagens tanto ao orago quanto ao Barão de Melgaço, a Lei nº 132, de 30 de dezembro de 1948, alterou a denominação de Leverger para Santo Antônio do Leverger, que predomina até os dias atuais (Ferreira & Silva, op. cit.).

CUIABÁ HOMENAGEIA O BARÃO

RUA BARÃO DE MELGAÇO

De acordo com Mendonça (1973), em 3 de junho de 1871, a Câmara Municipal de Cuiabá resolve alterar a denominação de diversas ruas da capital. A propósito de mudanças ou alterações de denominações de origem histórica ou tradicional, já consagradas pelo uso, o primeiro Congresso Brasileiro de Geografia manifestou a sua reprovação. Ao considerar que a tese pode ser aplicada às mudanças dos nomes das ruas, conforme ocorria em Cuiabá, o autor respalda suas críticas no seguinte edital:

O tenente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal desta cidade etc. etc.

Faz público aos habitantes desta cidade, que a Câmara Municipal, para comemorar fatos heróicos desta Província, durante a guerra contra o governo do Paraguai, resolveu em sessão de três do corrente, mudar as denominações das ruas abaixo mencionadas, a saber: Rua da Mandioca, se denominará - Rua Dois de Dezembro; Rua Bela do Juiz, Rua Treze de Junho; Rua Direita, Rua Primeiro de Março; Rua Augusta, Rua Onze de Julho; Rua do Comércio, Rua 27 de Dezembro; Rua da Esperança, Rua de Antônio João; Rua do Campo, Rua Barão de Melgaço...

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, aos 5 de junho de 1871. Eu, José Maria Curvo, secretário que o escrevi. - O presidente Joaquim Alves Ferreira Sobrinho. (Mendonça, op. cit., p. 270-1)

Considerada uma das artérias mais importantes de Cuiabá, não somente pelo seu valor histórico, mas pela função de logradouro público muito solicitada, ainda que, por incrível que pareça esta simpática rua nunca teve função comercial. Nela se sobressaía a função residencial, sendo que, a partir da década de 1970, foi tomada pelo setor financeiro, constituindo nos dias atuais uma rua de especialidade neste setor.

Historicamente, sua origem procede no antigo "Quintal Grande", antiga denominação do local onde hoje se encontra a Avenida Mato Grosso, cruzando entre outras as avenidas Getúlio Vargas, Isaac Póvoas,

Dom Bosco, Senador Metelo, ganhando o bairro do Porto até encontrar a Avenida Miguel Sutil nas proximidades da Ponte Nova.

Em uma pesquisa elaborada pelo arquiteto Moacyr Freitas, registra-se como sua primeira denominação, no século XVIII, o nome de Rua Nova, talvez pelo seu recente aparecimento após a tríade Rua de Cima, Rua do Meio e Rua de Baixo, respectivamente as atuais Rua Pedro Celestino, Rua Ricardo Franco e Rua Galdino Pimentel.

Segundo um recenseamento realizado em 1825, o logradouro aparecia como Rua Linda do Campo, pelo qual deduzimos que esta outra denominação surgira em consequência da sua ligação com o antigo Campo d'Ourique (hoje Praça Pascoal Moreira Cabral, tomada pela construção da Assembléia Legislativa).

O Campo d'Ourique é uma denominação portuguesa de um largo onde outrora aconteciam as populares touradas cuiabanas, tão bem descritas por João Moreira de Barros no *"Cuiabá e Seu Passado"*.

Na mesma praça em 1834, concentravam-se os revoltosos nativistas, que protestavam contra o poderio dos portugueses na província, seria reflexo dos ideais republicanos. Este cruel episódio fora chamado de "A Rusga", considerada uma das maiores chacinas ocorridas nestas paragens.

Conforme verificado, no ano de 1871, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a Câmara Municipal de Cuiabá, no intuito de formalizar as denominações dos nomes das ruas da cidade, até então referenciadas de maneira informal tendo como base as tradições da localidade, passam a ser regulamentadas por atos oficiais. E por força de um Edital, a simpática Rua Linda do Campo, passou a chamar-se Barão de Melgaço.

Não somente pelo fato de o Barão de Melgaço residir naquela rua, mas foi uma justa homenagem a sua figura relevante na história naval brasileira e particularmente na história mato-grossense, o seu nome Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, título este a ele outorgado por Dom Pedro II, em reconhecimento aos serviços prestados à Nação.

Segundo Mendonça (1973, p. 41), após o casamento do Barão com Dona Inês, a quem dedicava afeto profundo, ficou o ilustre marinheiro desde então definitivamente preso à cidade de Cuiabá, onde, para empregar a sua frase - "lançou âncoras para sempre", passando a viver na Rua do Campo, atual Rua Barão de Melgaço: "A partir dessa época não mais pensou em arredar-se da modesta vivenda que adquirira na rua do Campo, a mesma onde veio a falecer".

Mendonça (op. cit, p. 41) informa que:

Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro da sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso.

Reconhecido como um dos homens mais cultos do século XIX, Augusto Leverger deixou inúmeras obras científicas voltadas para o estudo fluvial, especialmente dos rios de Mato Grosso, elaborando com isso a primeira carta hidrográfica do Estado de Mato Grosso.

O velho casarão do Barão de Melgaço, construído entre 1775 e 1777, serviu de escritório onde foram traçados planos estratégicos para a defesa da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, até o acontecimento da gloriosa vitória, em 13 de junho de 1867.

Através dos tempos a histórica Rua Barão de Melgaço serviu de endereço a importantes instituições e residências, entre as quais se destacam:

Casa de Bem-Bem

Residência dos Governadores

Garagem do Estado (embrião da CER)

Clube Feminino (hoje Casa da Cultura)

Residência de Licínio Veneza

Agência da Cemat (hoje Shopping Cuiabá)

Residência do Historiador Rubens de Mendonça

Cine Tropical (hoje Bradesco)

Casa Barão de Melgaço

A CASA BARÃO DE MELGAÇO

Ao analisar os aspectos arquitetônicos da Casa Barão de Melgaço, edificada possivelmente entre os anos 1775 e 1777, Freitas (2001, p. 217) realiza a seguinte análise:

... a "CASA BARÃO DE MELGAÇO" foi tratada com maior

requite que o tempo já oferecia. Sua cobertura não mais de gramíneas ou folhas de coqueiro e suas paredes já recebem alisamento de revestimentos de cal e areia. As repetidas caiações que tivera ofereceram a ela a limpeza que a tradição portuguesa recomendava. Os pisos receberam os elementos cerâmicos, ainda sobre o barro socado, e a cobertura de telha proporcionara a desejada ventilação. As paredes grossas e resistentes foram feitas somente de barro, socado a pilão, ou com os pés, entre formas de madeira, misturado com esterco de curral, fibras ou cascalho miúdo, a taipa de pilão, que tivera grande aceitação entre os paulistas (...) Também do barro moldaram os adobes que construíam as paredes mais finas.

Em meados do século XIX, a vinda dos construtores europeus pela navegação fluvial trouxe inovações que modificaram as antigas fachadas das casas coloniais. Neste período, a Casa Barão de Melgaço passou por algumas mudanças como a retirada dos beirais, trocados pela platibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos. Suas janelas ganharam a veneziana e, no seu interior, foram mantidas as grossas paredes dos tempos coloniais (Freitas, op. cit.).

De acordo com Mendonça (1973), no dia 23 de novembro de 1930, a Casa Barão de Melgaço foi solenemente entregue ao Instituto Histórico, com uma romaria ao túmulo de Leverger.

O autor relata a solenidade de colocação da placa comemorativa na "Casa Barão de Melgaço", cerimônia referente ao centenário da chegada a Cuiabá do Barão de Melgaço (Mendonça, op. cit., p. 272-3):

DECRETO

Nº 1 - O Interventor Federal no Estado de Mato Grosso, considerando que a data de hoje assinala o centenário da chegada a Cuiabá do grande Augusto Leverger, Barão de Melgaço, cujos serviços a Mato Grosso na paz e na guerra, o sagraram vulto de inconfundível destaque na História política, administrativa e intelectual do Estado;

Considerando que é mister manifeste o Governo, como legítimo refletor do pensar e sentir do povo, a sua adesão e solidariedade às

comemorações providas pelo transcurso dessa memorável efeméride;

Considerando que, por Decreto nº 718 de 14 de janeiro de 1926, resolvera o Governo do Estado desapropriar a casa em que residiu e veio a falecer o egrégio bretão cuiabanizado;

Considerando que fora a aquisição feita em atenção a um grande movimento popular, visando fazer perdurar na referida casa o mesmo ambiente de intelectualidade que ali existira em vida do bravo almirante e maior conhecedor das cousas mato-grossenses no seu tempo;

Considerando que tal finalidade não foi ainda alcançada, e o aproveitamento do prédio para uma repartição estadual contrariou o objetivo dos promotores da idéia, a que o Governo emprestara o seu apoio, de ali instalar, enquanto não for fundado o respectivo Museu Histórico, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras, sodalícios que mantêm o culto cívico como parte essencial do seu programa, tendo o Barão de Melgaço como um dos seus patronos,

RESOLVE:

Art. 1º - A "Casa Barão de Melgaço", sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do "Instituto Histórico de Mato Grosso" e do "Centro Mato-grossense de Letras".

Art. 2º - O Governo, oportunamente, fará a cessão, em devida forma, àquelas sociedades, do mesmo edifício, que, em caso de extinção das referidas associações, reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Presidência do Estado, em Cuiabá, 23 de novembro de 1930, 42º da República e 100º da chegada de Leverger. Antonino Menna Gonçalves - Virgílio Corrêa Filho.

ESCOLA ESTADUAL BARÃO DE MELGAÇO

A Escola Modelo Barão de Melgaço foi efetivada pelo decreto de criação n.º 258 de 20 de agosto de 1910. Passou a ter a denominação de Escola Estadual de 1.º Grau Barão de Melgaço, através do decreto n.º 669, de 5 de junho de 1924.

A Escola Barão de Melgaço ocupou diferentes edifícios no decorrer da história. Na década de 1940 funcionou como anexo à Escola Normal Pedro Celestino, destinada à formação de professores. Assim, os alunos da Escola Normal realizavam a prática de ensino na Escola Modelo Barão de Melgaço, que neste período funcionava no prédio atualmente

conhecido como da Imprensa Oficial de Estado de Mato Grosso, ao lado da Praça Ipiranga.

A partir do mês de março de 1983, passou a ocupar um novo prédio, de acordo com a arquitetura contemporânea das escolas estaduais, localizado na Avenida Dom Bosco, no bairro Dom Aquino. É considerada uma escola de porte médio, conta com nove salas de aula, uma quadra de esportes, uma biblioteca e um auditório com capacidade para cinqüenta pessoas sentadas, além das dependências da parte administrativa. Atende a 660 alunos do ensino fundamental, distribuídos em dois períodos.

CUIABÁ GANHA UM BUSTO DO BARÃO

A paisagem de Cuiabá e do bairro do Porto mudaram muito nas últimas décadas, entre essas mudanças se destacam as referentes à navegação fluvial que, segundo o poeta Cavalcanti Proença, nesta paisagem se sobressaía o cais de pedra-canga edificado por Leverger:

Bonito o dia da chegada em Cuiabá! Duas horas antes, já se avista a cidade, manchas avermelhadas de telhados, traços claros de paredes caiadas, entre o verde escuro das mangueiras e o verde mais claro das outras árvores. Lá está a igreja de S. Gonçalo, com o santo (Cristo Redentor) em cima da torre, sobre um globo dourado; o cais de pedra-canga feito por Leverger (...) uma figueira enorme nascida entre as pedras do cais, dando sombra às lavadeiras e aos garotos que se preparam para pescar piraputangas no porto. (Proença, 1958, p. 34)

Entre as permanências na paisagem, que reverenciam o Barão de Melgaço, há um busto em bronze, na Praça Luís de Albuquerque, no bairro do Porto. Trata-se de uma homenagem do Governo de Mato Grosso e da Marinha brasileira no centenário de seu falecimento, em 14 de janeiro de 1980.

Sobre o busto do Barão de Melgaço, Luis Philippe P. Leite, ao realizar um estudo sobre os monumentos do Estado de Mato Grosso, dá as seguintes informações:

Na manhã de 18 de setembro de 1980, o Almirante

Maximiniano Eduardo da Silva Fonseca, então Ministro da Marinha, procedeu à inauguração do bronze do Almirante Augusto Leverger, Barão de Melgaço, no Jardim Luís de Albuquerque, à beira do rio Cuiabá, perante altas autoridades, inclusive do Almirante Aymara Xavier de Souza, Comandante do Distrito Naval de Brasília que, no Comando do 6º Distrito Naval de Ladário, encaminhou ao titular da pasta a proposta a ele feita no bi-centenário de Cáceres, no sentido de a Marinha oferecer a Cuiabá e a Diamantino os bronzes do grande marinheiro francês Leverger e do diamantinense Batista das Neves tragicamente tombado no cumprimento do dever, na Bahia de Guanabara. (Leite, 1994, p. 292).

BRIGADA BARÃO DE MELGAÇO

A 13.^a Brigada de Infantaria Motorizada, situada à Avenida Historiador Rubens de Mendonça, foi criada pelo Decreto n.º 82.045 de 27 de julho de 1978. Através da Portaria Ministerial n.º 229 de 17 de maio de 1994, o Ministério do Exército concedeu à 13.^a Brigada de Infantaria Motorizada a Denominação Histórica "Brigada Barão de Melgaço":

O Ministro de Estado do Exército, no uso da competência que lhe confere o art. 28 do Decreto n.º 93.188, de 29 de agosto de 1986, tendo em vista o que prescreve o art. 11 das IG 11-01, aprovadas pela Portaria Ministerial n.º 409, de 29 de abril de 1987, e de acordo com o que propõe a Secretaria-Geral do Exército, ouvido o Centro de Documentação do Exército, resolve:

Art. 1.º Conceder à 13.^a Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá-MT, a denominação histórica "BRIGADA BARÃO DE MELGAÇO".

Art. 2.º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Esta honrosa homenagem do Ministério do Exército ao Barão de Melgaço se manifesta no profundo respeito que, hoje, inspira desde os jovens aos comandantes agraciados com as mais altas patentes a

defenderem a nossa Pátria. Ao lado da Bandeira Brasileira encontra-se o Estandarte Histórico do Barão de Melgaço, com o brasão onde foi esculpida a divisa - Sempre Pronto - que expressa seus ideais de trabalho e dedicação ao Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa abordagem revela que a brilhante trajetória realizada pelo Barão de Melgaço o faz um homem reconhecido nacionalmente. Como não poderia deixar de ser, o Estado de Mato Grosso, que ele adotou como sua terra, lhe dedica diversos topônimos, que nos remetem à lembrança do bravo Barão de Melgaço.

Entretanto, este pequeno estudo enfoca apenas uma parcela das homenagens dedicadas ao Barão de Melgaço que certamente são em número bem maior do que o aqui apresentado. Desse modo, constatamos a necessidade de um estudo mais aprofundado para se conhecer que outras localidades também rendem suas homenagens ao Barão de Melgaço.

Registramos também a honra que representa ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, através do trabalho cívico de seus membros, manter viva a memória do Barão de Melgaço e zelar pelo espaço que lhe serviu de moradia, onde ele traçou grandes planos que o tornaram ilustre e imortal entre os mato-grossenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICK, Maria Vicentina P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FERREIRA, João C. V. & SILVA, Pe. José M. *Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes*. Cuiabá: J. C. V. Ferreira, 1998.

FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Vol. 59. Cuiabá: IHGMT, Entrelinhas, 2001. p. 215-221.

LEITE, Luis Philippe P. *Monumentos de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Júlio Campos, 1994.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Província de Mato-grosso pelo Barão de Melgaço. s.l., s.d.

MENDONÇA, Estevão. *Datas mato-grossenses*. Cuiabá, Casa Civil do governo do Estado de Mato Grosso, 1973. Vol. I e II.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Portaria Ministerial n.º 229, de 17 de maio de 1994.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *No têrmo de Cuiabá*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958.

AUGUSTO LEVERGER: O CRONISTA E SUA OBRA

Lourembergue Alves

Este artigo tem como objeto estudar o cronista Augusto Leverger Barão de Melgaço - "Bretão Cuiabanizado" - buscando seu legado, bem como sua importância à história e aos cientistas sociais.

História - cronista - legado - contexto

O grande homem de sua época é aquele capaz de expressar em palavras a vontade da época, dizer à sua era qual é a sua vontade e executá-la. Aquilo que ela faz constitui o cerne e a essência da época; ele atualiza a sua época (Hegel).

INTRODUÇÃO

A antiga rua do Campo brotou das entranhas do bairro da Mandioca. Na sua ponta inicial, um pouco afastada do Canto do Sebo e deslocada do trecho que cruza com o velho Beco Largo (atual avenida Getúlio Vargas), em um largo que se estende até a rua Comandante Costa, foi erguida a Casa Barão de Melgaço, com todo o requinte da época¹. Nela,

¹ É historiador, analista político, articulista de jornais da Capital, professor da UNIC e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

residiu o Almirante Augusto João Manoel Leverger, que nasceu em Saint Malô, na Bretanha, em 1802. Filho do navegador Mathurin Miguel Leverger e da dona de casa Regine Corbes². Abraçou a profissão do pai, acompanhando-o em sua viagem à Buenos Aires. De lá, os dois rumaram-se para o Rio de Janeiro, e, em seguida, para Montevideu, onde vieram a separar-se. Não seguiu viagem até à Argentina, permanecendo em terras uruguaias. Nesse meio tempo, perdeu a mãe, em 1819, e o pai, em 1822. Dois anos depois, retornou ao Brasil. Foi incorporado a Marinha brasileira, tomando parte na Campanha da Cisplatina e, logo depois, nomeado para o Arsenal de Marinha de Mato Grosso. Em 1829, recebeu a incumbência de construir uma esquadilha de barcaças canhoneiras para a defesa de fronteiras, no rio Paraguai³.

O Bretão Cuiabanizado⁴, como o chamava Corrêa Filho, chegou a Cuiabá em 1830, como comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguai, permanecendo por aqui durante quatro anos. Retirou-se no início da Rusga para retornar em 1837. Por aqui, unindo-se matrimonialmente com D. Inês de Almeida Leite, permaneceu até 1880, quando veio a falecer.

Foi uma personalidade dinâmica no trato com as questões militares e diplomáticas, mesmo *"ainda que alquebrado pelos anos e moléstias se apresentou resoluto e único para iniciar e dirigir a resistência"*⁵ contra os paraguaios, e aplicado no lidar com a coisa pública, pois fora um administrador exemplar no exercício da presidência de Mato Grosso por *"quatro vezes em um período de mais de sete anos"*⁶, não se deixando

1 Ela "dominava na esquina baixa o seu amplo quintal. Seus cômodos diferenciam-se, atendendo à especialização de funções. Aparece o saguão de entrada, o quarto de hóspedes, a grande varanda, a sala de refeições. As varandas traseiras de serviço e os grandes armários dos suprimentos das cozinhas configurariam as despensas. As portas e janelas, principalmente, tiveram suas folhas feitas com frisos e travessas girando dentro de grossas molduras de madeiras lavradas e pesadas que ainda hoje existem. Posta tangenciando às ruas, a casa não podia prescindir do pátio interno. pátio de tradição universal de arquitetura traduzido no 'impluvium' romano, ou na realização mourisca que mais próximo nos influenciara mais profundamente. Na nossa casa, ele é configurado na planta em U, antes em L, ventilando cômodos do interior da casa, amenizando nosso calor tropical e proporcionando espaço aberto, mas privativo, necessário ao receio das donzelas e crianças em recesso, adequado com a discrição e o ciúme da época". Mais tarde, "influenciado pelo 'modismo europeu', transformou-a na aparência que hoje a temos. Foram retirados os beirais, trocados pelas pratibanda. Várias pilastras com caneluras foram distribuídas nas fachadas, destacando as portas e janelas por molduras, frisos e outros desenhos geométricos" (FREITAS, Moacyr. A arquitetura da Casa Barão de Melgaço. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, v. 59, p. 220, 2001).

2 ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes de Mato Grosso. Rio de Janeiro: s. e. 2001, p. 41.

3 Ibidem, p. 46.

4 CORRÊA FILHO, Virgílio. A. Leverger (o Bretão Cuiabanizado). Terceiro Congresso de História Nacional, 2. Anais ... Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941, p. 389-493.

5 TAUNAY, Visconde. Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Mato Grosso. Apud. CORRÊA, Valmir Batista. Os herdeiros de Leverger. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, v. 55, p. 273, 1994.

levar "*pelas injunções políticas*" e/ou pela "*preferência partidária*"⁷, uma vez que pertencia ao Partido Conservador. *Exemplo para os dias atuais*. Mas, entre as suas atividades mais admiradas, encontram-se os trabalhos de "*levantamentos*", de "*diários*", de "*roteiros de navegação*" e de "*vias de navegações*"⁸. Isto é, o seu papel e importância como cronista. Tema deste texto.

O CRONISTA

Seus trabalhos são importantes para o Estado e para seu povo. Frutos, na ótica do Visconde de Taunay⁹, "*de quase cinquenta anos de estudar e explorar um território imenso, em que se exercitou a sua atividade*", e, evidentemente, do seu incansável vasculhar as cousas idas e vividas e os documentos antigos. Segundo Pimenta Bueno¹⁰, presidente da Província de 1836-1838,

o venerando Sr. Barão de Melgaço possuía um precioso arquivo de cópias interessantes de documentos gráficos, com os quais organizou a carta de província, em 1868: entre esses documentos tinha muitos seus, relativos à história e geografia da província e do reconhecimento dos rios Cuiabá, Paraguai, do distrito de Miranda e outras localidades.

Trabalhou intensamente nesses papéis velhos, amarrutados e amarelados pelo tempo, particularmente quando deixara as atividades públicas. Escreveu, destruiu e voltou a escrever seus textos. Não tinha pretensão alguma de publicá-los, muito "*embora estivesse atento sempre a satisfazer ao primeiro que lhes pedisse*"¹¹. Talvez tenha mudado de idéia. E, certamente, o fizera (ainda bem). Afinal, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1848, que tem como responsabilidade primeira preservar e difundir a história, os valores culturais e a geografia do País. Assim, seus estudos passaram a ser divulgados além de Mato Grosso, através da revista daquela instituição.

6 CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 271.

7 ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes, op. cit., p. 55.

8 Apud. CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 272.

9 Apud. ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes de Mato Grosso. op. cit., p. 53.

10 CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 273.

11 CORRÊA FILHO, Virgílio. A. Leverger (o Bretão Cuiabanizado). Op. cit.,

De acordo com Valmir Batista, foram os seguintes:

Carta e Roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai, Diário do Reconhecimento do rio Paraguai desde Assunção até o rio Paraná, Observações sobre a Carta Geográfica da Província de Mato Grosso, Roteiro da Navegação do rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até o rio São Lourenço e Roteiro da Navegação do rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná (v.25, 1862), Breve Memória à Chorographia DA Província de Mato Grosso (v. 28, 1865) e Apontamentos para o Dicionário Chorographia da Província de Mato Grosso (t. 47, 1883)¹².

Por conta disso, as gerações de pesquisadores, que se seguiram ao longo dos tempos, puderam ter contato com esses textos. Um de seus discípulos, talvez o seu maior biógrafo, fizera deles (textos) suas leituras prediletas e fontes norteadoras à composição de seus livros, bem como encontram-se a atuação do Barão de Melgaço em prol da defesa de Mato Grosso¹³ e trechos¹⁴ como o que se seguem:

Vêm-se nas praias de Assunção algumas famílias de índios Paiaguás; habitam em miseráveis choupanas levantadas na beira do rio e coberta de couro. Suprem os habitantes de peixe, lenha, capim, taquaras, remos de canoa, esteiras e algumas outras obrinhas de junco e de caniço; gastam quase exclusivamente em embriagarem-se o produto de seu trabalho. É tudo o que resta dessa valente nação e poderosa, de quem o rio Paraguai tirou o seu nome e que tão célebre ficou nos anais desta Província, pelos renhidos combates e porfiada luta, que travou com os seus descobridores e primeiros povoadores.

12 CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 271-272.

13 Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994, v. 4, p. 540-546 (Coleção Memórias Históricas).

14 OFÍCIO ao Presidente de Mato Grosso, Coronel Zeferino Pimentel Moreira Freire, de 22 de abril de 1844. Apud. CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. op. cit., p. 117.

Nota-se no trecho acima: num primeiro momento, surpresa; no outro, denúncia da precária situação de vida dos Paiaguás, a quem, seu autor, o chama de "*valente nação e poderosa*". O que demonstra o reconhecimento de Barão de Melgaço pela importância desta família indígena. Não só a ela, mas a todas e a tudo que envolvem e pertencem a terra mato-grossense. A propósito, é oportuno transcrever-se parte de uma carta ¹⁵ que dirigiu à sua Irma:

(...) houve ainda necessidade de mostrar a esta boa terra, que tão bem me acolheu, quanto lhe sou grato, fá-lo-ei com toda a boa vontade. Sou feliz como se possa ser, embora sempre inclinado à tristeza e a uma vaga e indefinível aspiração (...) Pujem-me, às vezes, dolorosas saudades da pátria, a nossa cara França (...) Poderia eu, porém, deixar hoje o meu agarrador Mato Grosso, que tão bem soube prender-me a si? Não, não, impossível!

"*Agarrador Mato Grosso*", conforme expressão cunhada por ele próprio ao referir-se à terra que lhe dava guarida. Retribuindo-a com quase cinquenta anos de trabalho, ao mesmo tempo em que registrava seus feitos, anotando-os "*em seu precioso diário, de mero espectador dos acontecimentos*". Essas anotações foram fundamentais para a feitura de suas obras. Entre as quais destaca-se "*Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*". Nesta, estão presente os grandes administradores. Com relação a gestão Dom Antônio Rolim, ele anotou:

*(...) ereta a Vila Bela, o general deixou voltas às suas lavras e roças os moradores que havia convocado para este ato, e até permitiu aos oficiais da Câmara e aos de Justiça, não havendo ainda casas no lugar, que fossem residir na Chapada e ali fizessem as vereanças que necessitam de pressa. Ele, porém, permaneceu no mesmo sítio, morando em uma palhoça. Em agosto criou-se uma Companhia de Homens Pretos ...*¹⁶

15 Apud. ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes de Mato Grosso. op. cit., p. 58.

16 CORRÊA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. op. cit., p. 541.

Mais adiante, ao referir-se ao 2º Capitão General João Pedro da Câmara (1765-1768), observou: *"persuadido (...) de que seria pouco duradouro o estado de paz com os espanhóis, duplicou principalmente a sua atenção ao estado militar da capitânia de Mato Grosso"*¹⁷. O mesmo exemplo foi seguido pelo governador que o sucedeu, conforme registrou o referido cronista: *"(...) o general Luís Pinto, durante os quatro anos de sua administração, deu muita providências para melhorar a administração civil e militar da Capitania, promover a sua segurança"; sem, contudo, descuidar-se da "agricultura, do comércio e da navegação"*¹⁸. Tarefa, igualmente, empreendida pelo general Luiz de Albuquerque: *"introduzir no ânimo dos povos (índigenas) a economia" e "dar providências para a fomentação do comércio clandestino com os espanhóis"*¹⁹.

Vale dizer que essa obra não faz alusão apenas às administrações de 1750 a 1858 e conflitos em que aquelas se viram envolvidas, mas também do cotidiano dos homens livre e escravo e dos índios. Nesse sentido, diz uma carta instrutiva²⁰, deixada para o recém-empossado governador, capitão general Luís de Albuquerque:

Ter toda cautela e prevenção a respeito dos espanhóis; organizar os índios Bororós em um corpo de milícia, à maneira dos Sipais da Índia (...); promover relações de amizade com os índios aldeados nos mesmos domínios da Capitania (...); sustentar e defender os povos de toda opressão que lhes quisessem fazer os ministros da justiça, ou eclesiásticos ou quaisquer outras pessoas constituídas em dignidade ou sem ela; promover o mais possível a comunicação entre as capitânias de Mato Grosso e Pará; conservar a ocupação de toda a margem oriental do Guaporé, defendendo-a até a última extremidade; dar completa liberdade aos índios; observar as apertadíssimas ordens existentes a respeito dos diamantes (...) promover a agricultura, pagando por justo preço aos índios os frutos que colheram.

16 LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 43 (Publicações Avulsas).

17 Ibidem, p. 58.

18 Ibidem, p. 73.

19 Ibidem, p. 73-75.

20 Ibidem, p. 73.

Trata-se, entretanto, de "apontamentos cronológicos". Daí a ausência explícitas de críticas. Estas aparecem, ao longo da referida obra, de maneira sutil, conforme pode-se perceber abaixo:

A 6 de fevereiro partiu o capitão general da Vila Bela para as Pedras e dali seguiu até o lugar onde estava na margem direita do Guaporé a Missão de Santa Rosa. Achou que os padres espanhóis, contra a promessa que lhe tinham feito em 1756, continuavam em mandar fazer roças e plantações na vizinhança da dita aldeia. As casas, porém e a mesma capela estavam quase completamente arruinadas. Alguns dos mencionados padres vieram ali visitá-lo. S. Ex.a cuidou em reparar alguns dos referidos edifícios, e em traçar a cada um deles uma estacada, e regressou em 17 de abril para Vila Bela. Passando pelas Pedras determinou que a respectiva guarda se fosse unir à outra (...) Consistia o armamento em armas de fogo das praças, algumas peças de amiudar e umas foices roçadeiras que montou-se compridas hastes para uso dos índios e pretos²¹.

"As casas, porém e a mesma capela estavam quase completamente arruinadas". Há aí a denúncia. Portanto, a crítica sobre o estado de abandono em que se encontrava a Missão de Santa Rosa. Percebe-se, então, que o olhar do cronista é amplo. Não se descuidando dos detalhes, simples e complexos. Passados para o papel em estilo narrativo. Próprio de sua época²².

Ponto alto de toda a sua produção intelectual. Resultado do seu poder de síntese em costurar os dados selecionados. Tarefa que requer, acima de tudo, intensa investigação e concentração. Em meio a essas características básicas, ou entrelaçados a elas, a tenacidade em registrar e preservar passagens importantes da história regional. Essa tenacidade pode ser percebida em todos os seus trabalhos que, de acordo com a relação apresentada pelo Alte. Henrique Boiteux²³, são os seguintes:

21 LEVERGER, Augusto. Op. cit., p. 51.

22 A produção literária de Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, era essencialmente narrativa. Ver ALVES, Lourembergue. Literatura e história, um diálogo possível. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, v. 59, p. 41-76, 2001.

Diário de Campanha de 1825 a 1828, "Derrota da Navegação Interior, da Vila de Porto Feliz de São Paulo à cidade de Cuiabá", 1830, "Memórias sobre o rio Paraguai, desde Nova Coimbra", 1841, "Diário e Roteiro da Viagem feita desde a cidade de Assunção, no Paraguai, até a Bahia Negra", 1844, "Diário do Reconhecimento do rio Paraguai até o Paraná", 1846; "Exame de uma parte do rio Paraguai e das Lagoas Uberaba e Galha", 1847; "Observações sobre a carta da Província de Mato Grosso", 1862; "Breve Notícia relativa à corografia da Província de Mato Grosso"; "Notícia sobre a Província de Mato Grosso", 1863; "Apontamentos Cronológicos da Capitania de Mato Grosso"; "Dicionário Geográfico da Província de Mato Grosso"; "Documentos Oficiais portugueses e espanhóis, relativos aos limites do Impérios pela Província de Mato Grosso"; "Carta e Roteiro de Navegação do rio Cuiabá, desde o Salto até o rio S. Lourenço e desde até a confluência do Paraguai"; "Carta do rio Paraguai desde a foz do Olimpo até a cidade de Assunção", 1843; "Planta Hidrográfica da lagoa Uberaba"; "Esboço Hidrográfico do Campo do Jauru", 1849; "Mapa da Fronteira Sul da Província de Mato Grosso"; "Mapa Geográfico, Cronológico e Estatístico da Província de Mato Grosso"; "Planta do rio Paraguai"; "Esboço Hidrográfica desde a foz do rio Miranda até o Paraguai, 1862"; "Carta de um reconhecimento no distrito de Miranda", 1864; "Carta Cronográfica do distrito de Miranda", 1866.

São trabalhos de fôlego, porém nem sempre reconhecidos. Suas publicações chegaram a ser cogitadas logo após o seu falecimento. A Assembléia Provincial, por exemplo, no dia 27 de novembro de 1880, aprovou a Lei nº 561, sancionada pelo presidente Rufino Enéas Gustavo Galvão, que autorizava o governo regional em bancá-las. Mas a escassez

23 Apud. ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes de Mato Grosso. op. cit., p. 66.

24 PÓVOAS, Lenine. Leverger, uma vida a serviço do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, LXVI, p. 292, 1994.

25 Ibidem, p. 296.

26 Ibidem, p. 297.

de recursos públicos inviabilizou tal projeto²⁴. Anos depois, o governo Antônio Paes de Barros baixou o Decreto nº 168, de 12 de maio de 1905, abrindo crédito especial para dar cumprimento àquela lei. Apenas uma fora editada: *"Vias de Comunicação de Mato Grosso"*²⁵. No século passado, a referida lei voltou à luz, agora no artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 1947. Este dispositivo, entretanto, tornou-se letra morta e jamais cumprido²⁶. Felizmente, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro abriu espaços em suas páginas para a veiculação dos textos do *Bretão Cuiabanizado*. Recentemente, um deles foi reeditado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em suas *publicações avulsas*. Graças a esse fato, é necessário grifar,

*não se perderam os valiosos estudos de Augusto Leverger, que teriam desaparecidos de todo se fossem entregues à indiferença e a dissídia de nossos homens públicos, para os quais cultura não rende voto*²⁷.

Por conta disso, pesquisadores da história e geografia regionais podem ter contato com um vasto trabalho que se estende dos *"Diário e reconhecimento"* e *"Roteiro de navegação"* do rio Paraguai, passando por *"Carta e roteiro de navegação do rio Cuiabá"* e *"Vias de comunicação de Mato Grosso"*, até a *"Apontamentos para o dicionário corográfico da Província"*. Expressões maiores daquele inolvidável servidor da terra mato-grossense que se chamou Augusto Leverger, sustentadas - no dizer do Visconde de Taunay²⁸ - *"pelo conjunto de qualidades científicas, cívicas e guerreira (...), superioridade de vistas, desinteresse, modéstia, pundonor e profundidade de conhecimentos técnicos"*. O que deixou uma marca profunda nos intelectuais que participaram ativamente da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, influenciando-os. Entre os quais destacam-se: Virgílio Corrêa Filho²⁹, Antônio Fernandes de Souza³⁰ e Estevão de Mendonça³¹. Estes foram

27 PÓVOAS, Lenine. Op. cit., p. 297.

28 Apud. CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 273.

29 Nascido no dia 8 de janeiro de 1886 no seio da família Alves Corrêa, casado com Edith Corrêa da Costa - filha de Pedro Celestino Corrêa da Costa e Constança Novis Corrêa da Costa. Teve brilhante participação no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e na Academia Mato-grossense de Letras, bem como na vida pública e profissional, igualmente nas entidades e órgãos de âmbito nacional a que pertenceu ou colaborou: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, Jornal do Comércio. Publicou, entre outras obras, História de Mato Grosso. Vindo a falecer aos 86 anos, em 11 de setembro de 1973.

seus principais biógrafos. O primeiro, denominou-o de "*Bretão Cuiabanizado*"; enquanto os outros dois dirigiram a publicação de um de seus trabalhos, "*Vias de comunicação de Mato Grosso*", e na revista "*O Archivo*" - criada por eles - para divulgar textos e documentos acerca da história regional, editou um número especial "*comemorativa do 25 aniversário do passamento*"³² do referido estudioso. Deixaram, então, transparecer a admiração e gratidão que sentiam por inolvidável autor. O último, inclusive, em 1896, fundou em sociedade o Colégio Augusto Leverger, manifestando, desse modo, o seu "*culto levergeriano*". Culto que ganhou corpo com a publicação das chamadas notas avulsas do Barão de Melgaço.

Barão de Melgaço, na ótica do filho de Estevão de Mendonça, tinha um estilo sóbrio³³, trazendo como exemplo um dos textos daquele historiógrafo sobre a invasão paraguaia:

Na mesma ocasião em que a expedição fluvial paraguaia atacava o Forte de Coimbra, outra expedição de força das três armas entrava, pelas imediações das cabeceiras do Apa, no Distrito de Miranda, cuja guarnição compunha-se apenas de 200 praças do Corpo de Cavalaria da Província e do casco do Batalhão de Caçadores com pouco mais de quarenta praças de pré inclusive a música. O seu comandante, o bravo Tenente de Cavalaria Antônio João Ribeiro, não obstante a enormíssima desigualdade de forças, tentou resistir, e segundo toda a aparência, sucumbiu com a pouca gente às suas ordens, sem arredar o pé do lugar que lhe fora confiado.

Uma coluna inimiga, dirigindo-se pelo alto do terreno,

30 Nascido aos 15 de janeiro de 1879, em Cuiabá, do enlace matrimonial de Sabino de Souza e de Maria Inocência de Souza. Trabalhou na Usina Itaicy. Foi contador, funcionário da Fazenda Estadual, jornalista, historiógrafo, professor e membro da Academia Mato-grossense de Letras e do IHGMT. Escreveu vários trabalhos, entre os quais "Antônio Paes de Barros e a política de Mato Grosso.

31 Nasceu em 25 de dezembro de 1869, em Santo Antônio da Barra, no atual município de Barão de Melgaço. Foi servidor público, professor, topógrafo, advogado provisionado, jornalista e historiógrafo. Escreveu: Quadro chorographico de Mato Grosso, Datas mato-grossenses, Retalhos da vida, e foi naquela noite de natal, Breve memória sobre a imprensa em Mato Grosso e notas históricas. Veio a falecer, em Cuiabá, em 2 de dezembro de 1949.

32 CORRÊA, Valmir Batista. Op. cit., p. 278.

33 MENDONÇA, Rubens. História da literatura mato-grossense. Cuiabá: s. e. 1970, p. 45.

percorreu sem encontrar obstáculos os campos regados pelos afluentes do rio Dourados e do Brilhante, aprisionando e afugentando os seus moradores.

O restante da expedição desceu a serra e passou pela Colônia militar de Miranda, abandonada pelos seus habitantes. A imensa superioridade de sua força tornou-lhe fácil desbaratar o Corpo de Cavalaria que, vindo de Nioaque, onde estava aquartelado, fez inútil esforço para disputar a passagem do rio do Desbarrancado junto à fazenda do mesmo nome.

O comandante e os destroços do dito Corpo retiraram-se para a Vila de Miranda, onde existiam tão poucas praças, como já disse, do Batalhão de Caçadores e diminuto número de Guardas Nacionais do ainda não organizado 7º Batalhão.

Com tão fracos elementos, todos julgaram inútil a resistência, e constando que os paraguaios haviam se assenhorado de Coimbra e de Corumbá e da navegação do rio Paraguai, trataram de retirar-se para o interior da Província, o que efetuaram, seguindo uns por via Camapuã, outros pelo lado do estabelecimento colonial do Taquarí, fronteiro à barra do Coxim, e, geralmente, designado por este último nome.

As famílias que habitavam a Vila, acabaram por tomar o mesmo destino depois de estar por maior ou menor tempo, escondidos em diversos sítios do Distrito.

Algumas foram aprisionadas, e de outras nenhuma notícia temos.

Os índios moradores das aldeias da vizinhança, depois da evacuação da nossa tropa e antes da entrada dos Paraguaiois, apoderaram-se de porção de armamento que existia nos armazéns militares, e com ele hostilizaram o inimigo, mas este não tardou a dominar essa resistência que não era de esperar fosse eficaz, atendendo à inferioridade do número dos mesmos índios e à sua falta de disciplina

34 LEVERGER, Augusto. Invasão paraguaia. Apud. MENDONÇA, Rubens. Op. cit., p. 46-47.

35 Idem. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 152.

Assim ficaram os Paraguaiois na plena e efetiva posse do Distrito de Miranda ³⁴.

Sóbrio era uma de suas qualidades, bem como a simplicidade e a naturalidade. Ele as levava (tais características) para os seus textos, evitando sempre os termos rebuscados e as construções arresvadas. Por essa razão, seu pensamento fluía sem rodeios. Valendo-se, na verdade, do estilo narrativo, conforme pode-se perceber no trecho abaixo:

(...) O comandante da fronteira do Paraguai major Santiago, mandou uma escolta de oito praças buscar os Terenas que moravam na margem direita do Paraguai, abaixo do Fecho dos Morros, por constar que queriam vir para Albuquerque. A escolta foi maltratada pelos índios, em consequência do que, o major marchou contra eles e os desbaratou, matando-lhes 32 homens e muitos feridos. O governo da província desaprovava esta expedição, mandando que o major Santiago fosse substituído no comando pelo capitão Rufo e que respondesse a conselho de investigação ³⁵.

Seus textos, como não poderiam deixar de ser, trazem leituras dos acontecimentos que foram registrados nos séculos XVIII e XIX. Com relação ao ano de 1723, registrou:

As minas de Cuiabá iam em visível decadência (...) em consequência dos estragos que haviam feito o gentio e pela notória falta de ouro nas faisqueiras, carência de gêneros de consumo e de viveres. Dizem que chegaram a se vender o prato de sal por 10 oitavas, camisa de linho por 12 e a libra de pólvora também por doze oitavas, e nos anos anteriores o milho foi vendido a razão de 12 oitavas e o feijão de 24 a 30 oitavas.

Esse estado de coisas deu motivo a grande debate em

34 LEVERGER, Augusto. Invasão paraguaia. Apud. MENDONÇA, Rubens. Op. cit., p. 46-47.

35 Idem. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 152.

uma reunião da Câmara, Nobreza e Povo, efetuada a 23 de março.

*Por esse tempo e por causa da miséria entranharam-se os bandeirantes pelos sertões dos Parecis para, a pretexto de descobrirem novas minas, cativarem o gentio*³⁶.

Essa situação de dificuldades tornava-se ainda mais drástica com o alastramento das doenças. Preocupação, igualmente, dos governantes. Em 1852, por exemplo, Barão de Melgaço escreveu:

Em julho chegaram a Cuiabá o agente (Dr. Medardo Rivani), diversos empregados e 98 africanos livres da recém-criada Sociedade de Mineração de Mato Grosso. Foram-se estabelecer em Diamantino.

*Foram tomadas medidas para prevenir que o distrito de Mato Grosso fosse invadido pela epidemia de bexigas, que constava estar fazendo muito estrago na província boliviana de Chiquitos. A 15 de agosto recebendo o presidente a notícia de que os bolivianos pretendiam vir segunda vez ao Marco, fez seguir para aquele ponto o comandante interino do Batalhão de Caçadores, capitão Generoso Antônio de Moraes com o mesmo destino, com toda a força militar disponível, e pessoalmente marchou com o mesmo destino poucos dias depois; regressou, porém logo por ter recebido participação oficial de que tal notícia não tinha fundamento*³⁷.

As epidemias ameaçavam, quase sempre, a população local. Em 1818, data das elevações de Cuiabá e Mato Grosso para a categoria de cidade (Carta de Lei de 7 de setembro), conta o referido autor:

De abril a julho reinou em Mato Grosso uma epidemia de disenteria sanguinolenta de que faleceram na cidade 92 pessoas, entrando neste número o comandante do distrito, coronel Manoel Antônio Pinto, e o escrivão

36 LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 23-24.

37 Ibidem, p. 187.

deputado da Junta de Fazenda, Domingos Mendes de Moraes.

Dos índios ultimamente vindos de Chiquitos morreram 237, vitimados pela mesma epidemia. O general logo teve conhecimento desse flagelo, fez seguir um cirurgião, um boticário em uma botica³⁸.

Seu olhar era amplo. Não somente às questões cotidianas da população. Mas, também, aos problemas de governo que, de um jeito ou de outro, acirravam os ânimos populares. Em 1817,

(...) os cofres estavam sem dinheiro; que no sertão não havia um só morador por causa dos índios; que a tropa de linha na capital era somente fornecida carne e meio décimo de farinha por média; que perto de 600 homens que guarneciam a fronteira eram sustentados pelos lavradores e senhores de engenho, a quem se tornava muito pesada a falta de pagamento³⁹.

Essa falta de pagamento, somado a alta dos preços dos gêneros alimentícios, dificultava a própria sobrevivência particularmente da maioria da população abandonada pela sorte, aumentando sua insatisfação contra a elite econômica. O que a levou a ser, em 1834, cooptada pela camada emergente contra o grupo dominante tradicional. A respeito disso, o historiógrafo escreveu:

A 3 de maio teve lugar a inauguração de uma roda de enfeitados na Santa Casa de Misericórdia, à diligência da Sociedade Filantrópica (fundada no ano passado, de alguma sorte em oposição à Sociedade dos Zelosos da Independência).

Tendo sido José Joaquim Vaz Guimarães, adotivo, nomeado procurador fiscal da tesouraria, pelo Tesouro, houve contra esta nomeação uma representação do povo a que anuiu o presidente em conselho em deliberação de 4 de maio.

Em maio marchou o comandante das armas, coronel Almeida, para Mato Grosso. desavenças entre guardas

38 Ibidem, p. 134.

39 LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 132.

nacionais e guardais municipais ameaçaram perturbar a tranqüilidade pública. conciliaram-se.

Na noite de 30 para 31 de maio um grupo de facinorosos, a que se ajuntou a plebe iludida em parte, e em parte movida pelos mais ignóbeis sentimentos, apodera-se do quartel e manda tocar a rebate, saquearam as casas de comércio pertencentes a adotivos.

O conselho do governo, convocado extraordinariamente, anuiu às exigências dos insurgentes e deliberou que todos os brasileiros nascidos em Portugal menores de 60 anos fossem mandados sair da província, devendo pôr-se em caminho dentro de 24 horas.

Os amotinados cometeram atrocidades inauditas - cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas e outros atos de selvajaria.

Aquela deliberação do conselho e as ordens que se expediram em cumprimento dela deram lugar à caça que se fez dos adotivos, que se mataram onde eram encontrados. A pretexto de que pretendiam resistir, expediram-se escoltas para perseguir-los e ameaçaram-se os brasileiros natos que lhes dessem couto.

Foram mortas 33 pessoas, sendo 3 brasileiros e 30 adotivos.

Movimento da mesma natureza, porém menos sanguinário, teve lugar nos dias 7 e 8 de junho na Vila do Diamantino.

Mato Grosso, onde se achava o comandante das armas, recusara associar-se a tais atrocidades e as reprovou por atos públicos.

No mês de agosto renovou-se a rusga em Diamantino onde mataram a três adotivos; as autoridades, porém, e parte sã do povo obstaram a que prosseguisse a desordem.

Ausentes ou escondidos os poucos adotivos que existiam no município de Cuiabá, entrou-se a falar na proscrição de 33 brasileiros bastardos. O vice-presidente Poupino, unindo-se à gente ordeira, fez com

que saísse do quartel a força que o ocupava, a fim de marchar para Diamantino e tomando conta do mesmo quartel no dia 4 de setembro com homens de ordem, deu-se começo à prisão dos insurgentes.

(Em outubro, durante a gestão de Antônio Pedro Alencastro) efetuou-se a prisão de vários autores dos crimes que começaram a 30 de maio e deram-se providências enérgicas para a captura e processo de todos.

Na noite de 30 para 31 de outubro foram presos cinco cidadãos notáveis pela sua posição social ...⁴⁰

Havia, à época, uma composição de uma visão popularizada de aversão e oposição aos comerciantes, uma vez que a desigualdade das trocas do comércio, em última instância, penalizava a maioria da população. Daí a sua manifestação contra a elite econômica local. Manifestação formalizada até mesmo como reações violentas, como a da Rusga. Movimento que não foi ignorado pelo referido historiógrafo. Nada lhe escapava dos olhos. Dirigiu-os, inclusive, para os conflitos fronteiriços com os espanhóis. Conflitos esses que não eram restringidos à luta armada. Os lados utilizaram, além das armas, a política do contrabando da prata e do ouro. Muitas vezes disfarçadas de comércio legal, tal como aparece abaixo:

(Em 1818) tendo as ordens reais facultado o comércio com as vizinhas províncias espanholas, estabelecendo-se alfândegas de portos secos nos lugares onde fossem convenientes, o general organizou umas instruções para o regimento das ditas alfândegas, o que com as respectivas pautas submeteu à consideração da Junta de Fazenda, tendo antes tomado a tal respeito o parecer do Dr. Ouvidor e dos principais negociantes de Cuiabá. Foram posteriormente remetidas as mesmas instruções aos comandantes de Miranda, Coimbra e Casalvasco para, por elas, se regerem⁴¹.

As questões de fronteira eram sérias. Qualquer descuido, de ambos

40 LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 160-162.

41 Ibidem, p. 133.

os lados, poderia comprometer a defesa. Sobre o ano de 1762, neste particular.

A 25 de agosto saiu o governador para Santa Rosa, onde chegou a 13 de setembro. Pensou diligentemente em dar incremento ao estabelecimento feito nesse lugar, a que os nossos tinham dado o nome de Destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Mandou ali aumentar e melhorar os quartéis, os armazéns e a capela, e cuidou de fortificar o ponto e exercitar a sua guarnição; cuidou também com empenho em atrair por meio de brindes os índios das vizinhas Missões Espanholas, tendo conseguido que passassem para a nossa parte mais de 170 índios, vindos principalmente das aldeias de São Miguel e Santa Rosa, a Nova, motivo por que os Missionários abandonaram esta última, levando os índios que lhes restavam, receosos também de perdê-los⁴².

As questões fronteiriças eram sérias. Estavam em jogo os interesses de ambos os lados. Interesses que levaram à guerra do Paraguai. Uma guerra que, num determinado momento, promoveu o isolamento da Província de Mato Grosso devido ao bloqueio da navegação do rio Paraguai, impedindo o abastecimento do mercado local. Por conta disso, mais uma vez, os gêneros sofreram altas que assustou, igualmente, o seu presidente, o Barão de Melgaço: *"(...) receoso da fome que nos ameaça a alta de víveres de primeira necessidade que solicitei ao governo Imperial providências para socorrer-nos"*⁴³.

Tem-se, assim, a grandiosidade das obras do *"Bretão Cuiabanizado"*. Elas, não há dúvida, servem de base para a compreensão do contexto regional da época. O que leva os historiadores a buscá-las, a exemplo de outras, como fontes de pesquisa. Eis aí a sua importância. Uma importância que, no passado, seduziu o Visconde Taunay, levando-o a escrever *"Augusto Leverger - almirante Barão de Melgaço"*, e influenciou estudiosos do porte de um Virgílio Corrêa Filho, Antônio Fernandes de Souza e Estevão de Mendonça que, a partir do exemplo do mestre,

42 LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 54.

43 Idem. Relatório do presidente da Província de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, a 20 de dezembro de 1869. Cuiabá: J. J. Calhão, 1869, p. 12.

44 SIQUEIRA, Elizabeth M. Apresentação. In: LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. op. cit., p. 8-9.

escreveu "*Datas mato-grossenses*", "*completando a trilogia cronológica iniciada pelos cronistas setecentistas, atualizadas nos oitocentos por Augusto Leverger e complementadas*" com aquele último "*que incluiu dados do século XX*"⁴⁴. Neste sentido, cabe transcrever o seguinte paralelo entre eles: "*afeitos ao refúgio dos livros e da investigação do passado*"⁴⁵ regional.

O "*Bretão Cuiabanizado*", portanto, desempenhou um papel importante como cronista. Tornou-se "*um dos maiores estudiosos da história mato-grossense e dos escritores de maior bagagem científica sobre Mato Grosso*"⁴⁶, e, suas obras, tais como no passado, continuam sendo fontes fundamentais para os pesquisadores e estudiosos das cousas idas e vividas pelo povo da região. Elas (suas obras) são frutos de quase cinquenta anos de trabalho, quase todos vividos no antigo casarão da rua Barão de Melgaço, onde hoje abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-grossense de Letras, e cujo recinto, no dizer de Ferreira Mendes,

*(...) engrinaldado, tal um 'Panteão' das glórias passadas refulgem as efigies dos varões ilustres, que elevaram Mato Grosso pela dignidade e pelo saber, legando aos que surgem na seqüência ininterrupta da vida, exemplos de fé e de crença nos superiores destinos do abençoado torrão*⁴⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre o Barão de Melgaço não é outro processo senão o de reler cousas antigas, estampadas em páginas da história regional, muitas das quais ele próprio escreveu. Além das que já foram mencionadas, aparecem ainda:

Observações sobre a Carta Geral do Império, relativas à Província de Mato Grosso, publicadas na revista Archivo - edição comemorativa do 25 ° aniversário de sua morte; Apontamentos do Capitão de Fragata Augusto Leverger sobre o rio Paraguai, publicadas na

45 ARRUDA, Antônio. Breve paralelo entre Leverger e Estevão de Mendonça. Revista da Academia Mato-grossense de Letras - Comemorativa do Jubileu de Diamante (1921-1996). Cuiabá, p. 119, 1996.

46 PÓVOAS, Lenine. História da cultura mato-grossense. Cuiabá: Resenha, 1994, p. 27.

47 MENDES, Francisco Alexandre Ferreira. Lendas e tradições cuiabananas. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977, p. 73.

Coleção Memórias do Arquivo Nacional, v. 13; Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso, editada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 47, em 1884; Apontamentos sobre eleições na Província de Mato Grosso, citado Ramiz Galvão em Catálogo da Exposição de História do Brasil - Anais da Biblioteca Nacional, v. 9, 1881-1882; Diário privado do chefe de Esquadra Augusto Leverger relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1865, editada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Seção Documentos Históricos, em 1930; Breve memória relativa à corografia da Província de Mato Grosso, editada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 28, em 1865; Breve resumo da vida do Barão de Melgaço, quanto à parte econômica, Revista o Archivo, v. III, 1905; Carta geográfica da Província de Mato Grosso, citada por Sacramento Blake, no Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v1, p. 363; Apontamentos avulsos, na Revista Mato Grosso, ano 5, n. 5, 1908; Carta hidrográfica do rio Sepotuba, citado por Sacramento Blake, no Dicionário Brasileiro, v. 1, p. 362; Carta de um reconhecimento no distrito de Miranda na Província de Mato Grosso, citado por Sacramento Blake, v. 1, p. 363; Condições administrativas da Província de Mato Grosso, apresentadas em relatório de 13 de janeiro de 1852 ao Ministério e Secretário de Estado dos Negócios do Império, na revista O Archivo, v. III, 1905; Derrota da navegação do interior, da Vila de Porto Feliz, de São Paulo, à cidade de Cuiabá, citado por Henrique Boiteux; Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde Assunção até o rio Paraná, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 25, 1862; Índios da Província de Mato Grosso, citado por Ramiz Galvão, em Catálogo da Exposição de História do Brasil - Anais da Biblioteca Nacional, v. 9, 1881-1882; Informações prestadas ao Ministério da Marinha em 1851, sobre as matas de madeira de construção naval, revista O Archivo, v. III, 1905; Informações prestadas em 1851

sobre o traçado de uma estrada que comunique esta Capital com a cidade de Santarém no Pará, revista O Archivo, v. 1, 1904; Mapa da fronteira Sul da Província de Mato Grosso, citado por Sacramento Blake - Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v. 1, p. 362, 1856; Mapa geográfico, cronológico e estatístico da Província de Mato Grosso, citado por Sacramento Bleke, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, v. 1, p. 363, 1868.

48

Obras que não podem ser ignoradas. Muito pelo contrário. Compostas por páginas, embora já amareladas com o tempo, fundamentais e importantes para a compreensão do contexto mato-grossense dos séculos XVIII e XIX. Folheá-las é condição necessária. Afinal, tratam-se de um valioso legado à história e aos cientistas sociais locais. Fruto de imensa investigação e monumental poder de síntese, bem como revela o nível intelectual do "*Bretão Cuiabanizado*" e seu amor e dedicação à terra que o acolheu e onde constituiu família.

"Terra agarrativa" ou "agarrador Mato Grosso". Não a trocava por nada, nem pela sua França, pois, aqui, era "feliz como se possa ser". Sentia-lhe grato. Tudo faria por ela. Jamais a deixaria, uma vez que aqui "findaria" seus "dias, separado do resto do mundo por distâncias imensas. Levem as águas deste Paraguai, a cuja beira" viera "abrigar a" sua "modesta existência, realizando todos" os seus "desejos, levem elas ao grande oceano", seu "amigo de outrora, no seu rolar sem fim, a lembrança do velho Leverger" 49.

Augusto Leverger era assim, um apaixonado pelas cousas e pelo próprio Mato Grosso. Foram quase cinco décadas de trabalho e dedicação. Ao morrer, no velho casarão da antiga rua do Campo, deixou aos mato-grossenses - de nascimento e por adoção - significativos registros da história e da geografia mato-grossenses. Trabalhos que influenciaram os intelectuais fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, bem como servem de fontes aos pesquisadores das gerações atuais.

48 SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Estudo bibliográfico da história, geografia e etnologia de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica, 1992, v. III, p. 166-168 (Coleção Coisas de Mato Grosso).

49 Trechos da carta enviada à irmã. Apud. ARRUDA, Antônio. Vultos eminentes de Mato Grosso. op. cit., p. 58.

PANTANAL MATO-GROSSENSE: ASPECTOS FUNDIÁRIOS E DINÂMICA POPULACIONAL NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa¹
Nilton Tocicazu Higa²

RESUMO

Este trabalho analisa o processo ocupacional ocorrido no município de Barão de Melgaço, enfatizando os aspectos fundiários e seus reflexos na dinâmica populacional. Localizado em pleno pantanal mato-grossense, o município de Barão de Melgaço teve sua estrutura fundiária assentada na grande propriedade voltada para a pecuária extensiva, situação esta que ainda perdura nos dias atuais com forte influência sobre a economia regional e a dinâmica populacional.

Palavras chaves: Pantanal mato-grossense; Dinâmica ocupacional; Geografia Regional;

ABSTRACT

This paper analyzes the occupational process occurred in the dis-

¹ Professora Doutora do Departamento de Geografia - ICHS - UFMT

² Professor Doutor do Departamento de Solos e Engenharia Rural - DSER/ FAMEV - UFMT

trict of Barão de Melgaço - Mato Grosso - Brazil, with emphasis on the agrarian aspects and their consequences on the populational dynamic. Placed in the flood plain of Pantanal area, this district had its agrarian structure organized in the large properties where the extensive cattle breeding was developed. This situation, still common nowadays, has strong influence on the regional economics and populational dynamic.

Key words: Pantanal of Mato Grosso State; dynamic of occupational process; Regional Geography .

INTRODUÇÃO

Situado no sul do Estado de Mato Grosso, abrangendo extensa parte da planície pantaneira, o município de Barão de Melgaço, com área total de 11.219,8 km², encerra em seus limites grande diversidade de paisagens físicas e culturais, que evidenciam as riquezas naturais de seu território e aspectos específicos do processo de sua ocupação.

Limitado em quase toda sua extensão oeste pelo rio Cuiabá, as terras do atual município de Barão de Melgaço foram alvo do interesse dos bandeirantes e viajantes que se deslocavam através do rio Cuiabá, não só em busca de ouro e indígenas para escravizar, mas também, em missões de desbravamento objetivando expandir os limites da colônia para oeste, através da interiorização da população e da incipiente economia.

Assim, durante o século XVIII, grandes sesmarias foram doadas envolvendo as terras que hoje integram Barão de Melgaço, as quais deveriam se tornar produtivas produzindo gêneros alimentícios com condições de abastecer as comunidades que trabalhavam nos garimpos e os núcleos urbanos da província, representados, sobretudo por Cuiabá e Vila Bela. Segundo Siqueira, (1997. p.11) :

A região aurífera dos rios Coxipó e Cuiabá, no século XVIII, direcionavam as atividades para as fainas mineradoras, cabendo seu abastecimento às roças oriundas dos sítios circunvizinhos. Assim, a zona do Pantanal rio Cuiabá abaixo exercia a função de produtora de alimentos necessários à subsistência do arraial mineiro.

A extensão das sesmarias cedidas na região do rio abaixo e arredores era muito variável. Nas bordas do pantanal as sesmarias tinham, em geral, de 1.000 a 3.000 ha, enquanto na planície inundável chegavam a cerca de 13.068 ha, - "1 légua de frente por 3 de fundo". (VALVERDE, 1972. p. 106.)

A diferença no tamanho das sesmarias parece estar ligada aos interesses do explorador quando de sua chegada à região. Nas bordas do Pantanal, a exemplo de Cuiabá e arredores, os ocupantes se fixaram com o objetivo de explorar o ouro, e não se apossar de terras, estas, serviam-lhe para a obtenção de parte de seu sustento, em razão do que a atividade agrícola era meramente de subsistência.

Além disso, os recursos dos mineradores eram revestidos continuamente na própria mineração, não havendo disponibilidade de capital ou mesmo interesse em adquirir imensas glebas de terras. O mesmo não ocorreu na planície pantaneira, onde os objetivos dos ocupantes eram a posse de imensas áreas para a criação de gado.

Na explicação para a ocorrência da grande propriedade, não se pode deixar de considerar o interesse governamental, que através da implantação de imensas sesmarias procurava garantir a expansão das fronteiras da colônia, alicerçando, assim, o avanço geopolítico. Sobre esta questão, Valverde (1972, p. 106) afirma que *"a concessão de sesmarias colossais estava de acordo com os objetivos do governo, já que a soberania política se baseava no princípio UTI POSSIDETIS, convinha entregar a cada um áreas imensas como fundamento para a dilatação das fronteiras"*.

Com relação às menores propriedades cedidas na área dos terrenos auríferos e adjacências, cabe ainda acrescentar *a existência de dispositivos legais que não permitiam a formação de tão grandes propriedades, como as cedidas na planície do pantanal, pois, de acordo com as Ordens Reais de sua Majestade de 15 de março de 1738, e 15 de abril de 1744, nas vizinhanças de minas não era permitido conceder sesmarias de mais de meia légua quadrada, cerca de 1.089 ha., o que, obviamente, já é uma grande propriedade.* (SOUZA-HIGA, 1887. p.28)

Acompanhando o padrão de grandes propriedades, comum em toda região pantaneira, as terras que mais tarde vieram a constituir o município de Barão de Melgaço, formaram extensas sesmarias voltadas, sobretudo, para a pecuária extensiva, modalidade ocupacional bastante adequada aos vastos campos de gramíneas nativas que praticamente dispensavam investimentos e emprego de grande mão de obra, conforme afirmações de Souza-Higa e Higa,(2001. p.115).

As condições fisiográficas do pantanal favoreceram, desde os primórdios da ocupação, o desenvolvimento da criação extensiva, o que levou os primeiros ocupantes da região a se voltarem quase que exclusivamente para a pecuária em extensas áreas de terras, restringindo as áreas agrícolas a pequenos roçados voltados para a agricultura de subsistência das comunidades locais.

A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO

Embora o processo ocupação das terras do atual município de Barão de Melgaço remonte às primeiras décadas do século XVIII, apenas em 12 de dezembro de 1954, após inúmeros alterações de sua condição política e administrativa, o município foi oficialmente criado pela lei estadual nº 690, de autoria do deputado Leal de Queiroz.

Assim, em seu processo de formação, constatou-se que em 2 de abril de 1897, por força da lei nº 1897, o lugarejo às margens do rio Cuiabá, onde hoje se encontra a sede municipal, foi transformado em paróquia com o nome de Melgaço, vinculada ao município de Santo Antônio do Rio Abaixo, atual município de Santo Antônio do Leverger. É importante esclarecer que a extensa área rural de Melgaço já era parte integrante do município de Santo Antônio do Rio Abaixo, em conformidade com o Decreto-lei estadual de sua criação, nº 22 de 4 de julho de 1890.

Poucos anos depois, mais precisamente, em 25 de março de 1902, em cumprimento à Resolução 315, a freguesia de Melgaço foi elevada à categoria de vila, passando a exercer o papel de sede administrativa do município de Santo Antônio do Rio Abaixo, enquanto a Vila de Santo Antônio foi reduzida à condição de Freguesia. Ressalta-se, que essa foi uma decisão política e que a mesma não fazia jus ao momento de prosperidade econômica que Santo Antônio do Rio Abaixo vivia, impulsionado pelo desenvolvimento da cana-de-açúcar e de suas usinas.

Desta forma, por força da resolução 447, de 3 de agosto de 1906, o povoado de Santo Antônio do Rio Abaixo recuperou sua condição de Vila e de sede administrativa municipal, voltando Melgaço à condição de Freguesia. Anos depois, em 28 de março de 1938, o núcleo de Melgaço foi elevado à categoria de Vila, sede do distrito homônimo. No mesmo ano, em 26 de outubro, em conformidade com o decreto nº 208, o nome Santo Antônio do Rio Abaixo foi alterado para Santo Antônio, passando a Leverger em 1943 e finalmente Santo Antônio do

Leverger em 1948.

O distrito de Melgaço conheceu ainda a denominação de Chacororé, nome dado em referência à baía homônima situada nas proximidades do núcleo urbano de Melgaço, que foi atribuído pelo Decreto federal nº 545 de 31 de dezembro de 1943. Em 30 de setembro de 1948, a lei nº 319, alterou mais uma vez o nome do distrito, o qual passou a ser designado de Barão de Melgaço. Finalmente, em 12 de dezembro de 1954, passou à condição de município.

A designação de Barão de Melgaço foi dada em homenagem ao almirante Augusto João Manoel Leverger, que foi agraciado com o título honorífico de **Barão de Melgaço**. Augusto Leverger, um francês nascido na Bretanha, chegou em Mato Grosso em 1830, como segundo tenente da marinha brasileira, tornando-se mais tarde almirante. Participou ativamente da vida política e administrativa da província de Mato Grosso, da qual foi presidente por 3 vezes.

Leverger também se destacou, entre outros, na defesa das fronteiras brasileiras durante a Guerra do Paraguai. É exatamente deste período que consta sua decisão estratégica de ordenar a formação de uma trincheira militar na área das colinas de Melgaço, a qual deveria impedir o avanço das forças Paraguaias pelo Rio Cuiabá, o que garantiria proteção para as Comunidades ribeirinhas e da própria Cuiabá.

Embora não tenha sido necessária a ação militar dessa trincheira, a decisão de Leverger foi considerada acertada e oportuna, tendo esta medida influenciado na proposição do título honorífico de "**Barão de Melgaço**" que lhe foi agraciado em 1864, como reconhecimento às suas realizações em Mato Grosso e em prol dos interesses do Império.

Especificamente, com referência ao termo Melgaço, há controvérsias quanto ao seu real significado, o que foi expresso pelo próprio Leverger, quando, em 1865, escreveu a um amigo da corte sobre a distinção honorífica recebida:

...peço a V. Ex. o obséquio de tratar da obtenção do diploma, brasão, etc. Não tenho tempo nem facilidade de imaginar coisa alguma a este respeito. Ministrarei-lhe-ei simplesmente as seguintes verídicas informações: Não sei a significação nem a etimologia de Melgaço. É o nome de uma série de colinas que bordam o rio Cuiabá distantes 20 léguas da cidade. (CORRÊA FILHO, 1979, p. 66)

A rigor, a expressão Melgaço, advém do termo português "melgas", utilizado para designar terrenos inundados, pantanosos e lodosos, o que, parcialmente faz jus à descrição do pantanal mato-grossense. Segundo Ferreira, (1997. p. 279.) *"Até 1850, o sertão alagado de Mato Grosso não era definido como pantanal. É provável que a Corte Imperial a ele se referisse com o vocábulo português melgaço, que significa pântano na expressão e sentido europeu."* Ainda para este autor, o título do "Barão de Melgaço" poderia ter sido "Barão do Pantanal", caso os paulistas tivessem influenciado a Corte na homenagem concedida a Augusto Leverger.

ASPECTOS FUNDIÁRIOS E DINÂMICA POPULACIONAL ATUAL

A exemplo de toda área pantaneira, Barão de Melgaço teve sua estrutura fundiária definida com base na grande propriedade, constituída a partir de sesmarias colossais cujas doações remontam às primeiras décadas do século XVIII. Mesmo contando com grandes extensões de terra, poucas propriedades evoluíram economicamente, sobre o que Souza-Higa, (1995. p. 113) afirma: *"A maioria dos sesmeiros do pantanal não conseguiu, durante longo tempo, progredir; faltava-lhes capital e mão-de-obra. Mesmo nas grandes fazendas, o gado era criado de forma extensiva e a agricultura era, em geral, rudimentar e de subsistência"*.

Lentamente, com o passar das décadas, o processo de transferência de propriedade por herança e, secundariamente, as vendas dos imóveis provocaram a divisão e redução da área das primitivas sesmarias, sem, no entanto, descaracterizar a feição da estrutura latifundiária regional, que ainda se mantém nos dias atuais.

Para análise da condição fundiária atual, dada as dificuldades obtenção de dados atuais sobre a propriedade da terra no município, fez-se opção por trabalhar com dados relativos aos estabelecimentos agropecuários, levantados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, IBGE. De acordo com este Instituto, (1998. p. 21), é considerado estabelecimento agropecuário *"todo terreno de área contínua independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária"*.

Para uma análise mais completa trabalhou-se com dados fundiários pertinentes aos levantamentos censitários de 1980, 1990 e 1995, o que nos possibilitou avaliar a evolução do padrão de propriedade no município. Para esta análise tomou-se por base os dados constantes

nas tabelas 1, 2 e 3, relativas, respectivamente, ao número total de estabelecimentos e grupos de área total, participação de cada categoria no total do município e o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.

Tabela 1

Barão de Melgaço – Mato Grosso: número de estabelecimentos e grupos de área total – 1980 - 1996												
	Totais		Menos de 10 ha.		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		1000 – 10.000 ha		mais de 10.000ha	
	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha	Nº	área - ha
1980	1259	855.864	782	2.429	307	8014	91	25.310	47	149.843	32	670.268
1985	1038	887.297	668	2.026	216	6.201	86	24.685	41	166.325	27	688.060
1995/96	563	863.930	129	573	285	8.968	83	21.567	34	128.530	32	704.292

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

Tabela 2

Barão de Melgaço – Mato Grosso: Participação dos grupos de estabelecimentos e de área total no conjunto dos estabelecimentos municipais e, 1980, 1985 e 1995/96											
anos	Menos de 10 ha.		10 – 100 ha		100 – 1000 ha		1000 – 10.000 ha		mais de 10.000ha		
	Nº - %	área - %	Nº %	área - %	Nº %	área - %	Nº	área - ha	Nº	área - ha	
1980	62,11	0,28	24,38	0,93	7,23	2,96	3,73	17,51	2,54	78,31	
1985	64,35	0,23	20,81	0,70	8,29	2,78	3,95	18,75	2,60	77,55	
1995/96	22,91	0,07	50,62	1,04	14,74	2,5	6,03	14,88	5,68	81,52	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

Tabela 3

anos	Barão de Melgaço – Mato Grosso: Tamanho médio dos estabelecimentos rurais por grupos de categoria de área.				
	Menos de 10 ha.	10 – 100 ha	100 – 1000 ha	1000 – 10.000 ha	mais de 10.000ha
1980	3,11	26,10	278,13	3188,15	20.945,88
1985	3,03	28,71	287,03	4056,71	25.483,70
1995/96	4,44	31,46	259,84	3.780,29	22.009,13

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995/96

A análise conjunta das tabelas 1, 2, e 3, mostra, para algumas classes, pouca variação no padrão de distribuição e propriedade da terra no período 1980 - 1985, particularmente no que tange à participação de cada categoria de área total no conjunto. Assim, constata-se que nos dois períodos o número de estabelecimentos com menos de 10ha, totalizavam, respectivamente 782 e 668 unidades, representando mais de 60% do número total de estabelecimentos do município, enquanto a área dos mesmos somava em 1980, 855.864 ha e em 1985, 887.297 ha, o que significava um pouco mais de 0,2% do total da área municipal integrante dos estabelecimentos agropecuários. Verifica-se também, que o tamanho médio dos estabelecimentos nos dois períodos era muito próximo: 3,11ha em 1980 e 3,03 em 1985.

As classes subseqüentes, relativas aos estabelecimentos com área entre 10 e 100ha e 100 e 1000ha, apresentaram nos anos de 1980 e 1985, valores muito próximos para o tamanho médio dos estabelecimentos e participação no conjunto das categorias, embora, em termos absolutos, a classe de área entre 10 e 100ha, tenha apresentado forte decréscimo no número de estabelecimentos e na área total.

Para as classes de área entre 1000 e 10.000ha e acima de 10.000ha, verifica-se que houve decréscimo no número de estabelecimento e acréscimo na área total, significando maior concentração de terras, o que é bem evidenciado na tabela 3, na qual observa-se que em 1980, o tamanho médio dos estabelecimentos, na classe entre 1000 e 10.000ha, era de 3.188,15ha, passando em 1985 para 4.056,71ha. O mesmo comportamento é observado na classe subseqüente em que o tamanho médio das unidades agropecuárias passou de e 20.945,88ha em 1980, para 25.483,70ha em 1985.

Com relação ao levantamento de 1995/96, constata-se algumas expressivas modificações no padrão de distribuição de terras, particularmente no que tange à classe de estabelecimentos agropecuários abaixo de 10ha, os quais totalizaram em 1995, 129 unidades, contra 668 registrados em 1985 . Desta forma, os estabelecimentos desta classe, que em 1985, correspondiam a 64,35% do total, passaram em 1995 a representar 22,91%.

Decréscimo significativo é também observado na área total, pois em 1985, a classe de estabelecimentos com menos de 10ha, somava 2026ha, passando em 1995, para 573ha. Como a queda no número de estabelecimentos foi bem maior do que a verificada na área, o tamanho médios dos estabelecimentos da classe referida aumentou, passando de 3,03ha em 1985, para 4,44ha, em 1995. Em termos de participação da área desta classe em relação a área total envolvida nos estabelecimentos, observa-se que em 1985, a mesma detinha 0,23% da área total, caindo, em 1995, para 0,07%.

De acordo com as informações obtidas no Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT e no escritório da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER, escritório de Barão de Melgaço, esta alteração no padrão de distribuição da terra não é fruto de nenhuma intervenção de política pública aplicada na área. Para os técnicos destes órgãos, esta modificação é um processo decorrente da não sustentabilidade do minifúndio, o que tem levado seus detentores a vende-los ou, quando podem, a ampliá-los.

Em 1995, a classe com área entre 10 e 100ha, apresentou, entre todas, o maior número estabelecimentos agropecuários, com 285 unidades, perfazendo 50,62% do total, o que representa um pouco mais da metade de todos os estabelecimentos do município, envolvendo, no entanto, apenas 1,04% da área total de estabelecimentos no município. Ressalta-se que nos anos de 1980 e 1985, a classe detentora do maior número de estabelecimentos era a relativa às unidades com menos de 10ha.

Para as classes entre 100 e 1.000ha e entre 1.000 e 10.000ha constata-se que em 1995, ocorreu a diminuição do número de estabelecimentos e do total de área, o que se refletiu no tamanho médio das unidades que também apresentaram queda, quando comparada a 1985. Quanto a classe de estabelecimentos com mais de 10.000ha de área, observa-se um ligeiro acréscimo no número e na área dos estabelecimentos, totalizando 32 unidades e 704.492ha, correspondendo, respectivamente a 5,68% do conjunto de estabelecimentos e 81,52% do total da área, valores indicativos de fortíssima concentração fundiária, embora o tamanho médio do estabelecimento tenha diminuído de 25.483,70ha, em 1985 para 22.009,13ha, em 1995.

As alterações observadas na estrutura fundiária municipal, particularmente no que tange à perda de participação da classe de estabelecimentos com menos de 10ha e crescimento da classe de estabelecimentos com área entre 10 e 100ha, confirmando as informações dos órgãos consultados, não são conseqüências de políticas públicas de caráter agrário aplicadas ao município, deve-se, ao contrário, à ausência delas.

Inicialmente, considera-se como salutar a diminuição do número de minifúndios, os quais não propiciam condições de sustentação para uma família. Considera-se também salutar o crescimento da classe com estabelecimentos com área entre 10 e 100ha, faixa de extensão de terras que permitiria uma produção agropecuária compatível com as necessidades de sustentação familiar.

Ocorre que o conjunto de dados sobre o município, não apontam para o equilíbrio da classe de menor poder aquisitivo, o que seria concretizado pela aquisição e ocupação de estabelecimentos agropecuários com área compatível para uma produção economicamente viável. Na realidade, o que ocorreu foi o deslocamento desta parcela da população que, em busca de melhores condições de vida e até de sobrevivência, migrou do meio rural para o núcleo urbano

de Barão de Melgaço e, freqüentemente, para outros municípios.

A tabela 4, relativa à população total, urbana e rural de Barão de Melgaço no período 1980 - 2000, mostra que entre 1980 e 1991, a população apresentou taxas positivas de crescimento, 19,45% no total; 85,39% na urbana e 1,85% na rural. O baixo crescimento da população rural registrado é indicativo da falta de condições de fixação da família no campo, obrigando-a a migrar em busca de outras opções de vida. Os dados de 2000, apontam para uma maior gravidade da situação, o que é evidenciado pela taxa negativa de crescimento relativo da população rural que chega a -39,20%, o que é sentido na taxa de crescimento, também negativa, da população total, que ficou em -22,23%. Apenas a população urbana apresentou crescimento real, na ordem de 12,73%.

Tabela 4

Barão de Melgaço – Mato Grosso: População total , urbana e rural. 1980 - 2000								
anos	População total		População urbana			População rural		
	Nº total	TCR*	total	%	TCR*	total	%	TCR*
1980	8.253	-	1738	21,05	-	6.515	78,94	-
1991	9.858	19,45	3.222	32,68	85,39	6.636	67,32	1,85
2000	7.667	-22,23	3.632	47,37	12,73	4.035	52,63	-39,20

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de Mato Grosso. 1980, 1991 e 2000

*TCR – Taxa de crescimento relativo

Inúmeras são as circunstâncias que têm contribuído para o êxodo rural no município de Barão de Melgaço, mas, o padrão de grande concentração fundiária e as dificuldades de acesso a terra por parte dos pequenos produtores podem ser considerados como os fatores de maior peso. Além disso, a área rural do município apresenta deficiente infraestrutura, o que é observado na precariedade das estradas vicinais, que inviabilizam o escoamento da produção, e no número insuficiente de escolas de ensino básico, o que obriga muitos pais a migrarem na tentativa de garantirem o mínimo de instrução para seus filhos.

Por outro lado, a região pantaneira, em razão de suas limitações do ponto de vista agrônomo, não consiste em área atrativa para o empresário do setor agrícola, o que é facilmente notado pelos baixos investimentos aplicados na região. Em razão disto, as oportunidades de emprego no meio rural são bastante reduzidas, particularmente quando se compara com outros municípios do Estado onde se desenvolve a agricultura empresarial, o que consiste em mais um fator de estímulo à migração da população local para outras áreas.

O decréscimo do emprego de mão-de-obra na atividade rural municipal é evidenciado na tabela 5, relativa ao número total de pessoas ocupadas no setor agro-pecuário no período 1980 - 1996, na qual se pode constatar a taxa de crescimento relativo negativa de -15,51% no período 1980 /1985, e de -52,95%, no período 1985/1996.

Tabela 5

Barão de Melgaço – Mato Grosso: Número de pessoas ocupadas na atividade agropecuária – 1980 - 1996		
Anos	Pessoal ocupado	
	Nº	TCR ¹
1980	6.151	-
1985	5.197	-15,51
1996	2.455	-52,95

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1996

¹TCR – Taxa de Crescimento relativo

Os baixos investimentos são também observados no setor pecuário, o que vem ocasionando quedas contínuas na produção do setor, comprometendo uma das principais fontes econômicas do município, reduzindo ainda mais as oportunidades de emprego na zona rural. A redução que vem ocorrendo no setor pecuário pode ser observada na tabela 6, que apresenta dados sobre o efetivo bovino municipal no período entre 1980 a 2000.

Tabela 6

Bãrao de Melgaço - Mato Grosso: Efetivo bovino no período 1980 - 2000		
anos	Efetivo bovino	
	Nº	TCR ¹
1980	126.760	-
1985	152.201	20,07
1995	147.463	-3,11
2000	139.520	-5,39

Fonte: Censo Agropecuário de Mato Grosso. 1980, 1985 e 1995

Pesquisa da Pecuária Municipal. 2000

Taxa de crescimento relativo

Os dados da tabela evidenciam a queda progressiva do rebanho municipal entre 1985 e 1995, calculada em -3,11%, e, também, no período 1995 - 2000, quando se observa o decréscimo relativo em -5,39%, taxas estas não condizentes com o crescimento agropecuário do Estado, apontado como um dos maiores do país.

A situação sócio-econômica do município, particularmente no que se refere ao processo migratório e a redução de sua economia, apontam para a necessidade de implementação de novas políticas públicas que, efetivamente, integrem o sistema produtivo municipal à dinâmica econômica regional, o que ampliaria as oportunidades de trabalho, viabilizando a fixação das famílias no meio rural onde poderiam encontrar condições dignas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao município Barão de Melgaço, constata-se que seu território, que nos séculos XVIII, XIX e primeira metade do século XX, exerceu forte atração sobre viajantes, migrantes, investidores e o próprio governo, vem nas últimas décadas perdendo importância econômica com diminuição contínua dos investimentos públicos e privados.

Assim na estrutura produtiva municipal, particularmente no que tange ao setor fundiário, prevalece o padrão da grande propriedade, uma herança do regime de sesmaria adotado no início de sua ocupação, cujo sistema de produção, predominantemente extensivo, não oferece suporte adequado à mudanças que venham a alterar a secular situação de exclusão social do contingente mais pobre da sociedade local.

Por fim, conclui-se com base nos dados analisados e observações de campo, que a região pantaneira é ainda uma área periférica no processo econômico mato-grossense e brasileiro, desempenhando o papel de área pastoril sem grandes investimentos, que possam promover sua transformação em região produtiva e, portanto, com possibilidades de propiciar melhores condições de vida para os pequenos produtores e trabalhadores rurais.

BIBLIOGRAFIA

CORRÊA FILHO, Virgílio. Leverger, o bretão cuiabanizado. . Cuiabá. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso. 1979.

FERREIRA, J. C. Vicente. Mato Grosso e seus Municípios. Secretaria do Estado de Educação. 1997.

IBGE . Censo Agropecuário de Mato Grosso 1980. RJ. 1983

_____. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1985. RJ. 1991

_____. Censo Agropecuário de Mato Grosso 1995/96. RJ. 1998.

_____. Censo demográfico -. Rio de Janeiro. IBGE. 1980

_____. Censo demográfico -. Rio de Janeiro. IBGE. 1991

_____. Censo demográfico -2000. Rio de Janeiro. IBGE. 2000

_____. Pesquisa da Pecuária Municipal - Mato Grosso - 2000

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá Abaixo. Publicações avulsas. Nº 1. Cuiabá. IHGMT. 1997.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso. Aspectos da organização do espaço em um trecho do pantanal de Poconé - Mato Grosso. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da UNESP, Campus de Rio Claro, para obtenção do título de mestre. Rio Claro - SP. 1987.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso. Processo de ocupação do pantanal mato-grossense. Revista Mato-grossense de Geografia. Ano 1, nº 00. Cuiabá. EdUFMT. 1955.

SOUZA-HIGA, Tereza C. Cardoso e HIGA, Nilton Tocicazu. Pantanal mato-grossense: o papel da pecuária na produção do espaço regional. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. vol. 59. 2001. Cuiabá. Editora Entrelinha. p 113 - 126. 2001.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento do município de Corumbá. Revista Brasileira de Geografia. 34 (1). p. 49 -144. Rio de Janeiro. IBGE. 1972.

VINTE E UM ANOS LEVERGERIANOS NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

VERA RANDAZZO

Quando cheguei em Cuiabá, com meu marido e filhas pequenas, após breve período em hotel, moramos na casa nº 1.045, que era alugada e estava situada á rua Barão de Melgaço, tendo como vizinho, o inesquecível e culto Dr. Humberto Marcilio Reinaldo, Interessei-me logo em saber quem era o nobre fidalgo homenageado de nossa bela rua.

E o nosso amável vizinho, não só falou-me sobre o ilustre bretão, como abriu-me as portas de sua vasta biblioteca, onde conheci os melhores escritores, poetas e historiadores Mato-grossenses.

Na época, o ilustre médico era diretor do Departamento da Instrução Pública, órgão da então Secretaria de Educação, Cultura e Saúde e também pertencia á Academia Mato-grossense de Letras, onde ocuparia a cadeira nº 17, cujo patrono é o Gal. João Severiano da Fonseca, autor do monumental obra "Viagem ao redor do Brasil."

Tive assim, no Dr. Humberto, um magnífico cicerone intelectual para embrenhar-me na gloriosa História de Mato Grosso, além de contar com a amizade de sua esposa, Dna Thereza. Tinham eles filhos da idade das nossas meninas e que além de brincarem juntos, foram matriculados na mesma Escola Modelo "Barão de Melgaço".

Anos depois, já funcionária pública do Estado (por concurso o que me envaidece sempre) e ocupando o cargo de Diretora do Arquivo Público de Mato Grosso, fui incumbida pelo meu chefe imediato, Dr. Carlos José Avelino de Souza Vieira, Secretário do Estado da Administração, de organizar uma Exposição para comemorar o primeiro centenário de morte do Barão de Melgaço, que ocorrera a 14 de janeiro de 1830.

Na época, o governador Dr. Frederico Carlos Soares Campos promoveu em todo o Estado, eventos para esta comemoração assim sendo, toda a equipe do APMT, dedicou-se á busca de documentos inéditos para a exposição que esteve exposta no salão nobre do Palácio Paiaguás.

Encontramos o primeiro relatório do Barão de Melgaço datado de 1831, encaminhado ao então presidente da Província de Mato Grosso, Dr. Antônio Corrêa da Costa, com a sua letra firme e um caderno ainda preso por um fino barbante, onde descreve sua viagem ao Paraguai e descrições dos rios e matas e mesmo costumes dos Fortes Paraguaiois e da população da região.

Agora, estamos comemorando com o mesmo entusiasmo, admiração e até mesmo com devoção, o bi-centenário do nascimento do Almirante, Augusto Leverger, Barão de Melgaço, nascimento esse ocorrido em Saint-Malô, na Bretanha, França, em 30 de janeiro de 1802, filho de Mathurin Leverger e Regina Joanna Marley.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, através do seu Presidente, Sr. João Carlos Vicente Ferreira, está lançando sua Revista anual em homenagem ao extraordinário francês.

Voltei ao Arquivo Público de Mato Grosso, de onde estou afastada, por aposentadoria, há doze anos, em busca de novos subsídios em documentos conhecidos ou inéditos, do Barão de Melgaço. Esse órgão da Secretaria de Estado da Administração está sendo administrado, com louvor pelo Historiador e Professor Clementino Nogueira de Souza, com ótimos profissionais especializados, alguns dos quais do meu tempo, os quais se desdobraram em meu auxílio.

Entretanto, aqui vai um alerta: os documentos produzidos ou recebidos por Augusto Leverger, no período de meio século, ou seja, de 1830, quando aqui chegou, até 1880, quando faleceu, estão se deteriorando, sendo que alguns não deveriam sequer ser manuseados, mesmo que isso seja feito com o máximo cuidado e respeito.

Urge que tudo seja microfilmado e organizado sistematicamente, inclusive com "Guia das Fontes Documentais de Augusto Leverger", e levantamento de tudo o que existe sobre o Barão, seja no Brasil ou na Europa.

Faz-se necessário que o Governo proporcione verbas para esse inadiável "Projeto Barão de Melgaço", com vistas ao próximo tricentenário. Nossos pósteros merecem, conhecer o grande bretão melhor que nós.

OS VERDES ANOS DO BARÃO

Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço, nasceu em Saint Malô, cidade pesqueira da Bretanha, Província francesa, a 30 de Janeiro de 1801, filho de Marthurin Miguel Leverger e Regina Joana Marley.

Sendo seu pai, Capitão dum navio mercante, acompanha-o com apenas 17 anos, em uma viagem a América do Sul, tendo como ponto final Montevidéu.

Em 1820, já como piloto, embarca na escuna Angélica e dessa para a General Lecor, onde faz observações hidrográficas no estuário platino.

Em 1824, é promovido a segundo-tenente, recebendo os galões nessa embarcação que estava sob a bandeira imperial. Pedira Leverger, sua admissão à Armada Nacional, em requerimento de 25 de Outubro de 1824.

Defendendo os interesses brasileiros na questão cisplatina, envolve-se em longa luta no bloqueio do Rio Prata que durou quase três anos, destacando-se nessa ocasião como valoroso e brilhante militar.

Abraça em seguida a causa da Independência, conquistando dessa forma, imorredoura gratidão da Corte, que, aliada á vida exemplar e a sua qualidade inata de condutor de homens, levam o altivo marinheiro francês a ser considerado pela posteridade como um dos mais ilustres homens de Mato Grosso e do Segundo Império.

MISSÃO ESPECIAL

Depois de servir nas fragatas Nicteroy, Pedro I e Príncipe Imperial e já ostentando os galões de 1º tenente por "ato de bravura e especial distinção em repetidos encontros" segundo o seu biógrafo, o Visconde de Taunay, recebeu o comando da bombardeira Dezenove de Outubro, onde luta com denodo pela causa brasileira. Seus efeitos são transmitidos à Corte e seu nome começa a ser conhecido e admirado.

Assim sendo, quando o Governo Imperial quer pôr em prática, um plano de defesa dos rios do Baixo Paraguai, plano esse que vinha sendo preconizado por vários governantes do tempo da ainda Capitania de Mato Grosso, a pessoa escolhida é justamente o bretão Augusto Leverger

que tem assim, sem esperar, seu destino traçado, longe do mar em que nascera e passara a maior parte de sua juventude, numa província longínqua, onde imperavam os costumes simples, na calma e tranqüila cidade de cerca de seis mil habitantes, localizada no centro da América do Sul `a margem esquerda do rio Cuiabá.

A comissão de que foi encarregado Leverger, pelo Ministro dos Negócios da Marinha, em 15 de Outubro de 1829, referia-se ao aparelhamento de uma frotilha de barcas dos rios do baixo Paraguai.

A VIAGEM DO JOVEM TENENTE FRANCÊS

Era no início do tempo das águas, a 23 de Novembro de 1830, quando o 1º Tenente Augusto Leverger chega ao Porto Geral de Cuiabá, tendo iniciado a sua viagem fluvial de Porto Feliz, outrora Ararituaguaba, com uma expedição de 3 canoas, essas que aproveitaria nos inúmeros trabalhos que publicaria referente a corografia de Mato Grosso.

Sobre o Rio São Lourenço, antigamente chamado Porrudos, e o Rio Cuiabá, comentou Leverger mais tarde:

"A importância da navegação deste rio e do seu principal afluente, o Cuiabá, evidencia-se pelo fato de, como já disse, achar-se aglomerada, em um pequeno espaço de terreno, entre o mesmo rio e o Paraguai, a quase totalidade da população civilizada da Província".

"A navegação do Cuiabá dificulta-se pela excessiva sinuosidade do seu curso, e pela pouca largura e pouco fundo em diversas paragens. Trinta e três léguas acima da barra, está a ponta inferior da ilha de Pirahim, cujos canais da direita e da esquerda, num desenvolvimento de 20 léguas, são igualmente navegáveis".

"Do Pirahim para cima, até a cidade de Cuiabá, distante 24 léguas, as voltas do rio são menos repetidas, e maior é a largura; mas o fundo é cada vez menor, de sorte que, durante parte do ano, embarcações que demandam 4 palmos de água, vêm-se obrigadas a parar em distância de 8, 10 e mais léguas da cidade".

DIFICULDADES DOS PRIMEIROS TEMPOS EM CUIABÁ

Com ordens da Corte para permanecer na Província Leverger, teve assim tempo para conhecer os costumes e os encantos de Cuiabá, embora de início lhe fosse difícil até receber seus vencimentos, pois a Repartição pagadora desconfiada não o pagou, e nem ao seu auxiliar o Mestre Manoel Joaquim Roiz, fazendo com que o próprio Presidente

mandasse ao Ministro Conde de Rio Pardo com data de 5 de fevereiro de 1831 o seguinte ofício: "Tendo a honra de levar ao conhecimento de V. S. o incluso requerimento e documentos de Augusto Leverger, 1º Tenente da Armada Nacional e Imperial, o Comandante das Barcas Canhoneiras desta Província, e Manoel Joaquim Roiz, Mestre encarregado do aparelho da mesma, que pedem a Sua Majestade a graça de mandar declarar a Junta da Fazenda os seus vencimentos de rações diárias, nos quatro artigos indicados no mesmo requerimento, posto que a representação dos suplicantes parecesse justa ante a Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda Pública, no pedido que fez", "todavia", ela denegou-se deste deferimento por lhe faltarem Leis relativas a Marinha, como se deduz dos mesmos documentos juntos, e possa dar disto conta a Sua Majestade por intervenção do Exmo. Ministro e Secretário de Estado da Repartição competente e porque não ficasse totalmente privado o Mestre encarregado do aparelho e seus vencimentos se lhe mandou abonar a ração de Etapa que equivale a de um oficial inferior de sua graduação até que S.M.J. decida sobre os vencimentos que lhe são devidos".

Mas no fim desse mesmo ano, a Secretaria do Governo recebe um aviso com data de 1º de dezembro, enviado por Joaquim José Rodrigues Torres, que muito bem definia o conceito que o Tenente Augusto Leverger, desfrutava na Corte entre as mais altas autoridades do novo Império: "A Regência, em nome do Imperador, conformando-se com a opinião da Comissão encarregada do exame dos Documentos Oficiais da Armada, sobre quem há dúvida de serem Citados Brasileiros, ou de se acharem compreendidos em alguma das exceções do Art. 4 da Carta de lei de 25 de novembro do ano passado: Há por bem que o 1º Tenente da dita Armada, Augusto Leverger, atualmente aí empregado, continue no exercício do seu Posto, e na percepção dos respectivos vencimentos, visto provar que colaborou na luta da Independência, e estar por tanto incluindo em uma das mencionadas exceções. O que participo a V. Ex. para sua inteligência".

Não foi porém o bastante, embora não se deva esquecer que a Província de Gato Grosso, estava assolada por clima de desconfiança e intrigas. Com relação aos estrangeiros em geral, embora fosse dirigida principalmente aos portugueses e assim, não é de se estranhar, que a figura esguia do culto francês e a sua pronuncia bretã tenham inspirado, nesses seus primeiros anos, algumas dúvidas tanto que não obstante o ofício citado, o Presidente Antonio Correa da Costa, em 4 de janeiro de 1832, dá-se ao trabalho de escrever ao Ministro da Secretaria de Estado

dos Negócios do Império, Dr. José Limo dos Santos Coutinho, pedindo instruções e informando-o que: "Para dar plena execução ao que se ordena em Portaria, de 18 de agosto de 1831, expedido por V. Exa. sobre a investigação da naturalidade dos estrangeiros dos diferentes Empregados nesta Província em diversos lugares públicos para que os despeça, preenchendo os lugares assim vagos com os cidadãos Brasileiros, natos, adotivos ou naturalizados, sem todavia, entrarem neste número aqueles oficiais Estrangeiros do Exército e Marinha que, segundo a Lei da Fixação das forças de 25 de novembro, devem ficar a serviço e achando-se nesta Província o 1º Tenente da Armada Nacional Augusto Leverger, a cargo de quem está a direção dos Barcos mandados aqui construir, a ele expedi a Portaria das cópias inclusas para mostrar autenticamente a seu respeito, o disposto no artigo 4º da citada Lei e me respondeu com o ofício que também tenho a honra de incluir e levar ao conhecimento de V. Exa. para que haja de elucidar-me á vista das razões apresentadas pelo referido Tenente, se ele deve ser ou não compreendido na exceção daquele artigo 4º".

A resposta do Ministro Imperial, escrita no Palácio do Rio de Janeiro, a 16 de março do mesmo ano, ao mandatário mato-grossense, fez morrer de uma vez quaisquer desconfianças e era vazada nestes exatos temas: Em resposta ao ofício de V. Exia. De 04.01.832 em que solicita esclarecimento sobre a continuação do Tenente da Armada Augusto Leverger, no Serviço Nacional: Cumpre-me declarar a V. Exº. que por Aviso do 1º de dezembro do ano passado expedido pela Repartição dos Negócios da Marinha, já se participou a V. Exia. que o dito Oficial deve continuar no exercício do seu Posto, e na percepção dos respectivos vencimentos, visto ter aprovado que colaborou na luta da independência, e estar por tanto incluindo em uma das exceções da Carta da Lei nº 25, de novembro de 1831".

AS BARCAS CANHONEIRAS

Em 2 de Agosto de 1831, Augusto Leverger, atendendo uma Portaria do Presidente da Província Antonio Corrêa da Costa, assinada no dia anterior, presta-lhe informações, a respeito das Barcas Canhoneiras, informações que mais detalhadas tinha já enviado ao Ministério da Marinha em 5 de dezembro de 1830, poucos dias depois de chegar, a 6 de janeiro e 6 de maio desse ano.

Informa-o assim, que as Barcas são duas, sendo que uma não saiu ainda do estaleiro e que medem 57 palmos de comprimento, 15 de

largura e 7 de frontal (comp. 12 m 54, largura 3 m 30 de frontal 1 m 54 cm) e que lhe faltam a calafetação e alguma ferragem, que estão ainda fazendo.

Diz que são ambas fortes, solidamente construídas e iguais às lanchas dos navios nacionais e já tinham prontos, 16 remos e 3 mastros. Estavam também fazendo para as mesmas 4 vergas.

Entretanto comunica que não havia mais no Arsenal, material para continuar a construção e muito menos para aparelhar e pôr em estado de serviço ativo, as ditas Barcas Canhoneiras, e comunica que,

"... em dezembro próximo passado, remeti ao antecessor de Vossa Excelência uma relação dos objetos preciosos, baseada sobre a mais restrita economia que combina com o que exige a natureza da navegação em rios estreitos e sinuosos onde o uso das velas não é senão accidental; julguei pois que a armação mais conveniente era um só mastro com uma vela latina, para este aparelho pouco se precisa e o que mais avulta a supra mencionada relação é, alcatrão, tintas, amarras, fateixas e outros objetos indispensáveis para a conservação das embarcações". "por determinação do mesmo antecessor de Vossa Excelência (Vice Presidente André Gaudie Ley) mandei fazer alguns cabos de couro e de linho e uma vela de pano de algodão, na intenção de exercitar algumas praças no uso e manobra de remos, velas, etc."

Não tendo encontrado no Arsenal da Marinha, petrechos de guerra algum, além duma velha caronada, diz que não pode também informar de forma correta, sobre as obras do carpinteiro e ferreiro, necessárias para o arranjo interior das embarcações, assim como paioes, caixões de armas, carretas, etc., pois que tais obras dependem da natureza, do armamento, do número das peças que compuserem a guarnição e do serviço a que forem destinadas.

Dá o número de funcionários daquela Repartição que, além dele, conta com 1 oficial marinheiro, 1 mestre construtor, 1 oficial do ponto, 2 carpinteiros, 1 calafete, 5 aprendizes e mais 4 praças encarregados de fazer o carvão para o trem.

Receando sair dos limites da informação exigida, diz: não se atrever a pedir algumas alterações para que tenha eficaz aplicação, a quantia consignada pela Lei do Orçamento, mas observa que os operários do Arsenal são muito freqüentemente distraídos do trabalho das Barcas para outras do serviço Público, donde provém, em parte, a lentidão na construção e conclusão das Barcas canhoneiras.

VIAGEM AO FORTE OLIMPO

Era o Paraguai, uma República governada pelo Dr. Francia, homem de grande cultura, e que integrava o governo do seu país desde sua independência em 1811. Três anos mais tarde elegeu-se ditador, permanecendo no poder até 1840, ano em que morreu. Governava de modo paternalista, controlando tudo nas mãos e conservando as fronteiras fechadas, sem nunca corresponder aos gestos de amizade que os brasileiros faziam, desejosos de incrementar a navegação pelos rios comuns e iniciarem intercâmbio comercial, vantajoso principalmente para Mato Grosso, província tão isolada.

Acontece que tendo chegado a Cuiabá a notícia de que El Ditador Supremo falecera, Estevão Ribeiro de Resende, Presidente da Província de Mato Grosso, resolveu mandar Augusto Leverger, em uma missão especial, que seria aprovada pelo Governo Imperial, desejoso também de estabelecer laços de amizade mútua com o país irmão: iria apresentar condolências pela infausta notícia.

Entretanto, tal notícia era infundada, mas Augusto Leverger, transformou a viagem num reconhecimento perfeito das fronteiras e em seu contato com os paraguaios demonstraram de forma inequívoca suas qualidades de diplomata. Merece ser transcrito o relatório que enviou ao Sr. Estevão Ribeiro de Resende, a 16 de maio de 1839, escrita a bordo da Barca Vinte e Dois de Abril, já ancorada em frente ao Arsenal da Marinha.

"Por meu ofício de Albuquerque, 29 de março, tive a honra de participar a V. Excia. que estava de regresso do Forte de Olimpo; agora venho, como me cumpre, relatar a V. Excia. as circunstâncias de minha viagem".

"Em observância da ordem de V. Excia. Saí do Porto desta Cidade na Barca "Vinte e Dois de Abril", no dia 21 de fevereiro; pela manhã do dia 6 de março, cheguei defronte de Albuquerque, onde demorei-me 4 dias na diligência de obter as varas de que carecia para a torna-viagem, e apenas pude conseguir algumas poucas e de dimensões muito inferiores para o serviço da Barca. No dia 12 passei pela Fortaleza de Coimbra, onde tomei uma canoinha com 3 praças que, em vista de requisição minha, o Comandante da Fronteira, mandava pôr a minha disposição. Pela tarde do dia 14 cheguei a vista do Forte de Olimpo; fundeei em distância de um quarto de léguas e pelo Sargento Róis, dirigi ao Comandante a seguinte comunicação":

"O abaixo assinado, Capitão Tenente da Armada Imperial Brasileira e

Comandante das Barcas Canhoneiras da Província de Mato Grosso, tem a honra de saudar ao Ilmo. Sr. Comandante do Forte de Olimpo e comunicar-lhe que vem com ofícios do Presidente da mesma Província para o Supremo Governo da República Governo do Paraguai, acerca da entrega dos quais deseja conferenciar com o Ilmo. Sr. Comandante e portanto pede lhe seja permitido chegar ao Forte; e quando o ingresso deste lhe seja vedado e o Ilmo. Sr. Comandante não se digne honrar esta Barca com sua presença, roga-se-lhe designar lugar e hora em que possa verificar a dita conferência".

"Outrossim, o abaixo assinado propõe-se salvar esse Forte, contando que a Bandeira do Império seja correspondente com iguais números de tiros".

"O abaixo assinado preza muito ter esta ocasião de conhecer pessoalmente o Ilmo. Sr. Comandante e dirigir-lhe de viva voz, as expressões da sua mais distinta e respeitosa consideração".

"O portador voltou sem demora com a resposta verbal de que podia chegar; conveyo-se que a salva fosse de três tiros. O Forte não tinha bandeira arvorada, mas na ocasião da salva, ergueram na mão, acima do parapeito, uma pequena bandeira tricolor identificada com a Francesa, permutando as cores encarnada e azul".

"Fundada a Barca em Olimpo, desembarquei e fui ao Forte onde fui acolhido pelo Comandante D. José Mariano Valdez. Expus que, em cumprimento das ordens de V. Excia, pretendia, a não haver oposição, seguir para a Capital da República e entregar pessoalmente os ofícios de que era portador. Disse-me que, havendo, há pouco, tomada conta do comando do Forte, queria examinar as ordens que existem acerca do que lhe pedia, e que no dia seguinte dar-me-ia resposta definitiva. Demorei-me aí algum tempo, e pela conversação que tive com o comandante e outras pessoas, certifiquei-me de que era falsa a notícia da morte do Dr. Francia, notícias que aliás nem levemente lhes deixei entrever tivesse chegado ao nosso conhecimento".

"Desde então, poucas esperanças me restaram de chegar a Assunção; e efetivamente, no dia seguinte, o Comandante me disse que a vista das suas ordens e instruções, ele não podia nem sequer receber os ofícios de V. Excia. sem previa autorização do seu Governo; porém que pela primeira ocasião (em abril) daria de tudo parte, e que daí a dois meses (junho) eu podia vir saber da decisão".

"Se me cingisse estritamente às instruções escritas de V. Excia, deveria aceitar esta proposição; porém moralmente convencido de que o Dr. Francia ainda governava aquele país, sendo que em todos os casos,

eram as mesmíssimas que de antes, as disposições do governo a respeito de suas relações com esta Província, e ponderando o que V. Excia. me dissera sobre o fim principal, ou antes real desta viagem, julguei tão inútil como pouco decoroso, pedir e esperar licença para fazer um mero ato de cortesia, havendo toda a possibilidade de que a resposta seria uma denegação. Respondi pois, que a minha comissão era levar ao Governo os cumprimentos de V. Excia. e a comunicação de haver V. Excia. tomada posse da Presidência da Província e ter sido eleito Regente do Império, o Exmo. Sr. Pedro de Araújo Lima, que porém, visto o impedimento que havia e a dilatada demora, que se fazia mister, para saber da decisão do Governo não podia esperar, e por tanto pretendia regressar imediatamente para essa Província. Com efeito, pela tarde do mesmo dia, despedi-me e principiei a navegar rio acima".

No dia 30 veio o Chefe de Polícia, trazendo a resposta do officio de V. Excia e o meu passaporte, significando ao mesmo tempo por recomendação especial do Governo, que não considerasse de modo algum como despedida a entrega desses papéis e que me demorasse todo o tempo que me aprovasse. Agradei, mas não mudei de intenção; pois nenhuma utilidade, mas sim inconveniente resultaria da minha demora exceder, sem motivo plausível, o tempo preciso para o desempenho de minha comissão. Acrescia também, uma circunstância que me fazia desejar abreviar o mais possível a minha residência em Assunção: as bexigas estavam fazendo bastante estrago: a exceção de mim e dos meus escravos, nenhum dos indivíduos da minha comitiva era vacinado e se o contágio os infestasse, ter-me-ia visto em grande embarço, particularmente em um país onde a vacina é conhecida mas não praticada e onde não se acha assistência medica.

Pronta a canoa, foi-me entregue e fixei para a minha saída o dia 4 de dezembro. No dia 2, fui despedir-me do Governo. Estava só o Primeiro Cônsul e que me acolheu ainda com mais afabilidade e com mais lhanesa do que a primeira vez. A conversação que tive com ele durou mais de duas horas e dos pormenores dela farei ciente a V. Excia. em outro officio. Achou prematura a minha saída que devia deferi-la ao menos até melhorar o tempo que estava bastante chuvoso. Disse mais, que o Capitão do Porto lhe informara, que minha canoa era incapaz de fazer tão longa viagem e que portanto era o seu desejo que não seguisse nela, mais sim em uma canoa grande de táboas que para esse fim havia mandado regressar de uma diligência em que estava empregada. Repetiu-me, por várias vezes, com instancias esse oferecimento que agradei sem aceitar, insistiu porém em que a dita canoa me acompanhasse pelo

menos até a Vila da Conceição, a fim de que lançasse mão dela, se preciso fosse, e ordenou que se declarasse isto expressamente em novo passaporte que mandou expedir-me.

No dia 4, soprou o vento do Norte com muita força e não pude sair como projetara; foi, porém, o último dia que passei em Assunção. Caberia aqui referir as poucas e incompletas informações políticas e comerciais que pude colher durante a minha curta residência naquela Capital; julguei, porém mais conveniente, fazê-lo em ofício separado que com esta mesma data e sob o nº 5 e 6 tenho a honra de dirigir a V. Excia. E quanto a notícias topográficas (isto é do rio e das suas margens que é tudo o que vi), nisto, o preceito de V. Excia. combina-se com a natural inclinação e antigo hábito ou por ventura, mania que tenho de fazer itinerário e remeterei a V. Excia. o meu pequeno e imperfeito trabalho logo que tiver tempo de coordenar e pôr a limpo os apontamentos que tomei. Saí pelas 9 horas da manhã do dia 5 acompanhado da canoa de tábuas de que acima falei, tripulada com 7 praças que me serviram de guias. No dia 12, cheguei á Vila da Conceição, onde fui visitado e obsequiado por muitas pessoas e particularmente, por dois portugueses Antônio Teixeira e Francisco Maurício, ambos estabelecido aí com negócio há mais de vinte anos. O primeiro hospedou-me nas poucas horas que passei naquela vila tanto na descida como na subida. O outro deu-me quando desci, uma carta para que se pusesse a minha disposição uma casa mobiliada que possui na Capital; obséquio de que não foi preciso valer-me, mas nem por isso agradeci menos. Ao amanhecer do dia 13 segui para a Vila de Salvador, onde cheguei a 15, recebi do Comandante o mesmo acolhimento que já recebera não só dele como de todas as autoridades com quem tive relações. Falhei no dia 16 para dar tempo de aprontar-se carne seca. Neste mesmo dia chegou um expresso enviado por terra pelo Governo (com ordem ao Comandante de expedir uma canoa em meu alcance se já tivesse passado) trazendo-me a resposta a uma carta que me dera o Exmo. Revdo. Bispo desta Diocese para o Vigário Geral de Assunção, resposta que não pude receber ante minha saída da Capital.

INSPEÇÃO DO ARSENAL DA MARINHA

O Capitão Tenente Leverger, volta a ocupar suas funções no Arsenal da Marinha e é com o mesmo zelo do diplomata que apresenta, a 6 de junho de 1839, seu primeiro relatório ao Presidente Dr. Estevão Resende, Conde de Valença, sobre as atividades, despesas e outras ocorrências

daquele estabelecimento militar, seguido de mais 11 no espaço de 6 meses.

Precisa de madeira que só obtém com bastante vagar o dispêndio em razão da escassez delas, da dificuldade e custo do seu transporte à beira do rio e da falta de assiduidade dos trabalhadores e não vê como remover esses inconvenientes, pois no mercado, não aparecem madeiras fortes que só servem para o Arsenal da Marinha e não acha particular que queira, encarregar-se de tais fornecimentos e necessita de operários e há falta de dinheiro, o que ocasiona lentidão no serviço e por isso pede a autorização para engajar algum oficial ou aprendiz de carpinteiro ou calafate que por acaso possa se apresentar e dizia por acaso, pois havia falta absoluta de quem quisesse se dedicar a este gênero de trabalho, tendo constatado que em 252 dias úteis, fizeram apenas 982 serviços de carpinteiro, 160 calafate e 242 de aprendiz.

Diz, que há urgente necessidade de consertar os armazéns do Porto, para se poder convenientemente arrecadar neles os objetos pertencentes à Marinha e que deve ser construída uma pequena Secretaria para o arquivo e expediente que atualmente está no Arsenal da Guerra o que é inconveniente devido à distância que separa os dois estabelecimentos.

Sobre a útil obra do Cais que Rezende projetara mandar construir, informa que se faz cada ano mais necessário por causa do desmoronamento do barranco do rio nas grandes cheias o que se estaria ocupando na busca de dados acerca dos serviços e materiais para esse fim.

Informa-se, e informa de tudo, dando notícias de 24 caixões bem pregados e chapeados com virola de ferro, mandados para a Província pelo Arsenal da Marinha da Corte em 1831, ou seja, 7 anos antes pela Vila de Porto Feliz, onde ficaram, juntamente com outros artigos bélicos, sem nenhum cuidado, durante muito tempo, jogados numa casa daquela vila, para então, numa viagem fluvial que durou 15 meses, em canoas sem proteção alguma, foram trazidos a Cuiabá, pelo negociador Antônio Peixoto de Azevedo. Chegaram todos estragados, inclusive papel almaço, livros, quatro bandeiras e cinco peças de filele de lã próprio para sinal. Diz que até os artigos de metal estavam de tal modo oxidados que estavam quase sem serventia.

Como está para chegar uma segunda remessa, desta vez, aos cuidados de Antônio José do Couto, também negociante que entretanto recebeu a entrega no Arsenal do Rio de Janeiro, espera maior cautela e que chegue em bom estado, não obstante recear algum sinistro no percurso de Porto Feliz até Cuiabá, viagem longa e perigosa.

Julgou muito elevado a quantia de 10\$000 pelo frete de cada arroba, e diz ser muito menos arriscado, mais barato e mais rápida, a remessa dos ditos gêneros conduzidos em bestas por terra.

Mas a 3 de dezembro, estão concluídas as obras e Leverger entrega os armazéns e a Secretaria para o expediente e o Arquivo ao Arsenal da Marinha, embora faltassem pequenas obras como, rebocar a varanda interior, acabar de calçar o exterior e fazer algumas prateleiras e participa, que já pode ser mandada para a varanda do Armazém, a guarda que o Presidente pretendia estabelecer no Porto.

Eis a despesa feita com os materiais e os serviços efetuados:

1 cumieira:.....	4\$800
(quatro mil e oitocentos reis)	
3 esteios:.....	3\$600
1 linha:.....	3\$000
34 taboas de cedro:.....	30\$600
2 pranchões:.....	8\$000
78 caibros:.....	21\$900
104 ripas:.....	23\$400
4 jogos de portais:.....	6\$000
7 pregos de 7 polegadas:.....	1\$160
462 pregos de Batel:.....	4\$158
250 pregos pequenos:.....	16\$875
612 pregos de ferro:.....	7\$344
1 milheiro de telhas:.....	21\$600
2 milheiros de tijolos:.....	43\$200
5 alqueires de cal:.....	43\$200
4 alqueires de tabatinga:.....	3\$375
5 carradas de areia:.....	3\$000
3 couro cru:.....	1\$200
cores para pintar:.....	5\$480
Serviços de carpinteiro:.....	174\$450
Serviços de pedreiro:.....	93\$375
Serviço de servente:.....	86\$820
Serviço de pintor:.....	5\$000

O total das despesas efetuadas importou em 583\$747 e havia sido consignado para esse fim 613\$800 no orçamento provincial para

1839, havendo portanto uma economia de 30\$053.

"Estou bastante satisfeito da Guarnição em Geral, os soldados de que se compõe são idôneos para esta navegação, e encolhê-los-ia quase todos para formar a tripulação definitiva das Barcas; fora porém da minha, para lhes dar a conveniente instrução e disciplina, que considerassem o serviço das mesmas, e este fosse realmente, a sua principal senão exclusiva ocupação. Talvez isto se pudesse conseguir, destacando do Corpo de Ligeiros para a Marinha a Companhia de Marinheiros, se ela fosse composta como indica a sua denominação; porém duvido que assim seja: por quanto, de 15 soldados que estavam comigo, igualmente aptos para a navegação fluvial, um só era dessa companhia, os outros pertenciam ás de Caçadores e Artilharia".

"Felicito-me de, nas vésperas da saída, haver engajado José Simplicio, único marinheiro que me consta existir por aqui, me foi muito útil não só na qualidade de marinheiro, como na de fiel para tratar do asseio dos utensílios da barca e da artilharia; desejo se V. Excia o aprovar, conservá-lo empregado nesta Repartição".

"Não terminarei este officio sem recomendar a V. Excia, o meu piloto ou práctico, o Furriel Graduado Bonifácio Ferreira da Silva. Este velho militar que conta mais de quarenta anos de serviço, não tem outro vencimento senão o mesquinho saldo e etape de cabo de esquadra; é bom práctico e serviu muito ao meu contento; rogo portanto a V. Excia se digne mandar lhe abonar por esta viagem, alguma pequena gratificação de que ele é muito merecedor".

"Esquecia-me participar a V. Excia. que havendo desertado um praça, no dia da saída deste Porto, requisitei ao Comandante da Fronteira que deixasse ficar a bordo um dos soldados que eu levaria presos para aquele Porto, escolhi um, de nome Faustino, cuidando que, como depois me diziam, era carpinteiro; enganei-me, é ele péssimo Carpinteiro, porém, pelo mais, o seu comportamento até hoje, tem sido muito regular".

RELATÓRIO DE LEVERGER

Esta descrição que o Presidente Ribeiro de Resende, recebe é um verdadeiro retrato da personalidade de Leverger, deixando transparecer o homem bom que não esquecia seus subordinados, pedindo-lhes melhores proventos, mostrando que com eles conversava, inteirando-se de suas vidas e dificuldades. Mesmo quando são mentirosos e lerdos, é justo e apontando-lhes o erro, não esquece suas qualidades. Ademais, mostra quão arguto é com suas observações, colhendo dados sócio-

econômicos, militares, históricos e geográficos que lhe valeriam muito em situações delicadíssimas que infelizmente apareceriam mais tarde.

Revela também suas qualidades de diplomata nessa missão planejada na Província, adiantando-se mesmo ao Governo Imperial, de quem entretanto receberia a aprovação, comprovada mediante sua nomeação como Cônsul Geral do Império na república do Paraguai.

É este relatório de Leverger, na época com 37 anos, escrito em papel de formato um pouco menor que o habitualmente usado na época e está sob a custódia do Arquivo Público de Mato Grosso, fazendo parte da documentação da Secretaria do Governo Provincial.

Escrevia o Barão de Melgaço sem rebuscamentos inúteis, apresentando uma letra firme, levemente inclinada á direita, deixando uma boa margem á esquerda e nenhuma do outro lado. Assinava sempre bem abaixo das últimas linhas, e seu nome, no qual imprimia um acentuado traço no t de Augusto, ficava destacado, embora não de forma ostensiva. Sua letra e sua assinatura não apresentam modificações nos 50 anos que passou em Mato Grosso.

O FORTE DE OLIMPO

"O Forte de Olimpo está edificado sobre uma pequena colina, próxima a dois morros de mediana elevação, na margem direita do Rio Paraguai, que neste lugar tem de 80 a 100 braças de largura. As muralhas são de grez ou pedras de amolar que aí abundam; essa altura é de 2 a 3 braças e sua grossura 3 a 4 palmos; não tem fosso e estão construídas sem talude algum; formam um quadrado cujo lado é de 25 a 30 braças, havendo em cada ângulo um bastão circular de 2 a 3 braças de diâmetro, com três canhoneiras. A artilharia consiste em 4 peças de ferro que julgo de calibre 6, mas certamente inferior a 12; uma delas pareceu-me inutilizada; as outras estão aparentemente em sofrível estado e bem assim os seus reparos. Cada uma delas tem um rancho coberto de capim que a abriga do sol e da chuva".

Os edificios do interior são de madeira e de telhado de palha, a exceção da casa de pólvora que é coberta de telha. Todas parecem estar em bom estado. A guarnição compõe-se de 55 a 60 praças, quase todos homens robustos e de 25 a 40 anos de idade; bem que não haja nada elegante no seu traje, todavia são descentes e uniformemente vestidos. Perto do Forte há uma pequena roça, onde cultivam algum milho, mandioca, cana etc, porém são supridos de mantimentos por barcos que de dois em dois meses o trazem da vila da Conceição (outro

da Vila Real); estas embarcações andam só a vela a espia; gastam na subida de 8 a 30 dias e 3 a 15 na descida.

"Fui tratado, por todas as pessoas com quem me relacionei, com demonstrações não tanto de urbanidade como de cordialidade franca e lhana; porém pouca informação pude colher, em razão do brevíssimo tempo que aí me demorei, da discrição que devia ter nas minhas perguntas, e enfim da falta de quem as satisfizessem: o Comandante é um ancião de ilustração menos que medíocre, e mesmo pouco conhecedor de causas, aliás bem vulgares, das estatísticas do seu país. Não posso crer que a sua reserva fosse estudada; por quanto não só deixava os assistentes livremente conversar comigo na sua presença, como que ele mesmo indagava deles a solução de qualquer pergunta que eu lhe fazia e a que não podia responder. O idioma de que se servem atualmente é o guarani, porém muitos falam a língua espanhola mais ou menos corretamente. O que pude coligir deles foi: que o país estava tranqüilo - que sua população ia, em aumento - que várias povoações, máxime, a cidade de Assunção, havia muito aumento e". aformoseado;- que a força militar efetiva, debaixo de armas e empregada em destacamentos, guarnições, polícia, etc; era de dez mil homens e que podia ser elevada a trinta mil, chamando ao serviço soldados já destros que foram dispensados, e enfim que, contando com as milícias, esta força chegava a cento e vinte mil homens - que no país cultivava-se com sucesso o algodão, o fumo, a cana de açúcar, - que o mantimento com o arroz, milho, trigo, feijão, ervilhas etc, abundavam e bem assim gado de todas as espécies - que havia fábricas de pano de algodão, mas não de lã; - que o único comércio que tinha com outras nações é com o porto limítrofe da Província de São Paulo e com as Missões".

"Não foram poucos os louvares ao seu Ditador: exaltaram as suas excelentes qualidades, a vastidão e firmeza do seu espírito, a imparcial retidão da sua administração e a simplicidade dos seus costumes na vida privada".

"A profunda veneração que patenteiam por ele, pareceu-me filha muito menos do terror que incute um tirano, do que da estima e do respeito que geralmente inspiram os homens superiores".

"Não divisei neles o menor sinal dessa desafeição nacional que demasiadas vezes sobrevive a política que faz nascer: pelo contrário, mostraram-se cheios de boa disposição para com os Brasileiros e desejosos de que se renovassem as relações que outrora existiam entre os dois países". O Comandante tocou levemente na causa de cessação dessas relações, procurando atribui-la a depredações,

cometidas no Paraguai, por Índios que achavam apoio na nossa fronteira. Respondi-lhe que a época a que se referia, sendo anterior à minha residência na Província, ignorava esses fatos, e que a este respeito nada lhe podia dizer oficialmente; porém que era a minha privada e íntima convicção que tanto o Governo Imperial como o da Província tinham muito a peito prevenir semelhantes ocorrências, e reprimi-las se, o que não era provável, tal acontecesse.

"A respeito do boato que aqui correu de estar a guarnição do Forte em paz com os Índios Mayás e que nós chamamos Caduyeos, disse-me o Comandante que com efeito querendo tratar de sua catequese, procurara a conseguira atrair alguns ao Forte e travar com eles relações amigáveis; porém, sucedendo desertar um cabo e três soldados que foram persuadir aos Índios que o que se pretendia era atraí-los e matá-los, estes ficaram receosos e não voltaram mais. O mesmo fato foi confirmado por Caduyeos, que vieram a Albuquerque durante a minha estada naquele lugar".

"Entre Coimbra e Olimpo, não encontrei um só desses Índios, que a cheia afastara das margens do rio".

"De Olimpo para cima, a navegação foi custosa, o rio enchia com muita força, o vento pouco ou nada ajudava, tinha falta de boas varas, de sorte que não foi senão no fim de oito dias que cheguei a Coimbra. Sendo o principal fim das Barcas Canhoneiras, auxiliar em caso de necessidade, a defesa deste Presídio, aproveitei as poucas horas que aí estive, para visitar a Fortaleza". As muralhas ainda estão de pé e não muito danificadas; mas o mato cresce junto a elas fora e dentro do recinto; os edificios do interior, uns estão inteiramente demolidos, outros caindo em ruínas; a artilharia com seus reparos podres e incapazes de fazer serviço, expostos sem abrigo algum, as injúrias do tempo; nem se quer há uma Bandeira que mostre ser este um ponto Militar do Império; eis quanto ao material. Uma guarnição composta de 16 a 18 praças, incluindo os não combatentes, soldados sem fardamento, descalços, sem correame, sem comer, eis o pessoal; e tal é o deplorável quadro que oferece esta Fortaleza, nas circunstâncias atuais, o principal desta Província, e por ventura uma das mais importantes do Império. Fácilmente seria não digo de uma expedição militar de inimigos mas de qualquer bando de salteadores que dela se quisesse apoderar. Limito-me a mencionar os fatos: quanto às causas próximas ou remotas deste estado de decadência ou de quase total abandono, e os remédios que se lhe podem aplicar, são coisas que não posso, nem me pertencem examinar.

"Cheguei a Albuquerque, no dia 21 de março, e daí participei a V. Excia. os motivos de minha demora; sai no dia 2 de abril para a Povoação de Corumbá, onde com dois dias de falha, provi-me de varas tais e tantas, quantas as desejavam, e enfim segui para esta Cidade onde sem mais demora ou novidade alguma, acabo de chegar".

"Não perdi de vista que uma das incumbências que tinha do Governo Imperial, é fazer o reconhecimento dos rios por onde tem de transitar as Barcas; e, posto que tivesse deplorável, todavia tenho colhido materiais que servirão para facilitar e abreviar o mencionado reconhecimento, como mais amplamente o farei presente a V. Excia."

"A Barca é boa embarcação, um pouco pesada, mas este defeito é vantajosamente compensado pela solidez de sua construção".

"Não faz água senão um pouco pelo convés que está levemente danificado. Não tenho expermente inconveniente algum que resultasse de sua construção ou equipamento. Se tenho gasto mais tempo na viagem do que talvez gastasse uma canoa, provem do que com as canoas anda-se freqüentemente de noite, e na estação presente, atalha-se muito pelo campo, e tanto eu como o meu piloto não julgamos prudente fazer com a barca nem uma outra coisa".

"Poucos tenho sido favorecido pelo vento, mas algumas vezes, com grande proveito, e maior fora, se o pano fosse proporcionado ás dimensões da barca; porém, atendendo á inexperiência da gente que tinha comigo, não me arrependi de a não ter mandado fazer maior. Persisto mais que nunca na opinião de que mastro, vela e aparelho devem ser mais extrema simplicidade, e a não se poder suprimir tudo em poucos minutos, seria mais nocivo que útil".

CÔNSUL GERAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Dizia o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, a 30 de março de 1841, ao Presidente da Província, Cônego José da Silva Guimarães, acerca das relações que o Governo Brasileiro, pretendia com seu vizinho Paraguai:

"Ninguém pode melhor que V. Excia. avaliar a utilidade que resultará ao Império e a essa Província em particular, de se abrirem relações políticas e comerciais com aquela República, pois é constante que assim se dará extração a muitos dos nossos gêneros, abriremos novas comunicações pelos grandes rios e adquiriremos mais informações das riquezas que possuímos e ainda são mal conhecidas".

"O Governo Imperial pretende brevemente nomear um Encarregado

de Negócios, juntos áquele Governo, para dar impulso a esta das Nações vizinhas a respeito do Paraguai e reclamar, os escravos de Brasileiros que se sabe estarem ali retidos indevidamente há muitos anos, pelo finado Dr. Francia".

"Convirá por tanto que V. Excia. com o seu reconhecido zelo, vá preparando os meios de começar a comunicação entre os dois Estados, anuindo ao comandante do Forte Olimpo, a quem fará os obséquios possíveis, tentando mesmo, se for praticável, renovar a expedição que o seu antecessor encarregou ao Oficial da Marinha, Leverger, pois do exame de pessoa inteligente, se podem colher muitas informações topográficas e sobre a navegação fluvial".

A 14 de junho de 1841, o Imperador Dom Pedro II, nomeia o Capitão Tenente Augusto Leverger para Cônsul Geral do Império Brasileiro na República do Paraguai, com o vencimento anual de 2:000\$000 (dois contos de reis).

Já a 26 de julho, o Ministro dos Negócios Estrangeiros é informado por Leverger que tinha recitado a oração fúnebre nas exéquias do Dr. Francia e que lhe parecia que o General Rosas, Ditador Argentino, pretendia ser menos restrito em embaraçar a navegação do rio Paraguai, e se tal acontecesse em consequência dos novos planos daquele General, considerava isso um fato favorável aos interesses do Império.

O CASAMENTO DE LEVERGER COM DONA IGNÊS DE ALMEIDA LEITE

Não tendo sido permitida ao Cônsul Geral Leverger, a entrada no território paraguaio, não obstante o tratamento cortês recebido em Bourbon, pelo seu comandante, retorna a Cuiabá, aproveitando para colher preciosos subsídios hidrográficos que lhe serviriam para as suas abalizadas plantas fluviais.

Governava a Província então, o Cônego José da Silva Guimarães, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Preocupado com a instrução provincial, fundara a Escola Primaria Normal e organizara uma Tipografia para publicar as notícias oficiais. Planejava também a expansão da navegação pelos rios que levavam ao Pará.

No princípio do ano de 1842, falece em Cuiabá o comerciante Tenente José da Costa Leite, natural de Porto Feliz, com 59 anos de idade, deixando viúva Dona Ignês de Almeida Leite, com a qual tivera sete filhos, Ricardo da Costa Leite de Almeida, Francisco da Costa Leite Falcão, Bento José da Costa Leite, Ignês Aurélia da Almeida Leite, Mariana

da Costa Leite, Manoel João da Costa Leite e Felicíssimo da Costa Leite.

Provavelmente o casal que pertencia á melhor sociedade cuiabana, cultivava relações de amizade com o oficial francês que já há anos estava aqui radicado e assim a pura e respeitosa simpatia que este dedicava a Dona Ignês, transformou-se num sentimento de grande amor, aliado ao interesse natural de proteger a viúva com tão numerosa família.

O Diácono e Escrivão da Câmara e Auditório Eclesiástico, Padre Antonio da Costa Vianna, transcreveu o assento de casamento de Leverger e Dona Ignês, registrado no Livro dos Assentos dos Casamentos de Pessoas Livres, em 1842:

"Aos vinte e cinco de Outubro de mil e oitocentos e quarenta e dois anos, às vinte horas da noite, no Oratório do Palácio das Casas e Residências do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano José Antonio dos Reis, em presença do mesmo Senhor e das testemunhas o Major Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça e o Tenente Luiz da Fonseca e Moraes receberam-se em Santo Matrimônio, com palavra de presentes na forma do Sagrado Concilio Tridentino, o Capitão Tenente da Armada Imperial Augusto Leverger natural de França, nascido em 30 de Janeiro de mil oitocentos e dois, filho legítimo de Marthurin Mighel Leverger e de Regina Joanna Marley, e Dona Ignês de Almeida Leite nascida em 01 de Junho de mil e oitocentos, viúva do Tenente José da Costa Leite de Almeida e para constar este assento que assignam Manoel Gomes de Faria, Cura da Cathedral, Nuno Anastácio Monteiro de Mendonça, Luiz de França e Moraes".

Era a esposa do futuro Barão de Melgaço, filha do Capitão Bento de Toledo Piza, da estirpe dos audazes bandeirantes e de Dona Mariana de Assunção, sendo cunhada do Capitão Antonio Correa da Costa que governou Mato Grosso num período turbulento.

Senhora de raras virtudes, dedicou profundo afeto ao seu ilustre marido, cuidando que visitas fúteis não o importunassem, proporcionando-lhe sempre um ambiente de tranqüilidade para seus estudos, onde só eram recebidos os amigos íntimos ou as pessoas cultas, cientistas ou viajantes que por ventura chegassem à Província.

Desse lar, diz Estêvão de Mendonça, o mais levergiano dos historiadores mato-grossenses:

"Ali, ao lado dos livros prediletos, dos numerosos manuscritos, cercado pelo carinho da família, fez ele o centro de sua poderosa atividade cerebral, estudando os nossos complicados assuntos de limites, coordenando notas e observações astronômicas, traçando os detalhes da carta geográfica da província e escrevendo a maior parte

dos interessantes e valiosos trabalhos que deixou sobre Mato Grosso".

Também Bartholeomeo Bossi, autor de "Viagem Pitoresca" obra editada em Paris, no ano de 1863, contendo preciosas descrições artísticas de Mato Grosso, diz:

"O Senhor Leverger possui conhecimentos profundos das ciências exatas e os tem mui valiosos acerca do País em que reside. Vive retirado com sua esposa, uma senhora respeitável do lugar e habita uma quinta nas margens do rio Coxipó a uma légua da capital, aproveitando do silêncio aprazível, de que ali goza, para auxiliar os grandes trabalhos que o preocupam e que constituirão um presente valiosíssimo para as ciências e um relevante serviço para a sua Pátria adotiva".

MISSÃO VITORIOSA DO DIPLOMATA LEVERGER

Capitão de Fragata, desde 23 de julho de 1842, Augusto Leverger, consegue finalmente, no final de 1843, chegar a Assunção e falar ao Ministro da Repartição dos Negócios Estrangeiros da República do Paraguai, levando-lhe ofícios do Presidente da Província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel Moreira Freire, sendo tratado com toda a distinção e hospitalidade não só da parte do mesmo Governo, como do povo paraguaio.

Leverger, informa então, o que viu e se passou nas conferências que teve em Assunção, com os Cônsules e mais pessoas notáveis daquele país, bem como urbanidade, o acolhimento e providências que lhe foram prestados, embora alguns pequenos senões, como a respeito do passaporte que não consideraram suficientes, não obstante a carta do Presidente de Mato Grosso, fazendo com que este confessasse que "o governo do Paraguai, pouco melhorou do seu antigo sistema de administração, suas desconfianças continuam e mostram pouca simpatia em relacionar-se com o Império..."

O êxito de Leverger em sua comissão, causa euforia no Rio de Janeiro, embora advirta que "deve haver-se com muita habilidade e obter sempre com astúcia, a fim de não despertar a menor desconfiança a nosso respeito, ou a suscetibilidade de um Governo pouco ilustrado e que segue o rasto dos jesuítas".

Essa importante comissão tinha em vista três pontos essenciais: primeiro, conseguir as relações de amizade entre o Brasil e a República do Paraguai, que desde o ano de 1826 se solicitava sem resultado algum; segundo, procurar ter noticia de um país inteiramente desconhecido e do nada que se sabia dele; terceiro, cumprir as ordens

do Imperador, que recomendava ao Governo de Mato Grosso ser do seu real agrado, todos os atos de amizade que as Autoridades desta Província praticassem com as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai, a fim de se manter a boa inteligência e harmonia que felizmente subsistia entre o Governo Imperial e as referidas Repúblicas.

Em fevereiro de 1844, o Capitão de Fragata retorna a Cuiabá, onde é recebido com alegria pelos seus habitantes e por Zeferino Pimentel, que escreve ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que o "ingresso de Leverger naquela República foi de muita vantagem pelos conhecimentos que adquirimos do estado limítrofe e por ser o primeiro estrangeiro depois do Encarregado dos Negócios da Inglaterra que penetra até a Capital de Assunção".

Entrega ao Presidente de Mato Grosso um precioso relato de suas impressões sobre o Paraguai, sua gente e sobre tudo sua situação política, cumprindo, desta forma o que dissera ao receber sua investidura como Cônsul Geral do Império Brasileiro na República do Paraguai:

"...farei quanto em mim couber para suprir pelo zelo a falta das qualidades que desejara possuir para dignamente satisfazer a expectativa do Governo Imperial".

A SAGRAÇÃO DOS BISPOS PARAGUAIOS

Da Carta do Bispo da Diocese de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, que Leverger levou ao Vigário Geral de Assunção, resultou uma troca de cortesia que culminou com um fato singular: a viagem a Cuiabá em 1844, de dois Bispos eleitos do Paraguai a Cuiabá, com o fim de serem sagrados pelo nosso Bispo.

Avisado desse acontecimento, o Presidente Gomes Jardim que governava a Província desde setembro de 1844, mandou ao encontro dos ilustres viajantes, numa Barca Canhoneira, o ajudante de ordens do Comando das Armas, a fim de os cumprimentar e os acompanhar na subida do Rio Cuiabá. A Barca que era escoltada por duas grandes canoas com toldos, saía daqui a 23 de junho.

O encontro teve lugar no rio Paraguai, pouco acima da Missão de Albuquerque, residência do Comandante Militar da Fronteira, que lhes mandou fazer e também quando passaram pelo Forte de Coimbra, todas as continências que se usavam para os Bispos brasileiros em suas Dioceses.

Durante o resto da viagem, foram os Bispos Paraguaiois obsequiados de toda a forma enquanto ofereciam-lhes "os refrescos da região".

Aportaram em Cuiabá, pela manhã do dia 20 de agosto, e o Presidente da Província com a oficialidade da Guarnição, os empregados públicos e mais pessoas notáveis, os aguardavam a porta da Catedral, ao lado do nosso Bispo Diocesano, que entoou em seguida o hino Te-Deum, achando-se a Igreja esplendidamente preparada.

Dom José hospedou em sua casa, Dom Marcos, Bispo de Rétimo e seus domésticos. Quanto ao Bispo Dom Basílio, irmão do Presidente Paraguaio que chegara adoentado, o padre secretário, alguns minoristas, inclusive o oficial que os acompanhava, um sargento e dez soldados, foram hospedados em casas particulares, que o Governo de Mato Grosso, mandara alugar, pois havia absoluta falta de cômodos no Palácio. A despesa com tudo isso, orçou em quatrocentos e trinta réis, sem mencionar o jantar oferecido no dia da Sagração, pelo Presidente Provincial aos Bispos Paraguaios e a todas as Dignidades Eclesiásticas, bem como aos Oficiais Superiores, funcionários públicos e outras pessoas gradas e que foi às expensas do seu próprio bolso.

Foram dias memoráveis, esses em que a Igreja associava-se ao governo, para selar a tão sonhada amizade com o povo do Paraguai, iniciada pela diplomacia de Leverger, não obstante penúria dos cofres provinciais, tanto que Gomes Jardim diz ao Ministro e o Conselheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu, esperar fosse indenizado do que gastou.

"...pois não fazemos tais obséquios se não por considerações políticas e em virtude das recomendações do nosso Encarregado de Negócios no Paraguai visto que não pode este, onde o preço dos gêneros de importação e dos de beira mar excede ao quántuplo do que eles costumam nas Cidades do Litoral".

A BARCA CANHONEIRAS: LEVERGER REGRESSA DA CAPITAL DO PARAGUAI

Zeferino Pimentel, recebe o relato dessa viagem feita precipitadamente, para aproveitar o primeiro gesto de amizade do qual poderia resultar a abertura da Fronteira Brasil-Paraguai, proveniente que era da atenção com que o Comandante daquele país, recebera um Sargento nosso, no Forte Olimpo.

Escrito já em Cuiabá, a 2 de fevereiro de 1844, não dá Leverger maior importância aos trabalhos que passou em pleno período das águas, numa péssima embarcação, em rios caudalosos e cheios, onde havia permanentemente o risco de naufrágios além da possibilidade de ser

preso em terra estrangeira, hostil e quase desconhecida, onde entrou sem nenhuma proteção, além do respeito que inspirava sua figura altiva.

Sua forte personalidade aliada a sua índole patriótica e cristã, induziam-no a qualquer sacrifício, a fim de fomentar a amizade entre o povo mato-grossense e seus vizinhos paraguaios, e transparece na descrição que de sua estada em Assunção e da viagem de regresso, fazendo menção porém, a outros relatórios (topográficos das nossas fronteiras e de análise política e psicológica dos governantes paraguaios) que oportunamente apresentaria. Vejamos o da viagem de regresso da Capital do Paraguai, governado a essa época pelos Cônsules, Dom Carlos Antonio Lopes, cujo filho Francisco Solano Lopes seria o célebre Ditador e Dom Mariano Roque Alonso:

Chegando a esta Cidade de volta da República do Paraguai, venho como me cumpre, dar a V. Excia. conta da minha viagem e da comissão que V. Excia. houve por bem me incumbir. No meu officio sob nº 03 e data da Vila da Conceição, 24 de novembro, participava a V. Excia. que pretendia sem demora seguir viagem, assim o fiz e no dia 27 pelas 9 horas da noite cheguei á Cidade de Assunção. O práctico, ou guia que me deram na Conceição, era Sargento de Lanceiros: aportou com a Canoa junto ao Quartel do seu Corpo onde fui atenciosamente hospedado pelo respectivo comandante e pelo Capitão do Porto que logo se mandou avisar. Voltou este no dia seguinte pela manhã cedo para conduzir-me ao aposento que para mim mandara preparar o Governo, prevenido da minha vinda por um expresso enviado pelo Comandante da Conceição e cuja chegada de poucas horas procedera a minha. Levou-me com efeito a uma excelente casa decentemente mobiliada e provida de serviço de mesa, serventes e quanto podiam precisar. Achei. também aí cômodo para a tripulação da canoa e a conveniência de ter a mesma canoa por assim dizer á porta da casa. Significou-me, de ordem superior, o mesmo Capitão do Porto, que naquele dia ou no seguinte podia a hora que conviesse apresentar-me ao Governo sem ser preciso pedir audiência nem mais formalidade. Pelas 10 horas desse mesmo dia (28) fui ao Palácio e fui introduzido em uma sala onde estavam os dois Cônsules sem acompanhamento algum. Acolheram-me com afável semblante: expus o motivo da minha vinda e entreguei o officio de V. Excia. Aí demore-me perto de meia hora e do que se passou miudamente informarei a V. Excia. com outro officio. Basta por ora dizer que o Primeiro Cônsul deu-me a entender que o meu ingresso até Assunção fora consentido pelos Comandantes dos diversos pontos onde passei, por terem os mesmos Comandantes, mal entendido as ordens do Governo que exclusivamente

diziam respeito a portadores de despachos diplomáticos; acrescentou que contudo, mandaria responder ao ofício de V. Excia e que eu podia com toda a liberdade demorar-me o tempo que quisesse e como lhe respondi que uma vez cumprida a minha comissão, pretendia demorar-me tão somente o tempo preciso para algum conserto de que precisava a canoa, disse que ia dar ordem para que se fizesse no Arsenal da Marinha. Ofereceu-me os papéis impressos, que junto remeto a V. Excia. a saber: Ata da Independência - El Pabellon Nacional - Mensage Del Gobierno e Decretos Del Congresso; e previno a V. Excia. que esses papéis foram enviados ao Governo Imperial. Pela manhã do dia 29 fui ver a canoa da qual havia tomado conta a Mestrança da Ribeira: o lado em que se estava trabalhando parecia em crivo, tanta era a madeira podre que tinha saído. Quase me arrependi de haver dado motivo de meter-se mão a obra; e como os mestres carpinteiros e calafetes tinham ordem de fazer o que eu mandasse, entendi-me com eles para que calafetassem o que estava aberto, mas não se tocasse no outro lado senão em alguma parte nimianmente podre; determinei mais alguma obra de carpinteiro que julguei necessário, o que tudo se executou.

Pareceu-me tanto mais atencioso este proceder do Governo quanto já não me pareceu necessário, ou para melhor dizer, não me ofereceu ocasião de falar disso na conversação que tive com o Primeiro Cônsul. Na madrugada de 17 segui para Olimpo, onde cheguei ao anoitecer de 23, no dia seguinte só demorei-me o tempo preciso para carregar uma porção de mantimento que tinha ali deixado quando descí. No dia 29 pernoitei em Coimbra e pela manhã de 30 segui para Albuquerque, encontrei com a parada que ia a Olimpo levar o ofício que V. Excia. dirigiu-me a dezembro. No mesmo dia 1º de janeiro cheguei a Albuquerque, onde me demorei dia e meio para procurar e ajustar um prático do campo a fim de evitar a (nesta estação) longa e penosa navegação dos rios S. Lourenço e Cuiabá. De pouco me valeu: O S. Lourenço estava cheio, mas não tanto que permitisse a canoa sair dentro do rio Cuiabá (Uacurutuba) e ainda na primeira tentativa de entrar no campo, perdeu-se um dia de excessivo trabalho e para voltar ao rio foi preciso cavar o chão e arrastar a canoa descarregada. Desde Coimbra as chuvas foram muitas e fizeram-me perder quase diariamente horas e horas de marcha. Apesar disto a viagem foi mais breve do que era de esperar nesta estação. Esta verdade deve-se em grande parte aos esforços da tripulação que não tem tido descanso senão o indispensável para reparar suas forças. Sendo possível, rogaria a V. Excia. mandasse gratificar as praças da mesma tripulação com alguns mil réis e alguns dias de licenças.

Da canoa nada disse a V. Excia. na ocasião em que embarquei, nem em meus ofícios anteriores a este e continuaria no mesmo silêncio se não tivesse de referir o modo obsequioso com que se houve o Governo do Paraguai a este respeito. E como se pode supor que a ruindade da canoa previu de alguma avaria acontecida na viagem, cumpre-me declarar que saí daqui com o casco em péssimo estado, pessimamente preparado e desprovido de umas tantas coisas das mais necessárias.

Com este e os mais ofícios que juntamente remeto a V. Excia. julgo nada ter omitido de que me cumpre participar. Em todo o caso, procurarei suprir de viva voz o que V. Excia. achar deficiente.

Aberto fora o caminho diplomático por Leverger, a mando do Presidente Zeferino Pimentel, quando este é informado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o Cargo de Encarregado de Negócios do Império, fora anexado ao de Cônsul Geral, sendo nomeado para o mesmo o Dr. José Antonio Pimenta Bueno que estava seguindo do Rio de Janeiro em uma Barca a vapor para o porto de Rio Grande, cidade marítima do Rio Grande do Sul e de lá diretamente para Assunção por Itapuã, onde representaria o Império Brasileiro na República do Paraguai.

DOM SEBASTIÃO RAMOS

Em junho De 1846, Gomes Jardim, cumprindo determinação do Governo Imperial, faz seguir para Assunção, o Capitão de Fragata, Augusto Leverger, que com duas Barcas Canhoneiras, tripuladas por mais de quarenta marinheiros e soldados, tendo como oficial imediato, um Capitão de 1ª Linha, iria prestar colaboração a Pimenta Bueno.

Na mesma época, surgiram numerosos incidentes na região do Jaurú e Guaporé, onde um forte fazendeiro boliviano que se dizia Coronel da Guarda Nacional, à frente de um grupo de gente de todo o tipo, incluindo soldados e peões, escravos e foragidos, fazia freqüentes incursões e correrias em nosso território, espalhando medo e inquietação entre a população fronteiriça.

Chamava-se Dom Sebastião Ramos e era possuidor das Grandes fazendas nas salinas de Jaurú, em São Romão de Mato Grosso, alegando Tratados antigos que julgava favoráveis ao seu país. Possuía um temperamento agressivo e audacioso tendo chegado a invadir certo dia, o pequeno destacamento das Onças no Descalvado de onde levou dois soldados desertores e mais um civil que estavam presos, para aumentar seu bando e agredir nossas autoridades.

Os boatos eram os mais alarmantes possíveis e o Governo Imperial

sendo avisado, decidiu imediatamente que o Capitão de Fragata, Augusto Leverger, se deslocasse em patrulha permanente, pelo Rio Paraguai, dando maior atenção, entre o Porto de Descalvado até o Lago Gahiba, pois chegou-se a pensar que havia probabilidade de pretenderem os bolivianos, a navegação inamistosa pelas nossas águas.

Leverger, impondo respeito com sua filosofia, acabou contornando tais fatos desagradáveis e mais ainda, como observador cauteloso que era, descobriu enquanto fazia observações hidrográficas, que a grande força boliviana que diziam estar acampada na Corixa, domínio de Dom Sebastião Ramos, não passava de seis ou oito soldados e mais algumas famílias que se ocupavam a fazer roças e cuidar de gado, embora estivessem construindo disfarçadamente uma barca para lançá-la, no tempo das águas, ao Rio Jaurú.

Uma vez provado, por Leverger, que os incidentes eram provocados apenas pelo truculento fazendeiro boliviano, e sendo ele retirado para o interior do País, pelas autoridades do seu governo, cessaram os atentados cometidos em nossa fronteira e que tinham se tornado em objeto de representação e protesto do Governo Imperial ao da Bolívia.

A tranqüilidade voltou a nossa fronteira e pouco depois, dizia Pimenta Bueno que...

"...O lugar denominado Corixa Grande, outrora ocupado por forças bolivianas, hoje se acha completamente evacuado e nele estabelecido um destacamento militar composto de setenta e quatro praças comandados pelo Capitão de Cavalaria, João Antonio de Magalhães Garcez, e conforme documento assinado pelos bolivianos Lourenço Frias e José Miguel Peinado, "a união e harmonia existente, antes dos últimos acontecimentos da Fronteira, voltaram a ser fraternas..."

INFORMAÇÕES SOBRE AS MATAS DA PROVÍNCIA

Estando desde o dia 11 de Fevereiro de 1851, à frente do governo da Província, fornece Augusto Leverger ao Senador Visconde de Monte Alegre, Ministro dos Negócios do Império, informações mineralógicas, lamentando não ter encontrado pessoa alguma com conhecimentos sobre a matéria. Diz que talvez exista algum escrito aproveitável do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira que por ordem do gabinete de Lisboa viajou na última década do século XVIII pela Província e cita como a única pessoa que poderia consultar com proveito seria o Barão Virgílio Von Helmreichen que estivera aqui, antes de ir ao Paraguai.

Sobre a obtenção de madeira diz que "com quanto grande parte do

solo desta Província consta de campos e pantanaes (embora denomine-se Mato Grosso), todavia os matos que cobrem em diversas partes as fraldas das suas serras ou terrenos elevados e as margens de alguns dos seus rios são bastantes numerosos e extensos para que se torne difficil senão impossivel descrevê-los, ou ainda dar uma idéia geral de muitos que existem em sertões pouco frequentados ou totalmente desconhecidos."

Preconiza como de grande utilidade para as necessidades da Província, a navegação do Paraguai e do Guaporé, rios que em parte do seu curso formam a linha divisória do Império com as Repúblicas vizinhas, sendo para isso necessário que se façam construções navais, muito embora "nas matas que em parte formam as margens do dito rio, desde que principia a ser navegável, há poucas madeiras de lei, e estas, despensas cá e lá e no mesmo caso estão os ribeirões e riachos que entram na sua margem esquerda.

Porém do lado oposto há em primeiro lugar o rio de Santa Ana que, desde a sua junção com o pequeno rio São Francisco até a barra, leva por espaço de 8 léguas, matas abundantes de madeiras de lei; estas se acham também nas margens do rio Vermelho, outro tributário do Paraguai pelo lado direito. Poucos podem por ora aproveitar estas matas por causa da grande distancia em que está de Vila Maria, primeira povoação um tanto importante que se acha descendo o rio desde a Vila de Diamantino. Na proximidade porém da dita povoação estão as barras do Sepotuba e do Cabaçal, que igualmente afluem pelo lado direito e correm ambos por matas ricas de madeiras de construção e que se estendem até prenderem-se à grande floresta, donde esta Província, tirou o seu nome. O ultimo rio que deságua no Paraguai, pela margem direita é o Jaurú que na sua parte inferior corre por terrenos alagadiços, pouco povoados de madeiras aproveitáveis, mas não assim remontando para as suas cabeceiras. Todas as mencionadas matas existem em terrenos devolutos. Da foz do Jaurú para baixo corre o Paraguai e poucas são as madeiras de lei que vestem as suas margens. O primeiro rio que lhe entra na margem esquerda é o São Lourenço, também destituído de matas de alguma importância na sua parte inferior, bem como o Cuiabá, seu principal tributário. Nos terrenos firmes e inacessíveis a inundação, regada pelo dito rio Cuiabá há muitas matas de que se pode tirar partido, ou antes havia-os, por quanto sendo esta a parte da Província, onde mais aglomerada está a população, as necessidades da lavoura e das construções tem feito com que, em muitos lugares, os matos se achem mais ou menos afastados da beira do rio e haja neles grandes clareiras.

Estes terrenos são pela maior parte Sesmarias: "creio porém que nem todas têm títulos bem confirmados e que umas tantas não foram devidamente medidas".

Leverger informa também sobre a qualidade das matas que hoje pertencem a Mato Grosso do Sul e preocupa-se com a defesa da ecologia, surpreendendo os que pensam ser a defesa das matas das nascentes, da ecologia enfim, um assunto atual. Assim escreve que precisa saber mais a respeito da legislação florestal e que "ao meu ver, só depois da execução da nova lei sobre as terras é que se poderão tomar medidas eficazes, sem prejuízo do Estado e sem inútil gravame dos particulares."

Como na época, o governo tomara medidas acerca das matas do Cabaçal e do Sepotuba, onde não permitia tirar madeiras de lei sem licença da Presidência, pretende Leverger estender tais medidas, com "justiça e equidade" a outras regiões, atendendo as reais necessidades do serviço público e das povoações e estabelecimentos particulares e não consentir jamais que nas matas reservadas se façam roças e tomando-se além destas, todas as possíveis precauções para que as mesmas matas não sejam devastadas pelo fogo". (Palavra de Leverger há 129 anos)

PRIMEIRO GOVERNO DE LEVERGER

Ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, lamenta dizer que nossa gente dá armas de fogo, pólvora e munições aos Índios Cadieus e depois compra lhes o produto dos roubos. Não possui Leverger, opinião muito favorável sobre esses índios de quem diz que em caso de guerra, ou combate, costumam tomar parte na ação só depois de delineada a vitória, ficando então com os vitoriosos, sejam brasileiros ou não. Diz entender que tanto pelo lado da conveniência como pela da humanidade, deverá haver o maior empenho em aprisionar índios adultos, que sendo bem tratados e permanecendo entre nós tempo suficiente para aprender nossa língua, nos pudessem servir de intérpretes e mediadores, reenviando-os entre os seus, e fazendo-os acompanhar de Bandeiras com o fim de convencê-lo das nossas pacíficas intenções e superiores forças.

A propósito cita um fato acontecido em 1821, quando um grupo de Índios Bororos apossados por uma Bandeira, viu-se cercada em um capão; resistiu em quanto não lhe faltaram flechas. Reduzidos a três indivíduos, estes se lançaram em uma Bahia que procuraram atravessar

a nado. Porém, perseguido por outros inimigos, as piranhas, espécie de peixe que povoa as águas de Mato Grosso e que em poucos minutos reduz a esqueleto o corpo em poucos minutos quadrúpede, força lhes foi entregarem-se. Foram levados á presença do Comandante do Distrito que era o Comandante, João Pereira Leite, que os tratou com brandura, deu-lhes brindes e significando-lhes suas boas intenções para com eles, deixaram- nos ir, em paz. Os índios prometerem voltar dali a três meses, e foram fiéis a essa promessa, voltando muitos companheiros e nunca mais cometeram hostilidades. Ao Ministro Visconde de Monte Alegre, reclama que tendo sido criada a linha de correio que segue pela nova estrada de São Paulo para esta Província, os estafetas que passavam por Goiás, não traziam nenhuma carta, pelo que pede para desativar esse serviço, onde empregam até 21 praças, que viajavam de 10 em 10 dias e que faziam falta em outros lugares.

É também nesses primeiros dias de governo que com o pús vacínico, enviado pela Corte em tubos capilares, consegue-se pela primeira vez em Mato Grosso que oito dos vacinados tivessem vacina regular, com o que se elevou logo no mês seguinte para 110, o número de pessoas vacinadas. Dá Leverger, ordem para que sejam vacinados os Praças de Linha, os da Companhia de Imperiais Marinheiros e os Aprendizes Menores do Arsenal, oficiando também a Câmara Municipal da Capital para que convide seus municípios a fazerem o mesmo.

Nenhum governante mato-grossense escreveu em ofícios ou relatórios, mais que Leverger, que nos dá um retrato completo e lúcido da nossa Província, sem procurar bajular ninguém, nem esconder nada.

RECRUTAS DA PROVÍNCIA - FAZENDA NACIONAL DA CAISSARA COMENDADOR HENRIQUE JOSÉ VIEIRA

Em 1851, Leverger observa que é a Província de Mato Grosso que mais contribui para a defesa do Território Nacional tendo em vista que contando com uma população livre (excluindo índios e escravos) de 22.00 habitantes, apresentaram-se 529 recrutas do ano de 1841 a 1847, ou seja, 1 recruta em cada 42 habitantes. Faz um estudo interessante quando compara nossa Província com Santa Catarina que de 384 habitantes, contribui com 1 recruta; Goiás e em 315; Espírito Santo 1 em 63; Paraíba 1 em 158; Rio Grande do Norte 1 em 480 e Pará 1 em 188.

O quadro comparativo, copiado na íntegra do expedido ao Ministro do Império, Senador Visconde de Monte Alegre a 13 de maio de 1851 e

que além dos citados números de recrutas do Exército Nacional, ainda apresenta a receita e despesa de Mato Grosso e de outras Províncias.

Ao Ministro da Fazenda, informa sobre a Fazenda Nacional da Caissara, fundada em 1783, pelo Capitão General Luiz Albuquerque, para criação de gado, foi por muito tempo o mais próspero estabelecimento deste gênero existente nesta Província. Possuía, ela vinte e tantas mil cabeças de gado vacum, e era fonte não pequena de rendimento não só pelo valor da carne com que abastecia os distritos de Vila Maria, Mato Grosso e mesmo desta Cidade, como pelo gado que se dava em pagamento a diversos credores do Estado. Mais ou menos em 1830 a decair e "hoje" (1851) está por assim dizer completamente aniquilada, sucedendo que deixaram embravecer o gado velho ao mesmo tempo em que se alienava o gado novo e deve-se também a uma episodio que afligiu esta Província nos três ou quatro anos subsequente ao de 1840.

Convencido do proveito que resultaria a Nação restaurar a Fazenda, cujos pastos reputava excelentes e que ainda oferecia a vantagem de estar cercada em quase todo a sua extensão pelos rios Paraguai, Jaurú e Cabaçal, manda comprar quinhentas novilhas e recomenda ao Comandante de Vila Maria que promovesse com esmero o crescimento da mesma Fazenda. O gado importa em 1:500\$000, reis (um conto e quinhentos mil reis), e foi tirada da verba não gasta de 6:000\$000, destinada para as despesas da administração das Fazendas Nacionais.

Falecendo o Diretor Geral dos Índios, indica para o cargo ao Governo Imperial, o negociante Henrique José Viera, o mesmo que emprestara á Província, avultada quantia em dinheiro, sem juros, acudi-la em quanto não chegasse a verba do Império e diz dele o seguinte:

"é moço, nasceu na Província do Rio de Janeiro e criou-se nesta, onde há poucos anos casou-se depois de ter herdado de seu pai uma das mais consideráveis fortunas desta Província. Tem sido por vários Antecessores meus, nomeado Oficial Superior da Guarda Nacional e até proposto para Vice-Presidente. Exerceu durante bastante tempo e a inda presentemente exerce o cargo de Juiz Municipal e de Órfãos com uma inteireza e atividade que lhe mereceram elogios oficiais do meu imediato predecessor nesta Presidência. Na carência de especiais conhecimentos literários e Jurídicos applicou-se com inteligência e afan ao estudo do Direito positivo para livrar-se quando for possível da prisão de um assessor".

Este zelo pouco comum entre as pessoas daqui que se dedicam ao comércio faz-me crer que o dito Vieira faria esforços iguais para dignamente desempenhar o cargo de Diretor Geral dos Índios que sem dúvida ainda mais estimularia o seu amor próprio.

QUADRO

Províncias	População Livre (a)	Renda Geral Interior (b)	Despesa Provincial (c)	Contribuição de cada Indivíduo Livre			Recrutados de 1841 a 1847 (d)	Relação do Número de Recrutados com a População Livre
				Geral	al Prov.	Total		
Para	160.000	71.338\$000	184:711\$000				850	1 em 188
Rio Grande do Norte	131.000	8.830\$000	57:800\$000	444	1\$154	1\$598	273	1 em 480
Parahyba	151.000	28:410\$000	110:749\$000	68	441	509	959	1 em 158
Espírito Santo	28.000	15:490\$000	46:450\$000	188	733	921	442	1 em 63
Goyaz	68.000	10:750\$000	72:168\$000	554	1\$660	2\$214	172	1 em 315
Santa Catharina	66.000	32:186\$000	84:385\$000	158	1\$6061	1\$219	172	1 em 384
Soma	604.000	167:004\$000	556:263\$000	448	1\$278	1\$726	2.868	
Termo Médico de 6	Províncias					1 em 211
Mato Grosso	22.000	18:310\$000	41:968\$000					1 em 42

a) Mapa que acompanha o Relatório do Exmo^o Sr. Ministro do Império de Janeiro de 1850.
 b) Livro do Orçamento da Receita e Despesa Geral do Império para o ano de 1850-1851.
 c) Leis Provinciais respectivas e Relatórios de 1849-1850.
 d) Tabela lida pelo Exm^o Sr. Ministro da Guerra na Câmara dos Srs. Deputados em uma das Sessões de 1850.

Quadro estatístico feito de próprio punho por Augusto Leverger no primeiro ano do seu Governo enviada ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre em 13.05.1851.

BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS. Revista Comemorativa do Jubileu de Diamante. Ed. 1996-Cuiabá, MT.

FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios. Ed. 2001

MENDONÇA, Estevão de. Datas Mato-grossenses 2º ed. 1873.

MENDONÇA, Rubens de. Dicionário Biográfico Mato-grossense. 2ª Ed. 1971.

JORNAL

O Estado de Mato Grosso, ano XLI, número 24 de janeiro de 1980.

Foto na primeira página com a Exposição "Centenário da Morte de Augusto Leverger, Barão de Melgaço" no Salão Nobre do Palácio Paiaguás.

Arquivo Público de Mato Grosso, Latas de Documentos Originais, 1830 a 1851.

Arquivo Público de Mato Grosso, Revista do Arquivo Público de Mato Grosso- 1982/3- vol.2, Semestral, Inventários do Período Imperial- Inventariado Manoel João da Costa Leite, Inventariante Ignês de Almeida Leite.

Inventariada Ignês de Almeida Leite (Baronesa). Inventariante Barão do Melgaço- ano 1866, maço 08 A, Processo 122. (Contém a certidão de seu casamento com Augusto Leverger e seu testamento escrito em 1856).



MELGAÇO

Barão de Vasconcellos

Melgaço - (Barão com grandeza de) Augusto Leverger
Nasceu em Saint Malo, na Bretanha a 30 de janeiro de 1802. Faleceu em Cuiabá, Mato Grosso, em 14 de janeiro de 1880.

Filho primogênito de Mathurin Leverger, que faleceu em Buenos Aires em 1822, e de sua mulher Regina Combes, que faleceu a 30 de abril de 1821.

Casou em 1843 na cidade de Cuiabá com D. Ignez de Almeida Leite, viúva de Benedito Leite e falecida em 30 de maio de 1866.

Notável explorador.

Naturalizou-se brasileiro em 1844 e entrou para o serviço da Armada Imperial, chegando ao posto de Chefe de Esquadra graduado, quando se reformou, em 1858.

Comandante das Armas e Presidente da Província de Mato Grosso em 1851, 1866 e 1869. Fez a campanha do rio da Prata de 1826 a 1828. Explorou os rios Paraguai, São Lourenço, Cuiabá, até a confluência com o Paraná.

Em 1865 a frente de pequena força impediu a violação do território brasileiro, no Melgaço, à beira do rio Paraguai, por numerosas forças inimigas e a subida de vapores paraguaios pelo rio Paraguai ameaçando Cuiabá.

Foi Cônsul Geral do Brasil no Paraguai, em 1841 e Encarregado de Negócios in-terino.

Era Grande Cavaleiro de Imperial Ordem do Cruzeiro, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Imperial Ordem de São Bento de Aviz, condecorado com a Medalha Geral da Campanha do Paraguai. Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deixou grande cópia de trabalhos sobre hidrografia de grande valor.

Brasão de Armas: Em campo de goles um castelo de ouro, saindo pela porta uma destra ao natural armada de uma espada de azul, posta em banda, acompanhado em chefe; de uma estrela de prata entre as letras iniciais de M e G e em ponta; de um rio de prata carregado de uma âncora de sable. Divisa: Sempre Pronto. (Brasão passado em 4 de dezembro de 1865. Registrado no Cartório da Nobreza, livro VI, fls. 69).

Coroa: A de conde.

Criação do Título: Barão com grandeza, por Decreto de 10 de novembro de 1865.

In:

VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliáchico Brasileiro*. Lausanne: La Concorde, 1918, p. 283/4

A INFLUÊNCIA DO BARÃO DE MELGAÇO NA CULTURA MATO-GROSSENSE

Paulo Pitaluga Costa e Silva

A primeira metade do século XIX foi uma época que primou pelo obscurantismo intelectual em Mato Grosso. Homens letrados, somente os que vinham de fora para a administração pública. Produção literária, as poucas poesias de Brás Pereira Mendes nos idos de 1830, de duvidoso primor poético e de resto, um deserto cultural.

Com a implantação da primeira tipografia provincial, pelo Presidente Pimenta Bueno e a conseqüente criação da imprensa cuiabana, com o jornal *Themis Mato-grossense* em 1839, Mato Grosso iniciou os primeiros passos para o seu iluminismo cultural.

A figura de Augusto Leverger, o Barão de Melgaço, despontou em meados desse século. Tendo chegado a Cuiabá em 1830, nesta longínqua província aprimorou seus estudos, adquiriu conhecimentos abalizados, aprofundou as suas pesquisas históricas, viajou e navegou pelos seus rios em estudos hidrográficos. Data desse ano de 1830, o primeiro trabalho de sua lavra, *Derrota de Navegação Interior*, onde já pode demonstrar a sua aptidão para pesquisa, a preocupação com o registro histórico e a afinidade com as coisas da ciência. Realmente a pesquisa científica foi o grande objeto de suas pesquisas.

Defendeu a Província na Guerra do Paraguai organizando a sua defesa

estratégica. Governou Mato Grosso por 5 vezes, sendo uma delas, por 6 anos consecutivos. Pelo seu trabalho na província e o seu esforço por Mato Grosso, em 1865 foi agraciado com o título de Barão de Melgaço, pelo Imperador D. Pedro II.

Em Cuiabá, pelo seu passado de glórias militares e administrativas, era o Barão ve-nerado tanto pela população como pela intelectualidade local. E pelo conjunto de sua pro-dução intelectual e científica, era respeitado pelos homens cultos e literatos de então.

Realmente ele contribuía e fazia por merecer toda a sua magnitude e respeito que lhe eram devidos. Ajudava bibliotecas doando livros e coleções de sua propriedade; seus estudos, seus trabalhos, as suas pesquisas eram fontes para o conhecimento genérico de todos quantos o buscassem; revirava o então desorganizado arquivo administrativo da Pro-víncia em busca de preciosas informações; estudava velhos dicionários, antigas enciclopé-dias e autores estrangeiros; correspondia-se com literatos brasileiros de renome e grandes historiadores nacionais da época; corrigia mapas e cartas geográficas no tocante à província mato-grossense; fazia esboços cartográficos de um sem número de locais por onde viajava. Mato Grosso, sua história e sua geografia, ele bem o conhecia.

Ele mesmo nos mencionou em sua *Breve Memória relativa à Corografia da Pro-víncia de Mato Grosso: (...) De 1839 a 1856, fiz muitas viagens pelos rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, e, conquanto a maior parte dela tivesse outro fim que não o da exploração, nunca deixei de cuidar da derrota e de fazer possíveis observações, ao menos de latitude*, mostrando a sempre presente preocupação com as observações científicas ¹.

Os seus artigos eram publicados na prestigiada revista do Instituto Histórico e Geo-gráfico Brasileiro, numa visível demonstração de competência, de saber e de prestígio inte-lectual. Poucos, pouquíssimos intelectuais mato-grossenses conseguiram até hoje esse feito.

Remetia os seus manuscritos inéditos para o Ministério da Marinha, para a Bibliote-ca Nacional, para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para geógrafos e pesquisa-dores de renome, locais onde pudessem ser aproveitados e guardados. Graças a essa sua preocupação, hoje temos acesso a quase totalidade das peças de sua lavra, de raro valor científico.

1 - LEVERGER, Augusto. *Breve Memória relativa à Corografia da Província de Mato Grosso*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: tomo XXVIII, 1865, p.149

Possuía uma excelente biblioteca para a sua época. Em vida, deu muitos livros às escolas e bibliotecas de Cuiabá, em especial o Gabinete de Leitura, fundado por sua inspiração em 1874. Em 1880, o seu genro Cesário Corrêa da Costa, doou os últimos 177 livros que restavam da biblioteca do sogro à Biblioteca da Instrução. Infelizmente, com o correr das décadas, tudo se perdeu.

Cientistas, militares, viajantes e aventureiros de toda a ordem, que por Cuiabá pas-savam, brasileiros ou estrangeiros, esclareciam suas dúvidas, obtinham as mais abalizadas e escorreitas informações com o Barão de Melgaço. Muitos deixaram as impressões dessas visitas registradas em suas respectivas obras. E impressões sempre elogiosas à cultura, ao cientificismo e intelectualidade do ilustre homem público. O capitão Jefferson Page, da Marinha norte americana, grande pesquisador e homem do mar, hospedou-se na casa de Leverger em 1859 e dele obteve precisas informações geográficas e hidrográficas, que inse-riu em seu livro *The Plata, Argentine Confederation and Paraguay*.

As suas idéias, como geógrafo e historiador, os seus trabalhos científicos, como pesquisador sério, tirou Mato Grosso do obscurantismo cultural em estava mergulhado ha-via décadas. Foi ele, sem sombra de dúvida, o mentor intelectual de um espontâneo e gradual movimento cultural iniciado por volta de 1870, em que várias instituições de cunho literário e teatral, bibliotecas e gabinetes de leitura começaram a despontar em Cuiabá. A sua figura marcante, obviamente inspirou conceitualmente esse movimento. O intelectual escorreito iluminou Cuiabá por décadas, mesmo após a sua morte.

Dessa forma, era prestigiado e respeitado. E é claro, num ambiente acanhado cultu-ralmente, fez e deixou escola. Deixou seguidores e admiradores fervorosos, ou que chega-ram a manter contatos pessoais com ele, ou que tomaram posteriormente conhecimento de sua abrangente obra. Estevão de Mendonça, José Augusto Caldas, João Augusto Caldas, Luiz Perrot, Francisco de Paula Castro, João Pedro Gardés, Francisco Sizenando Peixoto foram alguns deles.

E assim, com estes, iniciou-se o culto levergeriano.

Passada uma geração, esse culto ao barão de Melgaço, adentrado ao século XX por obra e graça de Estevão de Mendonça e Antonio Fernandes de Souza, teve uma decisiva influência intelectual sobre os historiadores que despontaram nesse período. Esses dois eminentes escritores mato-grossenses, inseriram uma série de trabalhos da lavra de Leverger no seio da revista *O Archivo*, que editaram de 1904 à 1906. Inclusive, o

número 7 dessa revista, do ano de 1905, é inteiramente dedicada à Leverger por ocasião do *25º aniversário do passamento do inolvidável Barão de Melgaço*.²

E esses *Herdeiros de Leverger*³, impregnados pelo culto ao maior vulto da cultura que Mato Grosso até então havia produzido, espelhados nessa figura admirável de intelectual prestigiado, admirados com a competência e lucidez de seus trabalhos científicos, não titubearam e, em homenagem ao grande Barão de Melgaço, paradigma de todos, fundaram o Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919.

Tanta era a admiração conterrânea que, na célebre fotografia datada de 1o. de janeiro de 1919, tirada na residência de Dom Aquino Corrêa, o seletivo grupo de fundadores do Instituto segurava, junto de si, a fotografia do Barão de Melgaço⁴. No caso, a representatividade e o simbolismo foram muito fortes. O Barão de Melgaço estava ali com eles, com a sua intelectualidade, a sua produção científica, o seu prestígio, a sua honradez, referendando a criação da novel instituição. Leverger estava como que participando diretamente daquele ato. Com isso os fundadores queriam realmente demonstrar que o barão de Melgaço era um dos fundadores do Instituto Histórico naquela data memorável. Daí o fato de ser o Patrono da instituição.

Nos fins da década de 20 e início de 30, José Barnabé de Mesquita, Virgílio Corrêa Filho, Dom Aquino Corrêa e outros sócios do Instituto, mediante hábil trabalho político perante o Governo do Estado, conseguiram a desapropriação da casa onde residira o Barão de Melgaço. Com isso puderam salvar aquele precioso patrimônio histórico de uma possível degradação. Era o culto levergeriano que já adentrava pelas décadas do século XX.

Em 1931, ao unirem-se em sua sede própria, o Instituto Histórico e o Centro Mato-grossense de Letras, os herdeiros de Leverger não titubearam em denominar o casarão já doado e que abrigava as duas instituições, de Casa Barão de Melgaço. Em 24 de junho, foi lavrada a Ata da Sessão Especial de Instalação da Sede Social do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Mato-grossense de Letras na Casa Barão de Melgaço, onde encontramos: (...) *assumiu a Presidência o Exmo. Sr. Dom Aquino Corrêa que declarou aberta esta sessão especial e solenemente*

2 - A revista *O Arquivo*, em seu volume 7, assim estampa o seu título: *O Arquivo/Edição comemorativa do 25º. aniversário do passamento do inolvidável Barão de Melgaço/ Cuiabá/14 de janeiro/1905*.

3 - Assim essa geração é denominada pelo historiador Valmir Batista Corrêa, em seu trabalho *Os Herdeiros de Leveger*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo 151/152, 1994, p. 271/87

4 - A Revista do Instituto de 1994, em sua página 47 estampa essa foto.

instalada a sede definitiva do Instituto Histórico de Ma-to Grosso e do Centro Mato-grossense de Letras na "Casa Barão de Melgaço" (...). Era o culto a Leverger ainda subsistindo.

Não só nesses atos administrativos externados, mas a produção histórica é abundante no tema levergeriano. Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho, escreveram muito sobre o Barão de Melgaço. Este último, inclusive, o denominou Bretão Cuiabanizado, na melhor biografia que já se produziu sobre o mesmo⁵. Parece ter ficado, o Barão de Melgaço, para sempre na memória, no coração e na alma daqueles seus discípulos e seguidores.

Duas cidades da baixada cuiabana, foram batizadas em seu nome: Barão de Melgaço e Santo Antonio do Leverger.

Flagrante e notável, portanto, foi a influência de Augusto Leverger, sobre o pensamento e o ideal de toda uma geração de intelectuais e historiadores, geração essa que veio a criar em 1919, o Instituto Histórico de Mato Grosso na cidade de Cuiabá e a manter, por décadas a fio, o seu nome em evidência na historiografia regional.

Justa, justíssima a homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, por ocasião do bi-centenário do nascimento de Augusto Leverger, o patrono de todos nós.

5 - CORRÊA FILHO, Virgílio. *Leverger - O Bretão Cuiabanizado*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1979

BIBLIOGRAFIA:

CORRÊA, Valmir Batista. Os Herdeiros de Leverger. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo 151/152, 1994, p.271/87

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Leverger - O Bretão Cuiabanizado*. Cuiabá: Fundação Cultural, 1979

LEVERGER, Augusto. *Breve Memória relativa à Corografia da Província de Mato Grosso*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: tomo XXVIII, 1865

O Arquivo. Cuiabá: Arquivo Público, v. 7, Edição comemorativa do 25o. aniversário do passamento do inolvidável Barão de Melgaço, 14 de janeiro/1905.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *História da Fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 1999 (Publicações Avulsas, 17).

BIBLIOGRAFIA DE AUGUSTO LEVERGER BARÃO DE MELGAÇO

Paulo Pitaluga Costa e Silva

LEVERGER, Augusto. Apontamentos avulsos: Ouvidores de Cuiabá e Mato Grosso. Rev. Matto Grosso. Cuiabá: n.5, 1908

LEVERGER, Augusto. Apontamentos avulsos: Juizes de Fora de Cuiabá e Mato Grosso. Rev. Matto Grosso. Cuiabá: n.6/7, 1908

LEVERGER, Augusto. Apontamentos avulsos: Chefes da Repartição do Fisco. Rev. Matto Grosso. Cuiabá: n.8, 1908

LEVERGER, Augusto. Apontamentos avulsos: Força Militar. Rev. Matto Grosso. Cuiabá: v.9 e 12, 1908

LEVERGER, Augusto. Apontamentos do Capitão de Fragata Augusto Leverger sobre o rio Paraguai. CMAN. Rio de Janeiro: v.13, s.d.

LEVERGER, Augusto. Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso. Cuiabá: IHGMT, 2001 (Publicações Avulsas, 19)

LEVERGER, Augusto. Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso. RIHGB, Rio de Janeiro: v.47, 1884

LEVERGER, Augusto. Apontamentos sobre as eleições na Província de Mato Grosso. Apud RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. Catálogo da Exposição de História do Brasil. ABN, Rio de Janeiro: v.9, 1881/2, título n.690

LEVERGER, Augusto. Breve Memória relativa à Corografia da Província de Mato Grosso. RIHGB, Rio de Janeiro: v.28, 1865

LEVERGER, Augusto. Breve resumo da vida do Barão de Melgaço, quanto à parte econômica, escrito por ele mesmo. O Archivo, Cuiabá: v.3, 1905

LEVERGER, Augusto. Carta e Roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai. RIHGB, Rio de Janeiro: v.25, 1862

LEVERGER, Augusto. Condições administrativas da Província de Mato Grosso. O Archivo. Cuiabá: v.3, 1905

LEVERGER, Augusto. Derrota da navegação interior, da Vila de Porto Feliz na Pro-víncia de São Paulo, até à cidade de Cuiabá na Província de Mato Grosso. RIHGB, Rio de Janeiro: v. 247, 1960, p.363/91

LEVERGER, Augusto. Diário do reconhecimento do rio Paraguai desde Assunção até o rio Paraná. RIHGB, Rio de Janeiro: v.25, 1862

LEVERGER, Augusto. Diário e Roteiro de viagem feita desde a cidade de Assunção até à baía Negra. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. Dicionário Bi-bliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.361

LEVERGER, Augusto. Diário Privado do Chefe de Esquadra Augusto Leverger, relati-vo aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1865. RIHGMT, Cuiabá: tomo 23/4, 1930

LEVERGER, Augusto. Dicionário Geográfico de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.361

LEVERGER, Augusto. Documentos oficiais portugueses e espanhóis relativos a limites do Império na Província de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Au-gusto Vitorino. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.362

LEVERGER, Augusto. Exame de uma parte do rio Paraguai, entre a foz do São Lou-renço e o paralelo 17o, 35', e das lagoas Uberava e Guaiba. Apud SACRAMEN-TO BLAKE, Augusto Vitorino. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.362

LEVERGER, Augusto. Índios da Província de Mato Grosso. Apud RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. Catálogo da Exposição de História do Brasil. ABN, Rio de Ja-neiro: v.9, 1881/2, título n.690

LEVERGER, Augusto. Informação prestada ao Ministro da Marinha em 1851 sobre as matas de madeira de construção naval. O Archivo, Cuiabá: V.3, 1905

LEVERGER, Augusto. Informação prestada em 1851 sobre o traçado

de uma estrada que comunique esta capital com a cidade de Santarém no Pará. O *Archivo*, Cui-abá: v.1, 1904

LEVERGER, Augusto. Memória sobre o rio Paraguai, desde Nova Coimbra até Assun-ção. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.361

LEVERGER, Augusto. Notícias sobre a Província de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Vitorino. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1899, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Observações sobre a Carta Geral do Império relativas à Pro-víncia de Mato Grosso. O *Archivo*. Cuiabá: Ed. Comemorativa do 25o aniversário de morte do Barão de Melgaço. 1905

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1852

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1853

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1853

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1854

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da Sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá: Eco Cuiabano, 1856

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado ao Presidente da Província ao entregar a administração. Cuiabá: Souza Neves, 1863

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Cuiabá: Souza Neves, 1865

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. [Cuiabá]: s.n.t.

LEVERGER, Augusto. Relatório apresentado na abertura da sessão Ordinária da As-sembléia Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869. Cuiabá: Souza Neves, s.d.

LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguai desde a foz do rio Sepo-tuba até o rio São Lourenço. RIHGB, Rio de Janeiro:

v.25, 1862

LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná. RIHGB, Rio de Janeiro: v.25, 1862

LEVERGER, Augusto. Tabelas de Latitudes e Longitudes de diversos lugares da Província de Mato Grosso, determinadas por observações astronômicas. RIHGB, Rio de Janeiro: v.47, 1884

LEVERGER, Augusto. Vias de Comunicação em Mato Grosso. Cuiabá: Avelino de Si-queira, 1905

CARTOGRAFIA

LEVERGER, AUGUSTO. Carta Corográfica do Distrito de Miranda na Província de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Carta Geográfica da Província de Mato Grosso. Apud SA-CRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasi-leiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Carta Hidrográfica do Rio Sepotuba. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Ja-neiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.362

LEVERGER, Augusto. Carta do Rio Cuiabá desde o Salto até o rio São Lourenço e deste último até a sua confluência com o Paraguai. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Ja-neiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Esboço Hidrográfico em grande escala desde a foz do rio Mi-randa até o Paraguai. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Esboço do rio Cuiabá desde a confluência do rio São Lourenço até a cidade daquele nome, capital de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Ja-neiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.363

LEVERGER, Augusto. Mapa da Fronteira Sul da Província de Mato Grosso. Apud SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Bra-sileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v.1, p.362

LEVERGER, Augusto. Planta Hidrográfica das lagoas Uberaba e Guaíba

e da proção do rio Paraguai até a foz do São Lourenço. Apud SACRAMENTO BLAKE, Au-gusto Victorino Alves. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Impren-sa Nacional, 1902, v.1, p.363

Abreviaturas usadas:

ABN- Anais da Biblioteca Nacional

CMAN - Coleção Memórias do Arquivo Nacional

IHGMT- Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

RIHGB- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGMT- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

BARÃO DE MELGAÇO: O PERSONAGEM, O PANTANAL E O MUNICÍPIO A PROPÓSITO DO TURISMO CULTURAL

Suíse Monteiro Leon Bordest
Ubaldo Monteiro da Silva

1 - O contexto do tema

No Brasil, a maior parte dos *atrativos turísticos* está centralizada nos recursos naturais, enquanto os patrimônios culturais, sejam eles, objetos, artefatos e manifestações, têm sido pouco valorizados para essa finalidade, observam os estudiosos e educadores em diferentes regiões do país.

Referências feitas ao turismo no Pantanal Mato-Grossense mostram que os *bens patrimoniais*, vistos como atrativos históricos e culturais, têm merecido pouca atenção, ficando os mesmos relegados ao segundo plano.

A presença explícita da exuberante biodiversidade pantaneira, a pouca diversificação de uma oferta turística planejada e a falta de preparo da comunidade local para conciliar o tradicional e o novo parece serem alguns dos fatores que contribuem para essa situação.

Tratar de fenômenos sociais, patrimônio e turismo, historicamente contextualizados, é dar-lhes o ressignificado necessário para cumprir sua finalidade social, lembra Peña (2001) citando Camargo: *centros e*

idades históricas, monumentos tombados, acervos de museus ou objetos isolados de excepcional importância, são reinventados para outras finalidades além daquelas a que se destinavam originariamente.

Considerando a perspectiva de se intensificar o turismo alternativo (ecoturismo, turismo em espaço rural, turismo cultural) na região pantaneira, tomamos como exemplo ilustrativo, que poderá ser amadurecido no seio da comunidade, uma de suas referências históricas e geográficas: Augusto Leverger, o Barão de Melgaço. O referido personagem da história mato-grossense dá nome ao prédio que abriga o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e a academia Mato-Grossense de Letras - a Casa Barão de Melgaço.

Ao conduzimos o nosso olhar para *Barão de Melgaço*, queremos lembrar não apenas o personagem, mas também alguns topônimos dele derivados: o pantanal, o município e a cidade, conectados à idéia de bens patrimoniais (naturais e culturais), passíveis de serem vistos como atrativos para a prática turística pantaneira.

Será preciso algum tempo, debates e esforços, para que e com o uso da criatividade, um novo modo de fazer turismo no meio pantaneiro, se torne realidade.

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural tem raízes no Decreto Lei n.5 de 30 de novembro de 1937, o qual diz que o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é constituído de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação aos fatores memoráveis da História no Brasil, seja por seu excepcional valor arqueológico, etimológico, bibliográfico ou artístico.

A melhor maneira de preservar é através da utilização e conservação, lembra a Carta de Veneza (1964), ainda, considerada bastante atual.

Assim, concordando com Kother (2001) ao estabelecer relações entre o patrimônio histórico e potencial turístico, ressaltamos suas palavras: *nosso patrimônio deve ser preservado para que através dele seja mantida a memória coletiva dos povos e, usufruí-lo está intrínseco nesse processo.*

E, ainda, como lembra Barreto (2001), *o grande desafio é fazer com que o turismo esteja a serviço da memória coletiva, seja ela uma ferramenta para que os povos se identifiquem com seu passado e se fortaleçam na afirmação da sua identidade, mas construindo com a sociedade portadora desses anseios.*

Assim, pode-se partir do bem cultural de diferentes pontos, mas é considerando o turismo como um meio e a preservação um fim, que as chances de sucesso são maiores.

Apreendidas na espacialização geográfica, as breves descrições que seguem, sobre Barão de Melgaço, projetam nosso pensamento para um mundo de possibilidades no desenvolvimento turístico local e regional, ressaltando algumas contribuições de nossos pares do IHGMT, cujas preocupações com o futuro do pantanal, há muito se fazem presentes.

1.1- O personagem Barão de Melgaço

Quem foi o personagem Barão de Melgaço?

Conforme Monteiro da Silva (1999), citando Mendonça (1919), Augusto Leverger foi figura eminente na história naval brasileira e particularmente na História de Mato Grosso, terra que escolheu para residir e constituir família. O "Bretão Cuiabanizado" cognome atribuído por Virgílio Corrêa Filho a Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, nasceu em Saint Malô, na Bretanha, a 30 de janeiro de 1802. A trajetória dessa personalidade, da Europa para a América do Sul, é revestida de uma sequência de fatos que desembocaram na sua vinda para Mato Grosso. Quando eclodiu a Guerra do Paraguai, Augusto Leverger assumiu, voluntariamente, o comando de defesa da capital da província mato-grossense, posicionando-se nas Colinas de Melgaço acompanhado de voluntários que, como ele, temiam a chegada dos paraguaios ao rio Cuiabá acima. Esse ato de Leverger valeu-lhe a expressão de Taunay que avaliou essa operação de guerra como *antemural de Cuiabá e de todo o Brasil*. No fim da guerra, D. Pedro II outorgou-lhe o título de Barão de Melgaço, aos 63 anos de idade. Em 1843 casou-se, em Cuiabá, com Inês da Almeida Leite de que, segundo Antonio de Arruda, resultou numerosa prole, que se desdobrou em vários ramos- Alves Corrêa e Sá, Corrêa Cardoso, Prado e outros. Faleceu em 14 de janeiro de 1880, em Cuiabá aos 78 anos.

Considerado um dos homens mais cultos do século XIX, Augusto Leverger deixou, entre outras, inúmeras obras científicas para o estudo fluvial, especialmente dos rios de Mato Grosso, objetivando preparar sua navegabilidade.

1.2- O Pantanal de Barão de Melgaço

No contexto dos Pantanais Mato-Grossenses, o Pantanal de Barão de Melgaço apresenta, em linhas gerais, as mesmas peculiaridades geográficas e climáticas que caracterizam os ecossistemas pantaneiros,

que se projetam no centro do continente sul americano: terra plana com altitudes que não ultrapassam a 200m acima do nível do mar, declividade média inferior a 3cm por quilômetro. De dezembro a março concentram-se as chuvas, a vegetação ganha nova vida e os animais migram para as partes mais altas. Em abril e maio as chuvas são apenas esporádicas, mas o cenário é quase o mesmo, pois o nível das águas ainda é alto. Junho e julho são meses nos quais os efeitos da seca e da cheia são mais representativos para a concentração dos animais. Jacarés e pássaros são facilmente visíveis à beira dos corpos d'água, que permanecem isolados entre solos ressequidos. A seca vai de agosto a novembro, quando as espécies se reproduzem com mais facilidade, e quando a disputa pelo alimento também se acirra. Desse modo pode se dizer que os hábitos dos seres humanos e de outras formas de vida locais estão intimamente relacionados a dinâmica dos ecossistemas pantaneiros.

Como são as águas que determinam o ciclo e o ritmo no pantanal, os rios e conseqüentemente a pesca constituem também um grande atrativo para os turistas que se dirigem à região.

No Pantanal de Barão de Melgaço destacam-se 4 lagos ou baías: Chacororé é a maior delas e tem área superior a 68.400.000 metros quadrados; Recreio, Buriti e Siá Mariana com pouco mais de 17.000.000 de metros quadrados. "Os lagos do pantanal, são rasos, abertos e bastante turbulentos, o que contribui para a reciclagem de nutrientes e material em suspensão, resultando em alta taxa de produção primária de biomassa" afirmam Marins, Monteiro e Silva (1979), citados por Espírito Santo (1998).

Estas características ampliam o contexto da complexidade e fragilidade do ambiente pantaneiro e precisam ser lembrados para que se possa garantir a sua sobrevivência uma vez que nestas baías já vem se desenvolvendo o turismo de pesca e esportivo há mais de duas décadas.

Como diz Ab'Saber (2002): *a sobrevivência do Pantanal Mato-Grossense está condicionada ao bom gerenciamento da economia tradicional da região, sem sofrer desvios, em função da força de outros tipos de mercado, acreditamos que o turismo possa ser uma alternativa para atuar ao lado de sua tradicionalidade.*

Mas, se uma das alternativas para o desenvolvimento pantaneiro é o turismo pergunta-se: Quais tipos de turismo serão mais viáveis ao Pantanal?

1.3- O Município de Barão de Melgaço

Inserido no Pantanal Mato-Grossense, o Município de Barão de Melgaço posiciona-se estrategicamente abarcando terras do planalto e da depressão.

Facilitada pela situação de área de transição, a exposição de formações geológicas de diferentes origens contribui para a reconstituição do passado remoto desta região que ressalta planaltos, morrarias e planícies pantaneiras. Essas terras são cortadas por diversos rios da Bacia do Alto Paraguai. Periodicamente inundadas, abrigam importantes espécies de ecossistemas úmidos, sendo berço de diferentes espécies de peixes, pássaros, répteis e mamíferos. Esta diversidade de fauna e também de flora reunida neste município, é ainda pouco conhecida, e representa um patrimônio para a humanidade.

Marcas deixadas pelos seus habitantes ao longo dos tempos, inscrevem na paisagem a história da sua ocupação humana, onde os indígenas têm papel importante, além dos colonizadores portugueses.

Ainda que, muitos povos indígenas tenham sido dizimados, os melgacenses, em sua maioria descendem de índios negros e brancos, e se orgulham do personagem que deu nome ao Município, o francês Augusto Leverger.

No âmbito da economia muito da sua história está ligada a pecuária, a produção de açúcar e álcool, aos cultivos de subsistência, a pesca artesanal e mais recentemente ao turismo, que começa a se sustentar na região, com o surgimento de hotéis e pousadas e com crescente movimento de visitantes.

Sendo o município a instância mais indicada para desenvolver políticas e sistemas administrativos em seus diferentes aspectos que permitem superar localmente as contradições da globalização, a gestão do turismo em escala municipal deverá percorrer caminhos que contemplem as horizontalidades (realidade local) e as verticalidades (escala global).

O município de Barão de Melgaço possui área de 11.612 quilômetros quadrados, sendo 97,5% em campos e matas inundáveis, e se originou no desmembramento do antigo Município de Santo Antonio do Rio Abaixo, atual Santo Antonio de Leverger. Foi elevado à categoria de município através da Lei n. 690 de 12 de dezembro de 1953. Localiza-se na parte sul do Estado de MT e limita-se: a nordeste e leste com o município de Santo Antônio de Leverger; a noroeste com N.S. do Livramento; a oeste com Poconé e ao sul com o município de Corumbá (MS).

A sede do Município de Barão de Melgaço, que também tem o mesmo nome, dista da capital mato-grossense perto de 140km, sendo em média, 70km de asfalto e 70km de estrada de chão. Pode-se chegar a ela através de rodovias (carro, ônibus), pelo rio (canoas, barcos, chatas) e por via aérea (pequenos aviões).

A cidade de Barão de Melgaço inscreve-se às margens do rio Cuiabá, tendo a sua volta toda riqueza da biodiversidade e da cultura do Pantanal destacando-se as baías de Chacororé e Siá Mariana. Próximo a Barão de Melgaço estão alguns vilarejos que merecem ser visitados entre eles, Mimoso, terra de Marechal Rondon, hoje abrigando a construção do Memorial Rondon.

2.0 - O patrimônio histórico e cultural de Barão de Melgaço

Longe de pretendermos esgotar o assunto, iniciamos uma reflexão sobre uma possível interação entre um mundo de possibilidades para o turismo com destaque para o patrimônio cultural, no âmbito do espaço histórico-geográfico da cidade de Barão de Melgaço.

2.1 - O centro urbano e os monumentos históricos e culturais

Como lembra Barreto (2001) "A História está inserida no patrimônio e o Patrimônio é o testemunho da História". Assim, uma rua, uma casa, um prédio não são puramente funcionais. Esses elementos urbanos abrigam a memória e as experiências humanas significativas, é a idéia do espaço como uma marca, como expressões de relações sociais.

É através dos monumentos, da arquitetura, bens móveis que podemos nos transplantar nos séculos, passando por épocas diferentes, onde os mais diversos personagens se apresentam falando de sua história.

Ao relacionarmos patrimônio e turismo no centro urbano de Barão de Melgaço, mencionamos aqui alguns de seus bens patrimoniais:

O *casario antigo*, as ruas e vielas - Contornando a margem do rio Cuiabá, com ampla visão para observar as embarcações, estão muitas das casas de Barão. Rememorando o passado colonial, ruas e vielas em paralelepípedos sobem paredões escarpados que expõem afloramentos quartzíticos.

O *monumento do fundador da cidade* - Também voltado para o rio está o monumento em homenagem ao almirante Augusto João Manuel Leverger, mais conhecido por Barão de Melgaço, cognome da cidade. Era ele, um exemplo de cultura, conforme diz Jucá (2002) e assim

descreve. "Nascido em Malô, Bretanha, na França, no dia 30/01/1802, chegou a Cuiabá no dia 23/11/1830, ainda muito jovem. Além de ser o maior estadista de Mato Grosso no Império, ele soube lutar com bravura tanto no Forte de Coimbra, como na Colina de Melgaço, não permitindo que o inimigo chegasse à capital da Província e ocupasse esta parte do território brasileiro. Faleceu em Cuiabá no dia 14/01/1880, consagrado como um grande exemplo de cultura. Na Casa Barão de Melgaço, onde este personagem viveu seus últimos dias, funcionam as duas mais antigas e importantes entidades culturais do Estado: a Academia Mato-grossense de letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso".

A Igreja de N. S. das Dores - padroeira da cidade, reúne para o ofício religioso e social pessoas da redondeza, principalmente nos dias da sua festa. No passado, as festas duravam até nove dias, atualmente são de três a quatro, quando reúnem-se o festeiro, devotos e visitantes. Também outros santos são homenageados, entre eles: S. Gonçalo, S. Pedro, S. João e N. Sa. Aparecida.

O cais do porto - lembra histórias do seu passado, quando o rio Cuiabá, afluente do Paraguai representava no contexto da bacia hidrográfica, importante meio de transporte local. No passado, quase tudo vinha de Corumbá conforme contam os antigos moradores. Até o início da década de 70, por aí passavam a cada 10 dias, navios da bacia do Prata, transportando cimento, farinha de mandioca, crina de animal couro vacum e mais tarde couro de jacaré. Essa movimentação econômica e cultural perdurou, com relativa assiduidade até 1930. *Depois, ficou a marca da destruição pela pesca predatória, dizem os moradores antigos.*

Trincheira histórica - O Morro de Chacororé lembra fatos ocorridos em uma trincheira histórica, reminiscência da Guerra do Paraguai. Ressalta-se que o episódio da defesa de Melgaço é amplamente descrita por historiadores do IHGMT, como Virgílio Correa Filho, Lenine de Campos Póvoas e Elizabeth Madureira Siqueira (2002), entre outros.

2.2 - Manifestações culturais melgacenses

Como parte do patrimônio de manifestações populares mato-grossenses, o flore é ainda bastante preservado na comunidade de Barão, merecendo destaque:

O cururu- cultivado pelo caboclo é dançado apenas pelos homens, ao som da viola de cocho, do ganzá e do mocho, em uma roda constituída

pelos carurueiros que efetuam movimentos coreográficos enquanto tiram versos.

O siriri - de origem discutível, apresenta traços culturais africanos e indígenas. As canções falam do contexto cultural, dos cantadores e tiradores de siriri ao som do ganzá, viola e do mocho. Homens e mulheres participam da dança do siriri e aos pares cantam e batem palmas, ao mesmo tempo.

O boi-a-serra - a dança se concentra na figura de um boi bastante colorido-boi do Pantanal. Acompanham o boi as figuras lendárias da Mãe do Morro, Negrinho d'Água, Pé de Garrafa, Boi Tatatá e Ema, esta protetora do rebanho do Pantanal. Os instrumentos ficam por conta da viola de cocho, ganzá e do mocho.

Outras representações culturais das tradições melgacense, como: o artesanato, as crenças, a gastronomia, o linguajar, etc, merecem ser cultivadas e difundidas.

3.0- O futuro turístico de Barão de Melgaço e a valorização patrimonial

Embora inúmeros problemas estruturais desafiem à valorização do ambiente através do turismo em nível global e local, lembramos que a favor do desenvolvimento turístico em Barão de Melgaço, está a sua excepcional potencialidade natural e cultural

O turismo de pesca e o esportivo, são práticas costumeiras nos rios e baías do Município, que precisam ser repensadas.

Cada vez mais se reconhece a necessidade de desenvolver outras práticas de turismo menos impactantes. Assim, o ecoturismo, é uma modalidade que pode ser desenvolvida em paralelo ao turismo rural, envolvendo a pesca esportiva e os esportes náuticos redimensionados.

O que diferencia o *ecoturismo* dos demais segmentos do turismo de natureza é a aplicação dos valores éticos; o comportamento do turista, o conceito de sustentabilidade com desenvolvimento e o aspecto educacional, afirma Ceballos-Lascuráin citado por Kinker (2002).

Assim, deve-se considerar no ecoturismo: a conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; a consciência ambiental, através de práticas educativas continuadas, tanto do turista como da comunidade receptora com vistas no desenvolvimento local e regional integrados. Em Barão de Melgaço, uma gama de atrativos potenciais e iniciativas isoladas, propiciam esta modalidade. Lembramos que Passárgada, uma pousada nas margens do rio Piraim, pode ser

considerada como exemplo de empreendimento que se aproxima da proposta ecoturística no município.

Mostrando o rural pantaneiro complexo e vivo, com sua história, conflitos, lutas, riquezas e pobreza, mas, fazendo ressaltar no contexto de dificuldades o seu *patrimônio histórico e cultural*, o Município de Barão de Melgaço e as comunidades de entorno, poderão valorizar os seus bens patrimoniais e divulgá-los através de iniciativas turísticas diversas.

Lembramos que, estes temas precisam ser discutidos entre representantes de Organizações Governamentais, Organizações Não Governamentais, políticos, cientistas, educadores, empresários etc, com a imprescindível participação efetiva da comunidade local alertando para o compromisso social da atividade turística no contexto ambiental de seus bens patrimoniais.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, A. N. Notas de Palestra em Jornal. *Azis Ab' Saber revela se preocupar com o Pantanal*. A GAZETA. Cuiabá. 23/07/2002.

BARRETO, Cristina Patrimônio Histórico In: *Turismo e Cultura: a História e os atrativos regionais*. (org. Ana Beatriz R. Gonçalves e Claudete Boff) Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001. P. 99-104.

BARRETO, Margarita Turismo e Patrimônio: Meios ou Fins? In: *I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural* (Resumo do Seminário), São Paulo: ALEPH, 2001. p.103-106.

BORDEST, Suíse M. L.; MACEDO, Miramy; PRIANTE, Josita Correto *Matutando Turismo*. Cuiabá: EdUFMT. 1999.

ESPÍRITO SANTO, J. E. Iarô-Tata: O monstro de Chacororé Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas n. 14-1998.

JUCÁ, Pedro Rocha *Barão de Melgaço, Exemplo de Cultura (2002)* In: Varanda Cuiabana (Memórias). Jornal Eletrônico, *prjuca@terra.com.br* Cuiabá 12/05/2002.

KINKER, Sônia *Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais*. Campinas, SP: Papyrus, 2002 (Coleção Turismo).

KOTHER, Beatriz Patrimônio Histórico e Turismo In: *Turismo e Cultura: A História e os Atrativos Regionais*. Santo Ângelo, RS: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

MARINS, Rubens Virgílio; MONTEIRO, José Roberto Borges & SILVA, Vangil Pinto da *Limnologia de 4 lagos da região de Barão de Melgaço no Pantanal de Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Agricultura de MT/ SUDEP/UFSCar, 1979.

MONTEIRO DA SILVA, Ubaldo *Augusto Leverger (Barão de Melgaço)* In: Comemorativa aos 80 Anos de Fundação. Tomos CXLVII, Ano LXXI. Revista do IHGMT, 1999. p.51-55.

PENÃ, Maria de los Dolores J. Introdução. *I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural* (Resumo do Seminário), São Paulo: ALEPH, 2001. p.9-13.

MATO-GROSSENSE DE BRETANHA

Nilza Queiroz Freire

1 - IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Augusto João Manoel Leverger
- Nascimento: 30-01-1802 / França
- Falecimento: 14-01-1880 / Cuiabá/MT
- Naturalidade: bretão (de Saint-Malô, região agreste da Bretanha)
- Nacionalidade: francês

2 - VIDA MILITAR NA MARINHA BRASILEIRA

- 2º Tenente, em comissão
- 1º Tenente, promoção após a campanha do Rio da Prata
- Capitão-Tenente, em 1837
- Inspetor do Trem Naval de Mato Grosso
- Capitão de Fragata
- Capitão de Mar e Guerra
- Capitão de Divisão, em 1854

3 - FATOS HISTÓRICOS

- Guerra do Paraguai - destaque especial em Coimbra e Retirada da Laguna;
- Lutas de defesa e conquistas do Oeste do Brasil, como Comandante Superior de toda a Guarda Nacional;

- Governador da Província de Mato Grosso durante episódios da Guerra contra o Governo do Paraguai.

4 - INTELECTUAL

- Obras de cunho historiogeográfico
- Produção científica

5 - FAMÍLIA QUE CONSTITUIU

- Casou-se na família Corrêa da Costa, de Cuiabá-MT, havendo deixado raízes profundas na terra mato-grossense.

6 - RESIDÊNCIA EM CUIABÁ-MT

- Construção bicentenária - casa nº 3869, Centro, sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, a "Casa Barão de Melgaço".

7 - HISTÓRICO

Leverger passou sua meninice contemplando a grandeza do mar, cuja amplidão veio a influenciar seu destino no sentido de atravessar os mares em direção à América - o Novo Mundo; como marinheiro, tomou a escuna francesa de nome Angélica, havendo chegado em terras brasileiras em 1820, nos seus anos moços.

Em seguida, ingressou na marinha do Brasil como 2º Tenente em comissão.

Participou da campanha do Rio da Prata (1826 a 1828); após cinco combates, foi promovido - pelo Comandante da Esquadra - ao posto de 1º Tenente, considerando sua brilhante atuação.

Leverger teve sua vida relacionada com importantes movimentos históricos de Mato Grosso.

Tanto na paz quanto na guerra, seu nome teve destaque em diversas ocasiões, tais como:

- militar da Marinha Brasileira;
- defesa e conquista, quando exercia o cargo de Comandante Superior de toda a Guarda Nacional;
- Governador da Província de Mato Grosso em dois períodos (11-02-1851 a 27-02-1858; 09-08-1865, na condição de Vice-Presidente que era, até 20-11-1866), durante episódios da Guerra contra o Governo do Paraguai;
- intelectual;
- cidadão, constituindo família em Cuiabá/MT, onde se enraizou,

e de onde promoveu paz e evitou perturbações sociais.

Como Inspetor do Trem Naval de Mato Grosso - incumbência que o prendeu por longo tempo em Cuiabá/MT -, foi distinguido pelo governo federal, como Cônsul Geral do Brasil no Paraguai.

A vida literária de Leverger levou-o ao lugar de honra como um dos Patronos da Academia Mato-Grossense de Letras - Cadeira nº 11, ocupada, que foi, pelo saudoso acadêmico Estêvão de Mendonça e, atualmente, pelo brilhante desembargador Antonio de Arruda.

Entre suas inúmeras obras, destacam-se: Carta e Dicionário de Estudos da Província de Mato Grosso e estudo de alguns dos seus rios.

Augusto Leverger recebeu, em todo Mato Grosso, diversas homenagens póstumas, das quais conheço as seguintes:

- nome de rua em diversos municípios mato-grossenses;
- "Casa Barão de Melgaço", sua antiga residência, sede do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, em Cuiabá/MT;
- Escola Modelo Barão de Melgaço, escola pública de qualidade, responsável por inúmeras cabeças cuiabanas; eu mesma fui aluna desse respeitável estabelecimento de ensino, no período de 1940 a 1943, sob a direção da Prof. Alina Nascimento Tocantins. Tive, como Professoras, as excelentes normalistas Marcelina de Campos (1º ano), Cirina Molina (2º e 3º anos) e Carolina de Souza Bouret (4º ano);
- Rua Barão de Melgaço, no centro de Cuiabá, onde o próprio Augusto Leverger residiu (nº 3869);
- Brigada Barão de Melgaço para a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, situada em Cuiabá/MT, na Av. Rubens de Mendonça nº 5001;
- cidade de Santo Antônio de Leverger, antigamente, Santo Antônio do Rio Abaixo;
- cidade de Santa Rita de Levergeria, atual Nioaque/MS;
- Escola Barão de Melgaço em Campo Grande/MS, homenagem que lhe prestou a Diretora do estabelecimento particular, Anna Luíza Prado Bastos, Dona Galega - como era conhecida - estudou no Liceu Cuiabano e colaborou na fundação da Academia Mato-Grossense de Letras, ao lado de Dom Aquino Corrêa. A Escola em questão funcionava - nas décadas de 40, 50 e 60 - na av. Afonso Pena, em frente ao atual prédio do Unibanco.

COMENTÁRIO DE FATOS NOTÁVEIS

Em 1839, circulou em Cuiabá, o zunzum de que, havia falecido - em

Assunção - José Gaspar Rodrigues de Francia, então Ditador do Paraguai, o mesmo que determinou o fechamento do rio Paraguai à navegação de barcos estrangeiros. O Governador da Província de Mato Grosso, Estêvão Ribeiro de Rezende, precipitou-se ao apresentar cumprimentos ao suposto novo Governador da República do Paraguai, com a intenção de estabelecer bom relacionamento com a nação vizinha, principalmente com a liberação do rio Paraguai, fato de interesse vital para a Província de Mato Grosso.

No mesmo ano, em 20-02, Augusto Leverger recebeu, do Governo Rezende, a missão diplomática junto ao Paraguai, porém, foi impedido no Forte Bourbon - margem do rio Paraguai, na fronteira paraguaia; o Comandante do citado Forte ainda recebia ordens do ditador Francia, em pleno gozo de saúde e à frente do Governo do Paraguai. Rezende recebeu crítica pelo seu ato precipitado, além de invadir atribuição do Governo Imperial.

Como a missão de Leverger ficou frustrada, ele aproveitou a viagem fluvial de regresso, para anotações referentes aos estudos hidrográficos dos rios Paraguai e Cuiabá.

A 06-06-1839, Leverger reassumiu suas funções de Inspetor do Arsenal da Marinha, em Cuiabá/MT.

Como Capitão de Fragata, Augusto Leverger governou Coimbra (fortaleza), havendo assumido em fevereiro de 1851, numa época de tensões na fronteira com a República do Paraguai, ao sul da Província de Mato Grosso.

As ordens recebidas alertavam-no para concentrar, naquela área, todas as forças sob seu comando; na época, já era Chefe de Divisão e Comandante das Armas.

Em fevereiro de 1855, instalou o governo do Província de Mato Grosso no Forte de Coimbra e para lá se dirigiu, de onde voltou a Cuiabá/MT, em 17-11-1856, após a assinatura - com a República do Paraguai - do Tratado que franqueava a navegação do rio Paraguai, o "Tratado de Amizade, Comércio e Livre Navegação nos rios Paraná e Paraguai", assinado em 06-04-1856, pelos plenipotenciários que representavam o Brasil e o Paraguai, os chanceleres, José Maria da Silva Paranhos e José Berges, respectivamente.

Em janeiro de 1865 uma expedição desembarcava no local estratégico, sob o comando de Portocarrero. A 17 do mesmo mês, chegavam notícias da perseguição dos paraguaios aos fugitivos retardatários de Corumbá, os quais foram eliminados com crueldade; paralelamente, os inimigos haviam atingido, "sem tropeço algum", a foz do rio Cuiabá no Paraguai.

Diante desse quadro desolador, o Conselho de Oficiais, em Melgaço, resolveu emitir nova ordem, ou seja, abandonar o local, e se entrincheirar em Cuiabá.

Ante essa notícia, o Almirante Augusto João Manoel Leverger procurou o Presidente da Província e se ofereceu para planejar as bases da defesa. Torna-se oportuno lembrar que, desde 1830, Leverger se encontrava em Mato Grosso, cumprindo ordens do Governo Imperial, se bem que já reformado.

Albino de Carvalho aceitou a oferta e nomeou, Leverger, Comandante Superior da Guarda Nacional e das forças fluvial e terrestre.

No porto de Cuiabá, permanecia embarcada a força que abandonara Melgaço. Tomando para si o comando, falou a oficiais e soldados:

"Marchemos, senhores, a guarnecer o ponto abandonado, e quando não possamos impedir a passagem do inimigo, que ao menos façamos conhecer que protestamos por meio da nossa artilharia. Que me acompanhe quem quiser."

Pela liderança nata de Augusto Leverger, a maioria acompanhou o corajoso Comandante que levou a tropa de volta a Melgaço.

Como a defesa de Cuiabá estava confiada a um respeitável Comandante, os paraguaios - conhecedores dos méritos daquele militar - desistiram de vir até Cuiabá.

Foi, por essa façanha, que o Governo Imperial agraciou, com o título de "Barão de Melgaço", o Almirante Augusto João Manoel Leverger.

Durante o Segundo Império, os mato-grossenses tiveram 28 (vinte e oito) Presidentes, escolhidos com discernimento e nomeados pelo Monarca; entre eles, Augusto Leverger - Almirante Chefe de Esquadra, reformado.

Outro destaque para Augusto João Manoel Leverger, aconteceu no episódio da defesa de Cuiabá; os paraguaios haviam ocupado Corumbá e corria notícia de que os navios inimigos avançavam no rumo desta Capital (Cuiabá).

Para se prevenir, ficou decidido estabelecer, na colina de Melgaço - onde o rio Cuiabá apresenta curva estreita -, uma linha de defesa, justamente nessa curva contra o morro, considerando a existência de pedras que altera a corrente do rio e dificulta a navegação.

Pelos serviços prestados à Pátria e à Província, Dom Pedro II concedeu títulos de Barão a determinadas figuras da vida social e política de Mato Grosso, escolhida com discernimento, como foi o Almirante Augusto João Manoel Leverger, agraciado com o título nobiliárquico de "Barão de Melgaço", conforme Decreto Imperial de 10 de novembro de 1865.

O Almirante Leverger fez jus ao citado título, não somente pelos serviços prestados ao País e à Província de Mato Grosso - que presidiu por várias vezes, como titular e por substituição -, assim como pela deliberação que tomou ao enfrentar a invasão paraguaia no morro de Melgaço - de onde se descortina o rio Cuiabá -, local em que se desenvolveu a cidade de Barão de Melgaço.

RESUMO DE DATAS

1820- chegada ao Brasil; ingressou na Marinha como 2º Tenente em comissão;

1826/1828- participou da campanha do Rio da Prata; após os combates, promovido a 1º Tenente.

1839- boato sobre a morte de José Gaspar..., Ditador do Paraguai;

20-02-1839- missão diplomática frustrada;

06-06-1839- reassumiu a função de Inspetor do Arsenal, em Cuiabá;

? -02-1851- governou Coimbra (fortaleza);

? -02-1855- instalou o Governo da Província no Forte de Coimbra;

06-04-1856- assinatura do "Tratado da Amizade, Comércio e Livre Navegação";

17-11-1856- retorno a Cuiabá, após assinatura do Tratado, acima citado, que franqueava a navegação do rio Paraguai;

? -01-1865- expedição desembarcava em lugar estratégico, sob o comando de Portocarrero;

17-01-1865- notícias de perseguição dos paraguaios;

10-11-1865- Leverger recebeu título nobiliárquico de Barão de Melgaço;

03/1869-02/1870 - Governador da Província de Mato Grosso (14º);

desde 1830 Augusto Leverger se encontrava em Mato Grosso, cumprindo ordens do Governo Imperial, embora reformado.

2ª Parte

**Trabalhos
de
Augusto Leverger**

1- APONTAMENTO AVULSOS

Ouvidores de Cuiabá

Revista Matto Grosso, Cuiabá: n. 5, maio, 1908.

- 1- Dr. José de Burgos Villa Lobos – tomou posse em fins de 1730
- 2- Dr. João Gonçalves Pereira – tomou posse em 29 de dezembro de 1735
- 3- Dr. Manoel Antunes Nogueira – tomou posse em 14 de dezembro de 1743; faleceu em 1748
- 4- Dr. João Antonio Vaz Morilhas – tomou posse em 30 de novembro de 1749; deposto pelo Senado da Câmara em 1755
- 5- Dr. Fernando Caminha de Castro – 1755; chegou a 3 de janeiro e morreu antes de tomar posse.

Ouvidores de Mato Grosso

- 1- Dr. Manoel Fangueiro Fausto – tomou posse em outubro de 1758
- 2- Dr. Manoel José Soares – tomou posse em 14 de agosto de 1761
- 3- Dr. Miguel Ferreira Pinto Teixeira – tomou posse em 3 de janeiro de 1769
- 4- Dr. Luiz de Azevedo Sampaio – tomou posse em 28 de janeiro de 1776; morto de um tiro em 18 de junho de 1778
- 5- Dr. Joaquim José de Moraes – tomou posse em 29 de dezembro de 1780; até 1789
- 6- Dr. Antonio da Silva do Amaral – tomou posse em 14 de fevereiro de 1793; faleceu em Mato Grosso a 7 de outubro de 1797
- 7- Dr. Francisco Lopes de Souza de Faria Lemes – tomou posse em 8 de dezembro de 1796; saiu em 7 de junho de 1800
- 8- Dr. Manoel Joaquim Ribeiro Freire – tomou posse em 6 de setembro de 1800; tomou posse em Cuiabá onde se achava o Governador.
- 9- Dr. Sebastião Pitta de Castro – tomou posse em 30 de julho de 1804; faleceu a 4 de março de 1806
- 10- Dr. José Francisco Leal – tomou posse em 20 de junho de 1815
- 11- Dr. Antonio José de Carvalho Chaves – tomou posse em 30 de setembro de 1820; membro da Junta Governativa em 1822.
- 12- Dr. Manoel Antonio Galvão – tomou posse em 9 de setembro de 1824; eleito Deputado pela Bahia em 1826.
- 13- Dr. Antonio José da Veiga – tomou posse em 30 de maio de 1827;

Deputado por Mato Grosso em 1828

14- Dr. Joaquim Francisco G. Ponce de León – tomou posse em 9 de janeiro de 1832; suspenso em 17 de junho de 1833.

Serviram Interinamente:

Manoel Dias da Silva – 1748

Dr. Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa – tomou posse em dezembro de 1757 – Intendente e Provedor da Fazenda Real

Dr. Felipe José Nogueira Coelho – tomou posse em junho de 1776 - Intendente e Provedor da Fazenda Real.

Dr. José Carlos Pereira – tomou posse em novembro de 1778 – Juiz de Fora de Cuiabá

Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhez* – tomou posse em 6 de setembro de 1789 – Juiz de Fora de Cuiabá

Dr. Joaquim Inácio Silveira da Motta – tomou posse em junho de 1800 – idem

Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro – tomou posse em março de 1806 – idem

Dr. José Francisco Leal – tomou posse em 15 de outubro de 1809 – idem

Dr. Antonio José de Carvalho Chaves – tomou posse em 1º de novembro de 1812 – idem

Dr. Antonio José de Carvalho Chaves – tomou posse em 15 de julho de 1818 – idem – pela retirada do Dr. Leal

Dr. Manoel Francisco Jorge da Silva – tomou posse em 20 de agosto de 1820 – idem

Dr. Antonio José da Veiga – tomou posse em 24 de outubro de 1822 – idem – por achar-se o Dr. Chaves na Junta Governativa

Dr. Antonio José da Veiga – tomou posse em 7 de maio de 1823 – idem – pela retirada do Dr. Chaves

Dr. Antonio José da Veiga – tomou posse em 6 de maio de 1826 – idem – pela retirada do Dr. Galvão

Dr. Pascoal Domingues de Miranda – tomou posse em 9 de janeiro de 1836 – idem – pela retirada do Dr. Veiga

* Serviram também, depois e interinamente, o Dr. Juiz de Fora Manoel de Moura Cabral e o Dr. Provedor da Fazenda Luiz Thomaz Navarro

Juizes de Fora de Mato Grosso

Revista Matto Grosso, Cuiabá: n.7, julho, 1908

- 1- Dr. Theotônio da Silva Gusmão – Posse a 1º. de março de 1752
- 2- Dr. Manoel Fangueiro – Posse a 26 de maio de 1756

Juizes de Fora de Cuiabá

- 1- Dr. Constantino José de Souza Azevedo – Posse a 9 de agosto de 1762.
- 2- Dr. João Batista Duarte – Posse a 25 de março de 1767
- 3- Dr. José Carlos Pereira – Posse a 2 de março de 1776
- 4- Dr. Antonio Rodrigues Gaioso – Posse a 22 de janeiro de 1781
- 5- Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhez – Posse a 22 de janeiro de 1785
- 6- Dr. Luiz Manoel de Moura Cabral – Posse a 19 de janeiro de 1792
- 7- Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta – Posse a 17 de outubro de 1799
- 8- Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro – Posse a 8 de agosto de 1804
- 9- Dr. José Francisco Leal – Posse a 15 de outubro de 1808
- 10- Dr. Antonio José de Carvalho Chaves – Posse a 1º. de novembro de 1812
- 11- Dr. Manoel Francisco Jorge da Silva – Posse a 20 de agosto de 1820
- 12- Dr. Antonio José da Veiga – Posse a 13 de janeiro de 1822
- 13- Dr. Paschoal Domingues de Miranda - – Posse a 20 de janeiro de 1829.

Juiz de Fora de Mato Grosso

(Criado de novo por Alvará de 25 de agosto de 1815)

- 3- Dr. José Simão Marques de Almeida – Posse a 20 de junho de 1815 (faleceu em março de 1818).

Capitães Mores de Cuiabá

Capitão Mor Regente - Fernando Dias Falcões

Capitão Mor Provedor – Luiz José Villares – 1727

Francisco Lopes de Araújo (promovido a mestre de campo) – 1769

Vicente Rabello Leite – 1769

Antonio José Pinto de Figueiredo (promovido a mestre de campo)
– 1772

Antonio Luiz de Rocha – 1774

João José Guimarães e Silva

André Gaudie Ley

Capitães Mores de Mato Grosso

João Pereira da Cruz – 1742

Bento Dias Botelho

Antonio Soares Lima – 1776

José da Silva Gama e Cunha

João Paes de Azevedo

Tenente de Mestre de Campo

Victoriano de Freitas da Cunha – 175...

Mestres de Campo

Antonio Leme da Silva – 1727

Fernando Dias

Francisco Lopes de Araújo – 1769

Antonio José Pinto de Figueiredo - 1774

Manoel Cardoso da Cunha - 1777

José Paes Falcão das Neves – 1795

Comandantes de Cuiabá

Tenente Coronel Gabriel da Fonseca e Souza – 1807

Tenente Coronel Ajudante de Ordens Alexandre leite de Chaves Mello

Sargento Mor Jeronymo Joaquim Nunes

Chefes da Repartição do Fisco

Revista Mato Grosso, Cuiabá: n.8, agosto, 1908

Superintendente Geral das Minas – Ten. Cel. João Antunes Maciel
– 1724

1º. Provedor dos Quintos – Capitão Mor Jacinto Barbosa Lopes
– 1725

1º. Provedor da Fazenda – Capitão Mor Fernando Dias Falcão – 1727

2º. Provedor da Fazenda – Ten. Cel. João de Queiroz Mascarenhas –
1729

Juiz Superintendente dos Quintos e mais Direitos – Cel. Thomé
Ferreira de Moraes Sarmiento – 1731

Juiz Superintendente dos Quintos e mais Direitos – Dr. Ouvidor José
de Burgos Vilalobos – 1731

Provedor da Fazenda Real – Tomé de Gouveia de Sá e Queiroga –
fevereiro de 1734

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. Ouvidor João Gonçalves
Pereira – interino em 28 de fevereiro de 1736

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. Manoel Rodrigues Torres
– interino – 1738

Intendente Provedor da Fazenda Real – Ouvidor João Gonçalves
Pereira – interino – 5 de dezembro de 1739

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. João Nobre Pereira – janeiro
de 1744

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. João da Fonseca Cruz
– maio de 1746

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. Francisco José dos
Guimarães Brito e Costa – fim de 1747

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. Ouvidor Manoel José
Soares – interino – 1762

Intendente Provedor da Fazenda Real – Dr. Ouvidor Miguel Pereira
Pinto – interino – 3 de janeiro de 1769

Provedor da Fazenda Real – Dr. Felipe José Nogueira Coelho – 17
fevereiro de 1776

Provedor da Fazenda Real – Dr. Antonio Soares Calheiros – 22 janeiro
de 1788

Provedor da Fazenda Real – Dr. Luiz Thomas Navarro - 1792

Provedor da Fazenda Real – Dr. José Feliz de Araújo – 1º. fevereiro de
1796

- Provedor da Fazenda Real – Dr. Sebastião Pitta de Castro – interino – novembro de 1804
- Provedor da Fazenda Real – Manoel Rebello Leite – interino – dezembro de 1804
- Provedor da Fazenda Real – Dr. Gaspar Pereira da Silva – maio de 1806
- Deputado da Junta de Fazenda – Manoel Rebello Leite – interino – 16 de julho de 1808
- Deputado da Junta de Fazenda – Dr. Gaspar Pereira da Silva – dezembro 1808
- Deputado da Junta de Fazenda – Manoel Rebello Leite – interino – 16 de outubro de 1809
- Escrivão Deputado – Domingos Mendes de Miranda – fevereiro de 1810
- Escrivão Deputado – Manoel Rebello Leite – interino – julho de 1819
- Escrivão Deputado em Cuiabá – João José Guimarães – janeiro de 1821
- Escrivão Deputado em Cuiabá – José Jacintho de Carvalho – junho de 1822
- Escrivão Deputado em Cuiabá - João José Guimarães – 20 de julho de 1824
- Escrivão Deputado em Cuiabá – José Joaquim Ramos e Costa – 6 agosto de 1827
- Escrivão Deputado em Cuiabá – Joaquim da Silva Tavares – interino – março de 1828
- Escrivão Deputado em Cuiabá – Antonio Luiz Patrício da Silva Manso – interino – julho de 1828
- Escrivão Deputado em Cuiabá – José Jacintho de Carvalho – 13 de setembro de 1828
- Escrivão Deputado em Cuiabá – Joaquim da Silva Tavares – interino
- Escrivão Deputado em Cuiabá – João Maria de Oliveira Xavier – 20 de julho de 1830
- Este último foi deposto em 8 de dezembro de 1831 e reintegrado em junho de 1832

Força Militar

Revista Matto Grosso, Cuiabá: v. 9, setembro, 1908

A primeira tropa paga que houve para governar a Província foi uma Companhia de Dragões, a qual veio com o primeiro governador D. Antonio Rolim de Moura em 1751. Compunha-se de quatro esquadras com um total de 54 homens.

Em 1754 criou-se uma Esquadra de Pedestres, adida à Companhia de Dragões. Posteriormente criou-se uma Companhia de Aventureiros, com o soldo de Dragões e sem farda, e estes Aventureiros eram sertanistas que foram alistados.

Em julho de 1762 criaram-se mais duas esquadras de Dragões, e em junho de 1764 foram também criadas mais duas outras duas, ficando assim a companhia com oito esquadras; na mesma ocasião foram também criadas mais duas esquadras de pedestres, formando assim uma Companhia de três esquadras, tendo sido extinta a de Aventureiros.

Em 1790, o mapa da força militar dava:

Estado Maior – 3. Companhia de Dragões – 126. Companhia de Pedestres – 122. Em fevereiro de 1775 a Companhia de Pedestres foi aumentada com um alferes, um sargento, três cabos e 35 soldados. As companhias de Dragões e de Pedestres foram a guarnição paga da Província por mais de 59 anos, com alterações, porém, do seu efetivo segundo as exigências do serviço. No começo deste século XIX, o estado efetivo de ambas era de 700 praças.

Em 1808 criou-se uma Companhia Franca dos Leais Cuiabanos, chamadas também de Voluntários, e destinada principalmente ao serviço da navegação fluvial. Em 1818 as três companhias foram organizadas do seguinte modo:

	Dragões	Pedestres	Franca	Total
Oficiais inferiores	8	6	-	14
Cabos e aspençadas	36	36	48	120
Soldados	180	180	240	600
Tambores e pifanas	4	4	2	2
Soma	228	226	290	744

Esta força foi dividida em duas divisões e guarneciam os seguintes pontos:

A primeira no distrito de Vila Bela: Vila bela, Casalvasco, Jauru, Vila Maria, Palmela, Forte Príncipe da Beira, São Luiz e Ribeirão.

A segunda, no distrito de Cuiabá: Vila do Cuiabá, Diamantino, Rio Grande, Camapuã, Coimbra e Miranda.

Com a vinda do Capitão General Magessi em 1819, organizou-se a Legião criada pelo Decreto de 22 de janeiro de 1818, com o nome de Legião de Linha, organizada do seguinte modo:

Estado Maior e Menor

Comandante (o Governador)	1
Tenente Coronel	1
Major	1
Ajudantes e Quartel-Mestre	3
Cirurgião e Ajudante	1
Porta estandarte	1
Soma	10

Corpo de Caçadores (Cada Companhia)

Oficiais	3
Oficiais inferiores	3
Cabos e Aspençadas	8
Soldados	60
Corneta	1
Soma	75 – quatro companhias: 300

Esquadrão de Cavalaria (Cada Companhia)

Oficiais	3
Oficiais inferiores	2
Cabos e Aspençadas	8
Soldados	50
Trombeta	1
Soma	64 – duas companhias: 128

Corpo de Artilharia (Uma Companhia)

Oficiais	3
Oficiais inferiores	2
Cabos e Aspençadas	4
Soldados	40
Tambor	1
Soma	50
Total da Força	488

Deviam ser extintas as três companhias até então existentes; mas julgou-se indispensável a conservação dos Pedestres, que ficou adida às praças de Voluntários ou Leais Cuiabanos
Por Decreto de 4 de maio de 1831, deu-se a seguinte organização à Legião de Mato Grosso:

Estado Maior:

Comandante e Major	2
Ajudante e Quartel Mestre	2
Secretário e Capelão	2
Cirurgião Mor e Ajudante	2

Estado Menor:

Sargento Ajudante	1
Quartel Mestre	1
Músicos	16
Corneta Mor	1

Batalhão de Caçadores:

Oficiais	3	
Oficiais inferiores	4	
Cabos e Aspençadas	8	
Soldados	52	
Corneta	1	
Soma	68 – oito companhias	544

Cavalaria:

Oficiais	3
Oficiais inferiores	3
Cabos e Aspençadas	8
Soldados	32
Ferrador e clarim	2

Soma 48 – duas companhias 96

Artilharia de Posição:

Oficiais 3
Oficiais inferiores 4
Cabos 4
Soldados 48
Corneta 1 – duas companhias 120

Total (com mais um Alferes na primeira Companhia) 788

Desta força, duas companhias deviam ficar destacadas na Província de Goiás.

Por Decreto de 22 de novembro de 1831, a Companhia de Pedestres foi substituída por um Corpo Ligeiro, organizado do seguinte modo:

Estado Maior

Capitão Comandante 1
Alferes Ajudante 1
Cirurgião Mor 1

Ligeiros

Oficiais 3
Oficiais inferiores 4
Cabos e Aspençadas 12
Soldados 140
Corneta 1
Soma 160 – quatro companhias 640
Total 643

Por Decreto de 4 de janeiro de 1833 foi extinta esta Legião e organizado o Corpo de Ligeiros como se segue:

5 Companhias de Caçadores na forma da organização do Decreto de 29 de novembro de 1831 800
1 Companhia de Marinheiros Artilheiros para a guarnição das barcas 160
2 Companhias de Artilharia segundo a organização do Decreto de 4 de maio de 1831 20
Soma1080

O total desta força foi, porém, limitado por Aviso de 3 de junho de 1833 e de 6 de maio de 1834, a 400 praças nos anos financeiros de 1833 – 1835, e por Aviso de 4 de dezembro de 1834, a 300 praças nos de 1835-36, não entrando neste número as duas companhias de Goiás, que ficaram desligadas.

Por Decreto de 22 de fevereiro de 1839, determinou-se que a guarnição da Província fosse composta de:

1 Batalhão de Caçadores

Estado Maior e Menor com 16 músicos	30
Oficiais – 3; Oficiais inferiores	47
Cabos	6
Soldados	61
Cornetas	2
Soma	76 – 8 companhias 608

1 Batalhão de Artilharia, fora de linha

Estado Maior e Menor	13
Oficiais	4
Oficiais inferiores	4
Cabos	6
Soldados	97
Cornetas	2
Soma	113 – 4 companhias 452
Total	465

1 Companhia de Cavalaria, fora de linha

Oficiais combatentes e 1 cirurgião	47
Oficiais inferiores	4
Cabos	6
Soldados	86
Seleiro e Ferrador	2
Trombeta ou Clarim	2
Soma	104
Total geral	1027

2- INFORMAÇÃO PRESTADA EM 1851 POR AUGUSTOLEVERGER,
PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, SOBRE O
TRAÇADO DE UMA ESTRADA QUE COMUNIQUE ESTA CAPITAL
COM A CIDADE DE SANTARÉM NO PARÁ

Ilmo e Exmo Sr

Tenho a honra de acusar o recebimento do Aviso de V. Excia. datado de 5 de março último, comunicando que, tendo-se oferecido o 1º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros, Pedro Dias Paes Leme para determinar a mais curta e melhor direção de uma estrada que comunique esta capital com a cidade de Santarém, na Província do Pará, cuja distância o dito engenheiro, pelos dados que possui, não calcula em mais do que 100 a 130 léguas, e sendo óbvias as vantagens que da abertura de semelhante estrada devem tirar ambas as províncias, determina V. Excia. que se encarregue desta comissão o mencionado Engenheiro, a cuja disposição se manda, pelo Ministro da Guerra, pôr a força necessária, e finalmente previne-me V. Excia. que, para as respectivas despesas já se mandou abrir um crédito de RS 4:000\$000.

Tendo-se recolhido à Corte o Tenente Paes Leme, estou na impossibilidade de, por ora, dar cumprimento à ordem de V. Excia.

A esta declaração, porém, não limitarei minha resposta.

Julgo o meu dever retificar as informações menos exatas em que se baseia o citado Aviso.

Reconheço a honradez do oficial que as deu, sou-lhe mesmo pessoalmente afeiçoado; mas não posso deixar de dizer que neste particular obrou ele com leviandade, referindo sem exame um dizer do vulgo, que na verdade muitas pessoas repetem, mas cujo erro matematicamente se pode demonstrar. Com efeito, segundo as observações astronômicas, feitas em fim do século passado pelos astrônomos da comissão de demarcação de limites:

A latitude de Cuiabá é de 15º. 36' 0"

A latitude de Santarém é de 2º. 24' 0"

13º. 11' 10"

Logo quando as duas cidades estivessem sobre o mesmo meridiano, o que exatamente não se dá, ainda assim, a mais curta distância entre elas seria de 13º. 11' 10", que correspondem a 263 léguas de 20 ao grau, ou de 234 de 18 ao grau, desprezando as frações.

Acrescentando um quinto por causa dos desvios a que obrigam os

acidente de terreno, vê-se que a distância itinerária das ditas citadas nunca será menor de 316 ou 278 léguas, isto é, mais do duplo e quase o triplo do que indica o referido oficial engenheiro.

Notarei mais que a projetada estrada terá de passar por uma região inteiramente desconhecida.

Há quinze anos que ocupo-me de colher informações acerca da topografia desta Província, e nenhum esclarecimento positivo pude obter acerca da mencionada região, explorada tão somente pelo q e u diz respeito à navegação dos rios Arinos, Juruena e Tapajós, e por uma única viagem fluvial feita em 1820 desde as cabeceiras do rio Paranatinga até o mesmo Tapajóz. O que se sabe é que aqueles sertões são habitados por nações, algumas delas selvagens, indomadas e antropófagas; e que são os mesmos sertões cortados por muitos cursos de água, sendo alguns rios caudalosos como o São Manuel, galho oriental do já citado Tapajóz.

Penso que V. Excia., dignando-se de atender ao que levo dito, reconhecerá que a execução do mencionado projeto de estrada se não pode presentemente realizar sem grande dispêndio de gente e de dinheiro, e parece dever ser reservada aos vindouros. Direi ainda que quando se queira estabelecer uma via de comunicação terrestre entre esta cidade e a Província do Pará, convirá que a estrada se dirija para Itaituba, lugar muito mais perto que Santarém, situado abaixo das cachoeiras e onde podem sem dificuldades chegar embarcações de vela e vapor.

Mas esta mesma estrada ainda me parece exigir despesas consideráveis e trabalhos excessivos para esta Província no seu estado atual.

Porém já que V. Excia. foi servido mandar abrir um crédito de 4:000\$000 para as vias de comunicação, além dos 6:000\$000 para os varadouros entre os rios Brilhante e Nioac, tomarei a liberdade de rogar a V. Excia. permita que esses quatro contos sejam aplicados ao melhoramento muito preciso da estrada desta capital à Corte, quer por Goiás quer por São Paulo, a cujo respeito já tive a honra de officiar à V. Excia. em 13 do corrente mês.

Deus guarde a V. Excia. – Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 17 de maio de 1851

Ilmo e Exmo Sr Visconde de Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Augusto Leverger

3- INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, AUGUSTO LEVERGER, AO MINISTRO DA MARINHA, EM 1851, SOBRE AS MATAS DE MADEIRA DE CONSTRUÇÃO NAVAL

Ilmo e Exmo Senhor

Tenho presente o Aviso Circular da Secretaria de estado a cargo de V. Excia., enviado a meu antecessor sob n. 17 e data de 30 de setembro último, determinando que se transmita à dita Secretaria de Estado circunstanciadas informações acerca das matas que contêm madeiras de lei à margem de rios, extensão delas e da dificuldade ou facilidade dos cortes; declarando ao mesmo tempo, bem como os meios mais adotados para sua conservação e coutamento.

Conquanto grande parte do solo desta Província (embora se denomine Mato Grosso) conste de campos e pantanais, todavia as matas que cobrem em diversas partes as fraldas das serras ou terrenos elevados, e as margens de alguns de seus rios, são bastante numerosas e extensas, para que se torne difícil senão impossível descrevê-los, ou ainda dar uma idéia geral de muitos que existem em sertões poucos freqüentados ou totalmente desconhecidos: porém como se depreende do citado Aviso que as informações exigidas dizem respeito à obtenção de madeiras de lei para construções navais, tornam-se assim mais circunscritas e de menos dificuldade as ditas informações.

Construções navais são ou poderiam vir a ser necessárias nesta Província, para a navegação do Paraguai e do Guaporé, rios estes que em parte do seu curso formam a linha divisória do Império com as vizinhas Repúblicas.

Fora de bastante utilidade que sobre o dito Guaporé existisse uma pequena força naval, que coadjuvasse a defesa dessa parte da fronteira, e sem dúvida que ela estaria em pé se a sede do Governo da Província persistisse em Mato Grosso, e se seguissem os planos dos antigos Capitães Generais que tinham muito em vista povoar de estabelecimentos agrícolas e militares as margens não só do Guaporé, como do Mamoré e do Madeira, com o fim de atrair a população e tornar fáceis e freqüentes as relações com a Província do Pará. Porém, no estado atual de decadência do Distrito de Mato Grosso, não tendo nós sobre o Guaporé outro ponto militar mais que o arruinado, mal armado e mal guarnecido Forte do Príncipe viria a ser ou inútil ou insuficiente uma flotilha, que não se poderia conservar sem gravíssimo dispêndio, mormente por causa da falta de gente, da insalubridade do

clima e da grande distância da atual capital da Província. Não me parece, pois, que tão cedo seja preciso construir embarcações sobre o Guaporé, se não as que têm de empregar na quase abandonada navegação do comércio entre Mato Grosso e Pará. Por esta razão julguei não dever demorar este ofício até receber as informações que exige das autoridades daquele distrito.

Posso portanto a tratar do Paraguai, sobre cujas águas ou dos seus afluentes existe uma força naval muito diminuta, mas que pode tomar incremento. Nas matas que em parte formam as margens do dito rio, desde que principia a ser navegável, há poucas madeiras de lei, e estas dispersas cá e lá, e no mesmo caso estão os ribeirões e riachos que entram na sua margem esquerda. Porém do lado oposto há em primeiro lugar o rio de Santana, que desde a sua junção com o pequeno rio de São Francisco até a barra, leva por espaço de 8 léguas matas abundantes de madeira de lei; estas também acham-se nas margens do rio Vermelho, outro tributário do Paraguai pelo lado direito. Pouco podem por ora aproveitar estas matas por causa da grande distância que estão de Vila Maria, primeira povoação um tanto importante que se acha descendo o rio desde a Vila do Diamantino. Nas proximidades porém da dita povoação, estão as barras do Sepotuba e Cabaçal, que igualmente afluem pelo lado direito, e correm ambos por matas ricas em madeiras de construção, e que se estendem até prenderem-se à grande floresta, donde esta Província tirou o seu nome. O último rio que deságua no Paraguai pela margem direita é o Jauru, que na sua parte inferior corre por terrenos alagadiços, pouco povoados de madeiras aproveitáveis, mas não assim remontando para as suas cabeceiras. Todos os mencionados matos existem em terrenos devolutos.

Da foz do Jauru para baixo, corre o Paraguai por pantanais e são poucas as madeiras de lei que vertem às suas margens. O primeiro rio que lhe entra na margem esquerda é o São Lourenço, também destituído de matas de alguma importância na sua parte inferior, bem como o Cuiabá, seu principal tributário. Nos terrenos firmes e inacessíveis à inundação, regados pelo dito rio Cuiabá, há muitas matas de que se pode tirar partido, ou antes, havia-as; porquanto sendo esta a parte da Província, onde mais aglomerada está a população, as necessidades da lavoura e das construções têm feito com que, em muitos lugares, os matos se achem mais ou menos afastados da beira do rio, e haja neles grandes clareiras. Estes terrenos são pela maior parte sesmarias; creio, porém, que nem todos têm títulos confirmados, e que umas tantas não foram devidamente medidas. O curso superior dos outros galhos do

São Lourenço faz-se também por matas mais ou menos abundantes de madeiras úteis, porém pouco freqüentado, por ser esta região habitada pelos indomados índios Coroados.

Ainda não recebi as informações que exigi a respeito das matas do Taquari e Mondego; as circunstâncias topográficas destes rios são aliás semelhantes às do São Lourenço.

Finalmente nas terras de Albuquerque, na margem direita do Paraguai, há em várias partes capões e matas de alguma extensão, que podem ser aproveitados.

As dificuldades do corte, ou antes as causas porque tornam-se custosa a obtenção das madeiras são que muitas vezes as árvores de uma mesma espécie não se acham agrupadas, mas sim dispersas e mais ou menos distantes umas das outras, que nos lugares ermos faltam meios e até vias de transporte, sendo preciso abrir picadas, no que se gasta muito tempo e serviço; que nos povoados, os matos distam as vezes léguas da beira dos rios, e suposto se achem bois e carros, a condução não é de pequeno dispêndio; e enfim que, em várias partes a navegação dos rios é dificultada por cachoeiras e baixios.

Quanto aos meios mais adotados para o coutamento e conservação das matas, confessarei à V. Excia. que estou pouco habilitado para indicá-los, pela ignorância em que estou da legislação em que se baseia o nosso regime florestal; entretanto direi que ao meu ver, só depois da execução da nova lei sobre as terras, é que se poderão tomar medidas eficazes sem prejuízo do Estado e sem inútil gravame dos particulares. Por ora julgo bastante que o Governo do Província estenda a outras matas em terrenos devolutos as medidas que tem tomado a respeito das do Cabaçal e Sepotuba, isto é, de não permitir que alguém vá nelas tirar madeiras sem licença da Presidência, e havendo-se esta na concessão de tais licenças, com Justiça e Eqüidade, atendendo às reais necessidades do serviço público e das povoações e estabelecimentos, e não se consentir jamais que nas matas reservadas se façam roças, e tomando-se, além desta, todas as possíveis precauções para que as mesmas matas não sejam devastadas pelo fogo.

Deus guarde V. Excia.

Palácio do Governo de Mato Grosso, em Cuiabá, 1º. de abril de 1851.
Ilmo e Exmo Sr Conselheiro Manoel Vieira Tosta, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha.

Augusto Leverger

4- BREVE RESUMO DA VIDA DO BARÃO DE MELGAÇO, QUANTO A PARTE ECONÔMICA, ESCRITO POR ELE PRÓPRIO EM 1862.

Trinta anos de existência em Cuiabá e informações havidas fazem bastante conhecido o meu procedimento público e particular. O que sou nas relações íntimas da família, sabem-no minhas filhas. Quero que elas saibam também que não têm de corar do pouco ou muito que lhes deixar a herança. E, por isso, começando a 1º. de janeiro deste ano de 1862, a escrituração do Livro dos meus negócios, que provavelmente há de ser o último, resolvi fazer o seguinte e breve resumo de minha vida quanto a parte econômica. O que ulteriormente suceder, constará do mesmo Livro.

Em maio de 1819, saí de França, embarcado na escuna mercantil Victoire, da qual meu pai era capitão e sobre-carga. Em agosto naufragamos na entrada do rio da Prata. Em outubro chegamos a Montevideo. Pouco depois partiu meu pai para Buenos Aires para tratar dos seus negócios. Conquanto providenciasse para a minha decente sobre subsistência, durante a sua ausência, entendendo eu que na idade de dezoito anos, que estava para completar, podia e devia tratar de viver sem ser pesado a ninguém, embarquei em janeiro de 1820 como piloto da escuna Angélica, com o vencimento de 25 pesos mensais. Em agosto do mesmo ano, passei, como piloto, para a galera General Lecor. Meu vencimento foi sucessivamente elevado para 40 e 50 pesos. Desde então pude fazer algumas economias e mandar pequenos valores de mimo à minha mãe, que infelizmente faleceu antes de recebê-los, e posteriormente a meu irmão e irmã. Em uma viagem que fiz de Montevideo para o Rio de Janeiro e Lisboa, empreendi um pequeno negócio a instâncias e com o auxílio de um amigo meu (Carlos Gouthier). Não tive nem dei prejuízo, antes algum lucro, porém, convenci-me de que eu não tinha jeito para a vida mercantil.

De volta de Lisboa a Montevideo em dezembro de 1822, soube do falecimento do meu pai em Buenos Aires, parti para aquela cidade com o intuito de, no interesse dos credores de meu pai, efetuar a cobrança de quaisquer haveres que tivesse deixado; mas não pude conseguir um tostão, principalmente por causa da má fé das pessoas com quem meu pai entretivera relações de negócio. Nisto perdi quase um ano de meu tempo. No começo de 1824 tornei a embarcar como piloto da General Lecor, que, em setembro, seguinte, foi incorporada na Marinha brasileira. Em novembro do mesmo ano, entrei na Armada Imperial do Brasil, como 2º. Tenente de Comissão, e desde então estive constantemente

embarcado a bordo de diversos navios de guerra, já como oficial, já como comandante, até meado de agosto de 1829, em que se desarmou a corveta General Dorrego, que eu comandava. Tinha um pecúlio de 2 a 3 contos de réis.

Em dezembro do mesmo ano de 1829, parti para Cuiabá, para aonde me mandara o Governo, como comandante das barcas canhoneiras da Província de Mato Grosso. Para esta viagem tive de fazer despesas relativamente avultadas em trastes, instrumentos, livros, etc. Cheguei a Cuiabá em novembro de 1830, tendo em dinheiro perto de 1:200\$000 rs, além do soldo, maiorias e vantagens vencidas durante a viagem. O mísero estado dos cofres da Tesouraria mal permitia que recebesse o indispensável para as minhas despesas, aliás muito módicas (não excediam a 800\$000 réis por ano). Assim foram se acumulando vencimentos atrasados, de sorte que, em 1832, tomei a pagamento uma letra da Tesouraria sobre o Tesouro, no valor de 2:000\$000 rs, inclusive o prêmio de 35%. Foi este propriamente o começo de meu capital. Remeti a letra aos senhores Riedy, Lory e Le Lericy, do Rio de Janeiro, os quais empregaram o seu produto em compra de apólices da dívida pública, que então valiam pouco mais ou menos de 50% do seu valor nominal. O mesmo destino tiveram o produtos dos juros e outras remessas que fiz à mesma casa. Voltei de Cuiabá ao Rio em 1834. O meu procurador, o Sr, Joaquim Alves Ferreira, cobrou o que se me ficou devendo na Tesouraria e o pôs a prêmio até fazer-me remessa de tudo. Assim, com os ditos juros e prêmios e principalmente pelo preço a que foram subindo as apólices, achava-me em 1837 possuidor de mais de 7 contos de réis. Fui nesse ano, nomeado de novo para o comando que exercera na Província de Mato Grosso. Deixei no Rio, em mãos do Sr. Benjamin Dapples, cinco contos e tantos mil réis para serem conscientemente empregados. Com a minha promoção a Capitão Tenente, cresceram os meus vencimentos e mais ainda quando, em 1841, fui nomeado Cônsul Geral do Brasil no Paraguai. Com esses aumentos, juros e prêmios de 6 anos, possuía em 1842, coisa de 16:000\$000 réis.

Em outubro de 1842, casei-me com D. Ignez de Almeida Leite. Feita a liquidação da herança de seu finado marido, veio a tocar-lhe em valores reais, 29:000\$000 rs, ficando a seu cargo o pagamento das dívidas e legados na importância de 11 contos, e restando por tanto líquidos, 18 contos de réis.

Os bens de nosso casal subiam pois a 34:000\$000 rsmas ou menos, a que se deve acrescentar 5:300\$000 rs, importância dos meios dotes de minhas enteadas, D. Ignes e D. Mariana, que devem ser contempladas

por ocasião de meu falecimento ou do de minha mulher. Eram pois, em número redondo, os nossos haveres, 40 contos.

Em 1844 segui para o Rio de Janeiro; tive algum lucro em uma porção de ouro em pó que havia comprado quando fora nomeado Cônsul para o Paraguai. Fui novamente despachado para a Província de Mato Grosso e cheguei pela última vez a Cuiabá em abril de 1845. Tendo desde então escriturado com mais ou menos regularidade os meus negócios, posso apresentar o seguinte inventário:

Bens de Raiz	7:880\$000.....	16:000\$000
Bens semoventes e móveis ..	4:600\$000.....	4:500\$000
Escravos	6:500\$000.....	12:000\$000
.....	6:800\$000.....	9:079\$000
.....	6:800\$000.....	2:400\$000
.....	6:800\$000.....	6:000\$000
Caixa e carteira	18:335\$000.....	45:803\$000
	<hr/>	
	44:335\$000	95:803\$000

Aumento em 17 anos: 51:688\$000

Demonstração do aumento:

Vencimento como oficial da Marinha em Comissão de 1845 a 1851.....	15:036\$000
Vencimento como Presidente de 1851-58 e Comandante das Armas de 1852-56	66:804\$000
Vencimento como oficial reformado até 1861	7:376\$000
Melhoramentos dos bens de raiz e aumento de seu valor ...	8:120\$000
Aumento no valor dos escravos, descontos feitos	5:500\$000
Prêmios (calculados a posteriori) descontando dívidas perdidas	30:292\$033
	<hr/>
	133:128\$033

Despesas de casa, festas, esmolas	61:638\$000
.....	515\$000
.....	7:667\$000
.....	4:900\$000
Benfeitoria em casa	3:600\$000
Montepio	3:120\$000
	81:440\$000

Confere..... 51:688\$000

O produto do sítio não vai contemplado porque se tendo gasto todo para despesas gerais, tanto deverão figurar na receita como na despesas.

Augusto Leverger

5- RELATÓRIO SOBRE AS CONDIÇÕES ADMINISTRATIVAS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Ilmo e Exmo Sr:

Acontecendo quase sempre que os Avisos circulares das Secretarias de Estado exigindo informações para os Relatórios dos Srs. Ministros, chegam muito tarde a esta Presidência para se poderem cumprir em tempo oportuno; julgo dever antecipar-me fazendo presente a V. Excia. o que me ocorre acerca dos diversos ramos da Repartição a cargo de V. Excia., nesta Província. Tratando-se desses objetos, seguirei a ordem que me indicar o último Relatório apresentado por V. Excia. à Assembléa Geral Legislativa.

LIMITES PROVINCIAIS – Não há determinação precisa e legal dos limites desta Província com as do Pará e Goiás, nem mesmo com a de São Paulo, suposto que geralmente se considere como tal a divisa natural do rio Paraná. O que diz respeito a Goiás fez o assunto de meu officio n. 21 de 5 de abril do ano próximo findo. Quanto ao Pará, não há por ora maior urgência, pois que a linha divisória tem de correr por terrenos poucos conhecidos e habitados tão somente por indígenas selvagens.

PALÁCIO PROVINCIAL – Em officio n.40 de 20 de junho último, expuz a V. Excia. que o Palácio da Província carecia de reparos, mobília e adornos, para o que me parecia conveniente uma consignação de dois a três contos de réis.

Não tenho acanhamento de reiterar este pedido, pois que, não fazendo a minha residência habitual no mesmo Palácio, não receio que considerações de pessoal cômodo me iludam a respeito da conveniência da mencionada despesa. Entretanto, os reparos mais urgentes hão de fazer-se à custa da módica quantia de três contos de réis consignada pelo Ministro para reparos da casa da tesouraria.

INSTRUÇÃO PÚBLICA – Em cada uma das freguesias da Província há uma aula de primeiras letras, criada por Lei Provincial; na capital há mais uma para meninas. O ensino em geral é preciso pela falta que se sente de quem tenha tais ou quais habilidades para o magistério, e queira exercê-lo. O número total dos discípulos de ambos os sexos é de 400. Há mais algumas escolas particulares.

Há uma sofrível aula de latim na capital e outra que pouco ou nada aproveita na vila de Poconé, esta criada por Lei Provincial; um Liceu de ensino secundário que não vejo possibilidade de organizar-se. Foram também decretadas pela Assembléia Provincial, uma cadeira de Filosofia Racional e Moral e outra de Teologia; para esta não apareceu até agora pretendente; aquela dói regida por um pouco tempo por um moço que por insinuação indireta minha, pediu a demissão, que aliás ter-lhe-ia dado por estar por estar convencido de que lhe faltava vontade e aptidão para bem desempenhar as suas obrigações.

Aos meninos do Arsenal de Guerra tem bastantemente aproveitado o ensino de desenho por um pintor do mesmo arsenal, que está em véspera de partir para a Corte por ter-se concluído o prazo de seu engajamento.

Não existe estabelecimento algum literário ou científico e não há elementos nem disposições para criações de tal natureza.

AGRICULTURA – Nenhum melhoramento notável se há introduzido neste ramo. Os meios empregados para cultivar a terra são os mesmos que pelo tempo passado, e não há empenho em obter produtos novos, embora um ou outro indivíduo faça germinar, como objeto de curiosidade, sementes novas enviadas da Corte pelo Governo ou particulares. As árvores que fornecem madeiras de construção e de marcenaria, vão se derrubando sem que se cuide na sua reprodução. O elevado preço que se conservam os gêneros indispensáveis para a subsistência como o milho, a mandioca, o arroz e o feijão, denuncia que a lavoura mal chega para as necessidades do país. Tem relativamente maior desenvolvimento a cultura da cana e a preparação de seus produtos, se bem que sejam desconhecidas as inovações que em outras partes têm melhorado esta preparação. Há pouco tempo que apenas dois ou três engenhos principiaram a fazer uso de moendas de ferro, e nenhum processo novo há introduzido no fabrico de açúcar e na destilação de aguardente. Consume-se nesta cidade bastante chá e café; entretanto que aquele é todo importado de fora da Província, e o preço deste oscila entre 10\$ e 20\$000 rs a arroba, preço exorbitante, atendendo-se à facilidade e pouco dispêndio com que se pode cultivar.

A cultura do algodão poderia ser proveitosa se houvesse meios baratos de exportar os seus produtos; o fumo poderia também fazer um vantajoso ramo com as províncias argentinas se estivesse franca a comunicação com elas.

Dos produtos espontâneos da terra se aproveita como objeto de

especulação, a extração da poaia.

Um médico francês que há pouco veio do Paraguai, e me foi recomendado pelo nosso Encarregado de Negócios em Assunção, tem-se ocupado da extração da quina, que diz ser abundante e de boa qualidade, e tem feito algumas remessas para o mercado do Rio de Janeiro. O resultado mostrará se pode isto constituir um ramo de produção aproveitável. Cumpre dizer que há cinquenta anos, iguais ensaios se fizeram, que deram muitas esperanças, mas não progrediram.

INDÚSTRIA – Não existe estabelecimento algum industrial de produção digno de menção, suposto haja um ou artista mais ou menos hábil. Excetuando os móveis de madeira, alguns grosseiros vasos de barro e alguns tecidos de algodão confeccionados pelos processos da arte na sua infância, tudo quanto é preciso para uso da vida, vem de fora.

MINERAÇÃO – Ainda não chegaram os agentes da Companhia de Mineração, que no decurso do ano passado, formou na Corte, e talvez reanime a quase extinta indústria mineira. Desde bastante tempo é de pouca importância a quantidade anualmente extraída de ouro e de diamante, única mineração a que haja quem se aplique. De alguns anos a esta parte se prepara em alguns pontos da fronteira do Baixo Paraguai, sal da terra, que tem feito baixar o preço e diminuir a importação deste artigo de primeira necessidade.

POPULAÇÃO – Não me há sido possível colher informações um tanto exatas acerca da população e do seu movimento. Os mapas que existem feitos a esmo a respeito de muitas localidades não me parecem merecer confiança. É de esperar que alcançarão resultados mais completos e dignos de fé os trabalhos de censo mandados organizar pelo decreto n. 794 de 18 de junho do ano findo.

CATEQUESE – Em ofício n. 20 de 20 de dezembro de 1848, esta Presidência remeteu à Secretaria de estado a cardo de V. Excia., um Relatório do Diretor Geral dos Índios contendo informações a respeito das diversas nações indígenas que existem nesta Província. Conformo-me com essas informações não tendo dados positivos para ampliá-las ou modificá-las, e passo a tratar dos índios que já têm um princípio de civilização.

A mais importante aldeia é a dos Kinikinaus, tribo da nação Guaná, situada no lugar de Mato Grande, três léguas distantes de Albuquerque, no Distrito do Baixo Paraguai. Entreguei exclusivamente sua direção ao

missionário capuchinho frei Mariano de Bagnaia, que com zelo se emprega neste exercício. Erigiu ali uma Capela sob invocação de N.S. do Bom Conselho, e instalou uma escola de ensino primário em que entraram logo trinta meninos, e para a qual enviei há pouco um mestre e os precisos utensílios. Mandeí também remeter para a mesma aldeia uma tenda completa de ferreiro. Esses índios empregam-se na lavoura e ocasionalmente em tripular canoas dos particulares que viajam por aquele Distrito. Ao outro missionário, frei Antonio de Molinetto, pretendia incumbir a direção de uma aldeia de Terenas, outra tribo da nação Guaná, nas imediações de Miranda. Porém tendo ele vindo a esta cidade há poucos meses, sucedeu vir também o principal cacique e mais alguns indivíduos dos Cadiués, tribo dos Guaicurus, que mostraram-se dispostos a receber a catequese do dito missionário.

Sem embargo de não ter confiança nesses índios pelo conhecimento que tenho da sua má fé e característica inconstância, julguei não dever desprezar a boa disposição que mostraram e nos seria de grande proveito se persistissem nela, pois, livrar-nos-ia do comprometimento em que nos envolvem os mesmos índios e as correrias que fazem na vizinha República. O missionário e o cacique regressaram ao mesmo tempo para o Baixo Paraguai, e determinei co Comandante Geral da Fronteira que desse as providências ao seu alcance para facilitar a instalação do mesmo missionário entre os Cadiués. Receando, porém, que todas as diligências fossem baldadas, recomendei ao mesmo comandante que em tal caso procurasse reunir na vizinhança de Coimbra ou Albuquerque alguns Chamacocos e os entregasse à direção do dito frei Antonio, na esperança de que outros indivíduos da mesma nação venham dar incremento a este novo estabelecimento; e finalmente, não se podendo levar isto a efeito, determinei que se cuidasse do aldeamento dos Terenas em Miranda. Esses dois missionários carecem por ventura do fervoroso zelo que os perigos e as fadigas não fazem esfriar, mas são morigerados e podem prestar úteis serviços. Havia entre eles e o finado Diretor Geral alguma desinteligência que deu lugar provavelmente à representação a que V. Excia. alude no seu Aviso de 26 de setembro último, a que dou neste officio a devida resposta.

Há em Albuquerque uma aldeia de índios Guaicurus e outra de Guanás, que vivem entregues à direção do único diretor que existe nesta Província e foi nomeado pelo meu antecessor. Existem em Miranda algumas aldeias de Guaicurus e Guanás semi-domesticados, entregues a si sob a vigilância das autoridades militares e policiais.

O mesmo se dá com os índios Caiapós na vizinhança da freguesia de

Santana do Paranaíba e no destacamento do Piquiri. Os Guatós vagueiam pescando e caçando pelos rios S. Lourenço e Paraguai e baías adjacentes, têm conosco freqüentes e familiares relações, mas não têm disposição alguma a aldearem-se.

Os Bororos Cabaçais que infestavam outrora a estrada de Mato Grosso e submeteram-se há dez anos, habitavam o Registro do Jauru, onde dizimavam doenças endêmicas. Mande-os remover para lugar sadio como desejavam.

Os Bororos da Campanha vivem aldeados na proximidade da fronteira boliviana.

Os Guaraíós que em grande número habitam a margem direita do Guaporé, mostravam-se segundo se diz, dispostos a domesticarem-se e teve princípio de execução em 1848 o projeto de os aldear no Pau Cerne; porém o meu antecessor Dr. Oliveira, entendendo que um novo estabelecimento nessas paragens, cujo domínio nos é contestado, podia ser sinistramente interpretado pelos bolivianos e tornar-se mais um motivo de desavenças, julgou pouco prudente prosseguir na execução do mencionado projeto, e eu penso da mesma maneira.

Quanto aos índios que por suas hostilidades nos inquietam, o que tenho a dizer seria a repetição do que expuz ao Sr. Ministro da Justiça em dois ofícios, cujas cópias levo inclusas ao conhecimento de V. Excia.

Cabe aqui repetir o que já tive a honra de dizer a V. Excia. que, na minha humilde opinião, não se pode nesta Província executar o Regulamento do Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845, pela impossibilidade de encontra-se quem desempenhe as obrigações que o dito Regulamento prescreve aos diretores e empregados subalternos das aldeias.

Não obstante haver manifestado oficialmente esta mesma opinião, meu imediato antecessor nomeou dois diretores, um dos quais não aceitou a nomeação, e eu absteve-me de fazer outras e as não pretendo fazer, salvo se alguma circunstância excepcional a isto me induzir, o que me pareceu pouco impossível.

COLONIZAÇÃO – A não haver ocorrências extraordinárias como a descoberta de novas e ricas minas, não é de esperar que emigrantes estrangeiros venham aumentar de um modo sensível a população desta Província, enquanto nas outras, e mormente nas do litoral do Império, houver terrenos que possam aproveitar tais emigrantes.

Porém, não é raro que moradores de S. Paulo e de Minas vendam os estabelecimentos rurais que possuem e entranhando-se pelos sertões

procurem lugares azados para formarem outros. É assim que se tem povoado a freguesia de Santana do Paranaíba e vão-se povoando os campos da Vacaria e as margens do rio Ivinhema e seus afluentes no Distrito de Miranda.

Existiram outrora, na margem direita do rio Madeira, nos lugares do Ribeirão e do Salto, povoações a que não faltavam elementos de prosperidade que lhes ofereciam terrenos férteis, abundância de caça e de pesca, e a colheita dos produtos vegetais espontâneos que constituem parte da riqueza do Pará. Esperavam os fundadores a boa disposição dos índios Caripunas dos Pamos que habitam na vizinhança dos referidos lugares faria com que se aldeassem, e incitaria outras nações a seguirem o seu exemplo; do que tudo devia resultar grande vantagem para a navegação do Pará para Mato Grosso, que acharia nesses pontos socorros de mantimentos e mesmo de gente.

Hoje, nem vestígios restam de tais estabelecimentos. Mais recentemente, no lugar do Salto Augusto, sobre a margem do rio Juruena, deu-se princípio de uma povoação para cujo crescimento contou-se e devia-se contar com a numerosa e semi-civilizada nação dos Apiacás. Esta povoação prometia aos seus habitantes as mesmas vantagens que as já mencionadas, e se tivesse progredido teria sido de muitíssima importância para a navegação a vila do Diamantino, desta Província para o Pará.

Foi, porém, logo abandonada. Creio que seria de muito proveito fundarem-se nos citados lugares Presídios militares que com bastante gente e bem providos de todo o necessário, pudessem prometer duração.

Porém, para isso esta Província não só carecia de meios pecuniários, como de gente e particularmente de homens idôneos, criadores e animosos, que não duvidem sujeitar-se a privações e fadigas, para depois de alguns anos colherem vantagem para si ou para os seus.

E sem esta condição receio que sejam baldadas as tentativas que se fizerem. Considerando que ferramentas de lavoura, armas e munições e outros objetos de grande peso têm de constituir em grande parte a despesa, persuado-me que se o Governo Imperial resolvesse fazer expedições que partissem da Província do Pará, onde com muito maior economia podem-se obter esses objetos; ali também haviam de, com mais facilidade, encontrar-se os precisos de carpinteiros, ferreiros e pedreiros.

Poderá também haver a conveniência em fundarem-se colônias militares em alguns pontos da fronteira; mas julgo que seria imprudência enquanto a questão de limites com Estados vizinhos não tiver definitiva

solução.

SAÚDE PÚBLICA – A epidemia do sarampo no fim de um período de trinta anos, reapareceu no decurso do ano findo e estendeu-se sobre toda esta Província; foi, porém, de caráter benigno, e muito poucos foram os doentes que sucumbiram.

As febres endêmicas que afligem os Distritos do Diamantino e Mato Grosso não apresentaram notável recrudescência. Entretanto, vão-se despovoando aqueles lugares, e não vejo que remédio se possa aplicar para obstar a sua decadência.

A vacina foi há coisa de um ano aplicada com proveito, tendo produzido efeito o pus vacínico enviado em tubos capilares. O impulso que se deu à vacinação foi amortecido pela invasão do sarampo, e depois de passado este tem revigorado, sendo ineficazes as recomendações do Governo para vencer o descuido da população em premunir-se contra uma calamidade aliás até agora desconhecida nesta Província.

ESTABELECIMENTO DE CARIDADE – O único que existe é a Santa Casa de Misericórdia desta capital, cujo patrimônio consiste em títulos da Dívida Pública e em dois prédios urbanos; sendo a renda total de Rs. 4:509\$120 anualmente. No seu hospital existem presentemente 9 homens e 5 mulheres, e no Lazareto, 12 homens e 8 mulheres.

NAVEGAÇÃO INTERNA – A navegação para a Província de S. Paulo pela via de Camapuã não é mais freqüentada. Tem-se-lhe substituído o trânsito pelos rios de Miranda e Ivinhema e seus afluentes e o varadouro entre o Nioac e Brillhante.

É muito de reear que o falecimento do major João José Gomes, encarregado da inspeção das obras que o Governo Imperial tem mandado fazer no dito varadouro, faça parar o andamento das mesmas obras. Em ofício n. 68 de 9 de outubro último, participei as providências que dei logo que tive notícia desse triste e ainda não fui informado delas.

Entretanto, dos seis contos de réis destinados para as mencionadas obras, quatro ainda existem nos Cofres da Tesouraria, e se não dependerão sem que haja probabilidade de serem proficuamente empregados.

A principal utilidade desta via de comunicação é, a meu ver, de atrair moradores nos terrenos, até há pouco desertos, que formam a bacia do rio Ivinhema. Servirá também para abastecer o Distrito do Baixo Paraguai, de ferramentas e outros artigos que geralmente, se bem que com pouca

propriedade, se compreendem sob a denominação de molhados; e outrossim, para prover os estabelecimento militares do mesmo Distrito, das armas, projéteis e munições que provavelmente seriam conduzidos por esta via, com menos dispêndio do que pelo caminho terrestre da Corte para esta cidade. A quase completa cessação da navegação de Mato Grosso para o Pará é conseqüência natural da decadência daquele Distrito. Continua a navegação entre a vila do Diamantino e a cidade de Santarém pelos rios Arinos, Juruena e Tapajóz, porém em mui pequena escala, o que em parte atribuo a ter cessado a necessidade da importação do sal que vinha por esta via.

Em 1848 foi posta à disposição da Câmara do Diamantino a quantia de 4:500\$000 que o Governo Imperial consignara para o melhoramento da dita navegação.

Um conto e quinhentos mil réis gastaram-se com efeito na construção de um varadouro entre os rios Arinos e Cuiabá, por onde transitaram algumas canoas e respectivas cargas.

Exigi conta do emprego dos três contos restantes e depois de alguma demora e tergiversação, a mencionada Câmara declarou-me que o empresário a quem ela incumbira de aplainar alguns obstáculos nas cachoeiras, não havia ainda podido ocupar-se disto, e enviou-me um termo pelo qual prorrogava por dezoito meses o prazo concedido ao dito empresário para a conclusão das obras projetadas.

Persuadido de que em nada aproveitaria esta prorrogação, não quis aprová-la e determinei que os três contos fossem recolhidos à Tesouraria. Entendo que módicas quantias podem ser empregadas com proveito em melhorar os varadouros e destruir um ou outro obstáculo isolado; mas o melhoramento do trânsito das cachoeiras depende de trabalhos hidráulicos que devem ser dirigidos por homens peritos e exigem um números de braços tanto maior quanto são precisos operários subsidiários, como carpinteiros, ferreiros, etc, e é necessário também prover a subsistência, segurança e transporte dos trabalhadores num vastíssimo sertão.

Tamanha e tão dispendiosa empresa parece-me deve ser reservada para um futuro ainda distante.

Na atualidade o que mais carecem os navegantes é de, na larga e deserta carreira que têm de percorrer, encontrar um ou outro ponto onde possam prover-se de mantimentos, consertar as canoas arruinadas ou substituí-las por outras, e reparar também as perdas que a deserção e as doenças possam ter causado nos tripulantes.

Neste sentido, a fundação de um presídio militar no Salto Augusto,

de que acima fiz menção a V. Excia., seria da maior importância e utilidade.

Quanto à comunicação com o Atlântico por via do rio Paraguai, não tem outros obstáculos além dos que nascem da questão política que parece estar em vésperas de decidir-se; que ao sargento comandante do Destacamento do Piquiri, que serve de agente entre esta cidade e Santana, se abonasse uma módica gratificação.

Quanto às outras agências, são de importância muito secundária, e se interromper o serviço por falta de agentes, fá-lo-ia continuar por paradas expedidas aos comandantes militares ou às autoridades municipais ou policiais dos respectivos lugares, no que há em verdade alguns inconvenientes, mas não de maior monta.

Já pedi ao Presidente da Província de S. Paulo que se interessasse para que o serviço do correio entre a vila da Constituição e a freguesia de Santana se fizesse com a possível prontidão e regularidade.

OBRAS PÚBLICAS – Pouco tenho que acrescentar ao que disse a V. Excia. em officio n. 23 de 13 de maio do ano findo, a respeito das estradas gerais desta Província.

Tendo de efetuar-se o transporte de quatro peças de artilharia do peso de mais de cem arrobas cada uma, da ponte do Guaporé para o Registro do Jauru, foi preciso previamente preparar essa porção da estrada de Mato Grosso, que tem quase trinta léguas de extensão, e acha-se intransitável para veículos puxados por bois. Fez-se esse serviço com praças dos Distritos Militares de Mato Grosso e Vila Maria sem dispêndio algum extraordinário, além da diminuta quantia de duzentos e tantos mil réis, que foram pagos pela Repartição da Guerra.

As peças chegaram ao seu destino e ficou em muito bom estado a referida porção da estrada. Sente-se, porém, a necessidade de igual serviço, se bem que em menor extensão, na mata além da ponte do Guaporé. Na mesma estrada de Mato Grosso, entre Vila Maria e esta cidade, há uma mata de mais ou menos meia légua de largura, compreendida entre dois caudalosos ribeirões, a qual se torna um verdadeiro lago na estação chuvosa e um imenso atoleiro na da seca; é muito preciso descortiná-la, fazer nela alguns aterrados e pontilhões e prover a passagem dos mencionados ribeirões; e não há motivos nem pretextos para empregar nisto a força militar.

Na estrada daqui para a Corte, fez-se a ponte do Aricá de que tratei em meu officio n. 52 de 31 de julho do ano passado, que mereceu a aprovação de V. Excia. Da consignação de quatro contos que para isso

se aplicou, sobraram um conto e duzentos e tantos mil réis, que terei considerado se não desperdicem.

Na mesma estrada em distância de uma légua desta cidade há muita precisão de uma ponte sobre o rio Coxipó para a qual já existem alguns materiais prontos.

Tomo a liberdade de repetir à V. Excia. o que disse no citado ofício n. 23, que para as mencionadas obras e as mais de que trata o mesmo ofício, podem ser com muita utilidade dependidos anualmente oito ou dez contos de réis.

Consignações ainda mais módicas não deixarão de ser aproveitáveis e confio que serão convenientemente aproveitadas.

Ainda ousarei acrescentar que a não serem destinadas as consignações a obras especialmente determinadas pelo Governo Imperial, como o varadouro entre os rio Nioac e Brilhante, conviria que viessem designadas sob a rubrica de Obras Públicas, ou sob a rubrica mais de Vias de Comunicação, a fim de ter a Presidência a faculdade de acudir às necessidades que lhe parecerem mais urgentes, e podem manifestar-se sem terem sido previstas, com suficiência antecipação para serem presentes ao Governo.

Deus guarde à V. Excia.

Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 13 de janeiro de 1852.

Ilmo e Exmo Sr. Senador Visconde Monte Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império.

Augusto Leverger

6- DIÁRIO PRIVADO DO CHEFE DE ESQUADRA AUGUSTO LEVERGER RELATIVO AOS MESES DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO DE 1865

JANEIRO

1- Grande trovoada. Queda da cimalha do Quartel e das Armas Nacionais. Queda do escudo do V. Cônsul do Uruguai.

6- De tarde chega o vapor Corumbá. Traz a notícia de ter sido Coimbra atacada pelos paraguaios nos dias 27 e 28 de dezembro e evacuado pela guarnição por falta de cartucho e sem ter perdido um só homem, na noite de 28, embarcando-se todos no vapor *Anhambahy* sem serem inquietados pelos inimigos.

7- Vou ao Palácio. Converso com um desertor paraguaio que me diz

compor a expedição de (...) 6 vapores (*Igurey, Taquari, Paraguay, Salto, Guayra, Apa e Paraná*), dois lanchões armados, outros de transporte com 4 batalhões de 700 praças embarcados em Assunção, 4 esquadrões de cavalaria com 60 praças vindos parte por terra e parte embarcados em Concepción.

Diz que perderam os paraguaios muita gente no ataque de Coimbra. Agitação à noite quando chega o vapor *Paranhos* noticiando ter encontrado o *Jauru*, que vem com famílias de Corumbá e refere que o *Corumbá* foi tomado, perdidas muitas vidas e entre outras a do comandante da Flotilha; que o *Anhambay* foi a pique escapando muito pouca gente. Toca-se rebate até com os sinos das igrejas. Alarme na cidade. O Presidente vai ao Porto para onde marcha também a Guarda Nacional e chusma de gente a quem se dá armas no Arsenal de Guerra. O terror é geral. Muitas famílias fogem da cidade.

Dizem que os paraguaios estão a chegar no Porto. Alexandre Leite é nomeado comandante dos Voluntários, com duzentos e muitos homens. Manda-se o *Corumbá* ao encontro do *Jauru*. Forma-se o projeto de tapar o rio na altura da Cachoeirinha e fazer uma fogueira nos altos do morrinho para alarme. Manda-se o *Alfa* examinar a possibilidade dessa operação comandado pelo capitão Ferreira Chaves.

8- O Presidente e a força militar, passam a noite no Porto. Venho cedo para a cidade e vejo que está em parte abandonada pelos habitantes. Pelas 7 horas voltou o *Alpha* com o capitão Ferreira Chaves dizendo que não é possível trancar o rio, mas que mandou fazer a fogueira de aviso. Depois volta o *Corumbá* anunciando que encontrou com o *Jauru*, que vem atrás e conta que são exageradas e em parte inexatas as notícias dadas pelo *Paranhos*.

De tarde volta o Presidente e volto eu também para o Porto. Atravimento de um filho de J.J. das Neves. Porto Carrero, a pedido de Leopoldino, é nomeado comandante da guarnição e por lembrança minha, o Bandeira, como comandante dos Voluntários.

9- De noite chega o *Jauru* vindo a bordo a família do comandante da flotilha, tendo outras muitas ficado no Mangabal e José Dias. Diz o comandante que tendo saído de Corumbá na noite do dia 2, na altura do (...) ouviu muitos tiros de artilharia e fuzilaria.

Outros passageiros afirmam que foram trovões e soube depois que estes tinham razão. A família do Chefe de Polícia retira-se para fora da cidade.

10- (...)

12- (...)

13- O Presidente comunica-me o projeto que aprovo de mandar destacar toda a força possível para o Melgaço.

14- À noite embarca a expedição para o Melgaço. 3 Batalhões de Voluntários da Guarda Nacional. Na esquerda da 1ª., Artífices, Voluntários e diversos contingentes. Vão todos os vapores. Discursos de Floriano e Porto Carrero no Porto Geral. Demora a confusão no embarque.

15- De manhã acaba por sair a expedição. O *Paraná* fica por não poderem rebocá-lo. Chega uma parada referindo que o Comandante das Armas e guarnição, e a maior parte dos habitantes, bem como o *Anhambahy*, abandonaram Corumbá no dia 2, sem terem sequer resistido às forças paraguaias e que o Batalhão de Vila Maria seguiu para Corumbá. Os fugitivos desembarcaram no Porto de Chané, no rio São Lourenço.

16- A Câmara Municipal felicita o Presidente e Chefe de Polícia pelo procedimento que tiveram nesta emergência, e que os próprios vereadores signatários da felicitação eram os primeiros a (...) dizendo que não podiam resistir às (...) do Chefe de Polícia e mais alguém.

17- Na tarde deste dia chega ao Melgaço o *Corumbá* que fora explorar o rio São Lourenço. Dá a notícia de ter sido derrotada pelos paraguaios a força fugida que estava no Sararé e de ter sido capturado o *Anhambahy*, e ainda de terem vindo 2 vapores até a barra do Cuiabá. Terror e pânico no acampamento. Reunido Conselho de todos os oficiais em que se reconhece (depois dessa do *Corumbá*) que o lugar não é defensável e resolve a volta para a Capital. *Nemine discrepante*.

Com efeito embarca-se a toda a pressa. O 3º. Batalhão marcha por terra e antes de amanhecer do dia seguinte, não há mais ninguém no Melgaço.

19- Na tarde deste dia voltei à cidade para (...) chácara onde há dois dias (...). De noite dão-me parte que passavam três vapores. Às 11 horas chega José Vicente que, avisado pelo Moreira Marques, comandante do *Corumbá*, refere-me a notícias acima e da debandada da força do Melgaço. Vou ao Palácio.

20- O Presidente pretende, depois do amanhecer, convocar reunião de pessoas gradas. Mostro-lhe a pouca utilidade poder haver nisto. Ofereço-me para voltar ao Melgaço com um punhado de homens.

21- Aceita a oferta, de manhã vou para o Porto onde estava ainda toda a força embarcada. Declaro que dos Voluntários e da ala do 1º. Batalhão, não quero levar comigo. Um tenente pede-me licença para ir buscar a sua bagagem e não mais volta. Embarco no vapor *Cuiabá*.

11h 25m – Sai a expedição.

0,30m – Barra do Coxipó, onde para, para se levar minha bagagem.

2h 00 – Seguimos viagem.

4h 30m – Cachoeirinha. Ficam atrás os demais navios.

22- 2h 30m – Igreja do Melgaço danificada.

3h 30m – Chega o *Cuiabá*.

4h 00 – Chega o *Corumbá*.

5h 00 – Chega o *Alpha*.

7h 00 – Chega o *Jauru*.

Desembarca-se a força e o material. Dou princípio ao trabalho do acampamento e fortificação passageira.

(...) a artilharia (6 peças de Comp. de C. estão postadas onde terão de ficar).

23- Ao meio dia saem para a cidade os vapores *Jauru* e *Cuiabá* para buscar a força que tem de vir.

24- Tendo de madrugada saído o *Alpha* e o *Corumbá* para irem buscar lenha no sítio de Joaquim Paes, às 7: 30 horas volta o *Alpha* trazendo o comandante da flotilha e 10 praças que esperam (...) da tomada do *Anhambahy*, saltando em terra que foi (...). De tarde segue para a capital. Volta o *Corumbá* com lenha à noite.

25- Passa uma montaria que, com licença do governo, vai pelo rio abaixo em exploração (João Paes).

26- O *Corumbá* vai buscar lenha. Chega o alferes Peixoto com outro oficial encarregado de inspecionar uma linha de correio terrestre que estabeleceu o Presidente. Mais tarde Chegam os vapores *Jauru* e *Cuiabá* com o 3º. Batalhão de Guardas Nacionais.

27- Volta da cidade o *Alpha*. Apresentou-se o comandante do 3º. Batalhão vindo em uma canoa.

28- Ao meio dia sai o *Alpha* para a capital.

29- Missa às 8 horas. Às 10 horas chega o capitão Paes Leme pelo caminho de terra. De tarde, a canoa de João Paes, que estava escondida 8 dias na Baía do Félix. Instaurado Conselho de Disciplina para o tenente que ficou na Capital.

30- Chegou a canoa do Borba, fugida do Tarumã. Chegou ofício do Presidente comunicando que, segundo uma carta de Salvador Corrêa, os paraguaios se retiraram dos Dourados no dia 12, havendo muita gente nossa extraviada pelos pantanais.

31- Montaria do Piraim que chega às 9 horas e comunica que no dia 27 estivera na boca inferior do Piraim, o vapor capturado *Anhambahy*, que se retirara no mesmo dia. Outras duas montarias confirmam esta notícia que mandei comunicar ao Presidente pelo vapor *Cuiabá*.

FEVEREIRO

1- O alferes Peixoto vai abrir uma picada para o gado em pé. Chega a parada de M. Joaquim Cardoso, dando notícia de ter encontrado na Cachoeirinha do Cervo, no dia 30, o vapor *Anhambahy*, com 12 mulheres que se viam deitadas na popa.

2- Parada comunicando a vinda do Presidente no dia seguinte. Partiu Cesário em diligência. Veio um ex-marinheiro fugido de Tarumã, onde ficou a mulher prisioneira dos paraguaios, com a canoa em que ia a gente do comandante das Armas.

3- Às 6 horas chega no *Alpha* o Presidente com o Chefe de Polícia e o capitão Garcez. Visitou o estabelecimento e voltou para a capital às 6 horas da tarde. Chegou uma parada da cidade com 52 praças do 1º. Batalhão de Guardas Nacionais comandados pelo capitão Antonio Romualdo. Houve a dissolução do Corpo de Voluntários e formação do Corpo de diversos contingentes. Chega com o Presidente o Capitão de Fragata Menezes, que assumiu o comando da Flotilha.

4- Mudaram de ancoradouro os vapores aproximando-se mais do acampamento e das baterias.

5- A chuva que quase sem interrupção tem caído durante 15 dias, parou; mas o rio continua a encher com muita força; cobre o barranco e sobe quase $\frac{1}{2}$ polegada por hora.

6- O rio cresce sem chuva.

7- Parece ter parado a enchente. Desde o dia 4 cresceu 33 polegadas. Houve exercício de fogo e bala de artilharia. A noite chega um correio da capital dando notícia do cataclismo que no dia 3 destruiu quase inteiramente a povoação do Porto Geral.

8- Bom tempo. A água começa a baixar.

9- Desertaram pelas baías 9 guardas, desde 2 de janeiro em que foi abandonada Corumbá. Chegada a parada de João Paes com alguns refugiados vindos da fazenda Triunfo e comunicando a vinda dos paraguaios para o dia 24.

10- Muita chuva. Chega da capital o *Alpha*, trazendo o capitão Bartolino, um oficial e 48 guardas do 1º. Batalhão. O rio continua a baixar 4 polegadas.

11- Notícia de ter chegado ao Cuiabá-Mirim, Antonio Thomé, dizendo que ouvira a bulha de três vapores na boca inferior do Uacurutuba. Outras pessoas que estiveram com ele desmentem esta notícia que, com efeito, é inexata e feita pelo terror.

15- Chega da capital o vapor *Cuyabá* com um oficial de linha, 8 oficiais e 50 praças do 1º. Batalhão de Guardas Nacionais. Às 11 horas chegam

3 montarias vindas dos pantanais do São Lourenço trazendo o piloto do *Anhambahy*, J. Bacher, o empregado da Alfândega Randolph Olegário de Figueiredo e um sacerdote. Pouco depois, chega canoa do Piraim de baixo com um menor do *Anhambahy*, dando notícia de ter estado nos dias 9 e 10 nesse vapor (duvido!).

18- Há dias que o rio está quase parado. Chega uma montaria da fazenda Tucum que nada conta.

20- O Presidente remete cópia de uma carta de Constantino Vieira relatando diversos fatos ocorridos desde 2 de janeiro, em que foi abandonada Corumbá.

21- Chega da capital o vapor *Cuyabá* com alguns oficiais de linha.

23- Chega a prancha de Estevão Moraes e Souza trazendo 27 pessoas, das quais 12 mulheres, todos foragidos de Corumbá. Estevão saiu no dia 2, foi capturado pelo *Taquari* e levado aos Dourados onde lhe deram passaportes para Corumbá; entrou no pantanal e veio para cá recolhendo várias pessoas.

24- De noite chega uma canoinha com Ricardo da Costa Teixeira e 3 camaradas, vindos da fazenda S. Bento, onde deixaram o tenente Hipólito. Segue para a capital, o vapor *Cuyabá*, levando a gente chegada hoje e outros chegados ontem, João Pedro e 2 guardas da Alfândega.

25- Chega aos pantanais do S. Lourenço, a igarité da fazenda Póvoas, com 25 pessoas.

26- Às 3 horas da madrugada mandei dar o tiro de alarme, e todos chegaram aos seus postos sem os Nacionais do 1º. Batalhão.

27- Às 3 horas veio uma mulher do Uacurutuba, referindo que o Comandante da Armas e sua comitiva estavam na baía do Félix. Logo depois outra pessoa contou que já tinham seguido por terra para a cidade, e que Joaquim Timóteo Ribeiro, com muita gente, estava em Santo Antonio da Barra. Mandeí seguir para aquela paragem o alferes Augusto Corrêa com uma grande prancha bem tripulada. À noite chega o Moreira Cardoso, que saiu no dia 3, vindo de S. Pedro e trazendo o carpinteiro do *Anhambahy*, uma mulher de Corumbá, três filhos e cinco netos.

28- Às 9 horas chegou uma montaria com o Miguelzinho, da comitiva do Joaquim Timóteo, contando que este estava no sítio de José Paes precisando de reboque. Chega uma prancha da capital com 2 capitães e 2 tenentes do 1º. Batalhão de Guardas Nacionais.

1- Pouco depois da meia noite chegou o *Alpha* trazendo a reboque a igarité de Joaquim Timóteo com umas 90 pessoas. Às 8 horas da manhã chegou o vapor *Cuyabá* e logo saiu levando a reboque a igarité.

2- Chegou uma montaria com dois marinheiros que de muito tinham ido explorar o Paraguai. Nada contam.

3- Chega o alferes Augusto Corrêa com a prancha, não tendo encontrado o grosso da comitiva do Comandante das Armas, mas somente alguns oficiais. Todos da baía do Félix seguiram para a cidade. Há boatos de pretenderem os bolivianos ocupar o Corixa e Onças.

5- Às 6 horas da manhã chega o vapor *Cuyabá* trazendo o capitão Vasco da Gama e a comunicação de ter sido suspenso o Comandante das Armas e substituído pelo tenente coronel Camisão. À vista disso represento ao Presidente a incompatibilidade de minha continuação no Melgaço.

6- Ao meio dia sai para a capital o *Alpha*, levando o Comandante da Flotilha, os capitães Cunha e Romualdo, o alferes Ponce e dois escrivães. De tarde chegam de S. Lourenço 2 montarias com 5 marinheiros do *Anhambahy*, 5 mulheres e 1 criança. Mais tarde vem da cidade uma canoa que vai a mandado do tenente Hipólito.

8- O rio torna a encher devagar.

9- Chega o correio da capital com ofício do Presidente, e entre outros o reservado em que recomenda que reconsidere o meu pedido de 5. O tenente coronel Camisão já tomou posse do Comando das Armas. O rio está enchendo.

10- Volta o correio chegado ontem. Insisto pela minha demissão. O rio enche com força

11- Chega um batalhão com um sujeito que diz ter estado em Miranda quando os paraguaios invadiram o distrito. Às 11 horas, chega outro batalhão com o capitão Eça Costa, sua família e 3 soldados, tendo se do Comandante das Armas no Pindaival. O rio enche com força.

12- Chega de Santo Antonio da Barra, a senhora D. Maria, viúva do capitão Antonio José da Silva, a quem eu mandara buscar; segue para Itaici doente.

13- Vem uma montaria da cidade com o Moreira Cardoso que vai também a Corumbá. Dou-lhes comes e municiação. Chega notícia de Goiás que o Conde D'Eu é o comandante do Exército (inexato) e que um navio inimigo foi tomado pela nossa esquadra.

14- Chega uma grande igarité com o senhor Joaquim Paes, a quem, de ordem do Presidente, mando dar duas pranchas e dois práticos. Nesta embarcação vem o cirurgião da Guarda Nacional, Joaquim Alves, doente. Principia a água a vazar. Diz Joaquim Paes que vai a procura do tenente Mello; mas sei que na realidade vai em demanda de Francisco Rondon. Principiou a água a vazar, sem ter atingido o máximo da enchente de

fevereiro.

15- Sobre João Paes com uma prancha, um batalhão e duas montarias. Chega um soldado e pouco depois um sargento e uma mulher, todos vindos de Corumbá.

16- Chega o vapor *Alpha* com o tenente coronel Comandante das Armas e diversos oficiais; faço-lhe a entrega do comando.

17- Despeço-me dos oficiais e da força fluvial e de terra embarcando no vapor *Cuyabá*. Saí às 10 e $\frac{1}{2}$ horas. Acompanham-me todos os vapores até às 11 horas em me despeço deles. Estou doente.

Be
3.

mas por...
as afirmações, não só o meu inte
o, como também o apelo de quem, r
visado a glória da sua Patria d
verso harmonico da humanidade,
poder dirigir-se em geral a todos
tícios, como um crente sincero
problemas de ordem politica e e
que ora...
e si um g...
ser reso...
Patria a superior finalidade de d
aqueos destinos. Viva o Brasil uni

Esta publicação conta com o apoio de:

